

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**ÚLTIMO ATO? ESTUDO SOBRE A PRÁTICA DO
SUICÍDIO EM UM MUNICÍPIO AO SUL DO BRASIL**

CÉLIO LUIZ PINHEIRO

Curitiba

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**ÚLTIMO ATO? ESTUDO SOBRE A PRÁTICA DO
SUICÍDIO EM UM MUNICÍPIO AO SUL DO BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Antropologia Social do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre em Antropologia Social.

Mestrando: Célio Luiz Pinheiro

**Orientadora: Professora Doutora Sandra
Jacqueline Stoll**

Curitiba

2007

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que, de diversas maneiras, estiveram presentes e contribuíram no percurso da pesquisa. Agradeço a todos.

À minha família, amigos, parentes e afins, pelo apoio e compreensão nas ausências que a pesquisa requeria.

Aos professores do Departamento de Antropologia da UFPR, pela partilha do saber e pelas importantes contribuições, quer pelo escutar das tantas histórias quer pelas sugestões de leituras.

Aos funcionários do PPGAS, pelo apoio e ajuda nesses anos.

Aos moradores do local da pesquisa, pela receptividade, bem como a todos os informantes que gentilmente se dispuseram a falar de si, dos outros e da cidade.

Às famílias e pessoas próximas daqueles que cometeram o 'último ato', pelas entrevistas e pela confiança em me contar detalhes de suas vidas.

Aos meus colegas de mestrado, Ana Paula Almeida da Cruz, Raphael Fioravanti, Ricardo Campos Leining, Zélia Bonamigo, Eveline Araújo, Patrícia Martins, Ângela Kurowski e todos os outros pela amizade e apoio.

Ao Hotel Park, em especial seus funcionários, local das hospedagens e onde mais se confeccionou o diário de campo desta pesquisa.

Agradecimentos especiais

A Ademir Winkelhaus pelas várias formas de contribuição à pesquisa de campo.

A Maria Ivone de Queiroz, pelas palavras de incentivo.

À Família Friedmann Zetsche pela acolhida em sua casa, pelo partilhamento de sua convivência familiar e pelos momentos de descontração, tão importantes durante as estadas em campo.

A Malá, por ter me ensinado algumas lições sobre generosidade e por sua amizade.

A Irene Klassen por estar presente no início desta pesquisa e fazer parte desse processo.

À banca de qualificação, nas pessoas de Selma Baptista e Rosangela Digiovani, por terem ajudado a clarear os resultados desta dissertação.

Agradecimentos mais que especiais

A Sandra Jacqueline Stoll, pela forma segura, paciente e afetuosa com que me orientou, tanto durante a pesquisa de campo quanto na elaboração da dissertação, meu profundo reconhecimento e gratidão.

A Geórgia Floriani, pela inestimável ajuda durante a pesquisa.

A Marlise de Cássia Bassfeld, pela atenciosa edição do trabalho e por ter emocionadamente entendido o que escrevi.

E, com um carinho muito especial, a Margot Friedmann Zetzche, por tudo, sem o que esse ritual de passagem não seria possível. Minha gratidão que não cabe nas palavras. E, grato também por teclar os acordes de “Alfonsina y el Mar”.

Vou dormir

Dentes de flores, toucado de orvalho,
mãos de ervas, tu, fina nutriz,
prepara-me logo os térreos lençóis
e o édredon de musgos espinhentos.

Vou dormir, minha nutriz, recosta-me.
Põe uma lâmpada na cabeceira;
uma constelação; a que quiseres;
todas são boas; aproxima-a um pouco.

Deixa-me sozinha; ouves romper os brotos...
te avassala um pé celestial desde o alto
e um pássaro te desenha uns compassos

para que esqueças... Obrigada. Ah, um favor:
se ele chamar novamente ao telefone,
diga-lhe que não insista, diga-lhe que saí...

Alfonsina Storni

[Soneto escrito e enviado por Alfonsina Storni ao jornal
La Nación, poucas horas antes de seu suicídio em que
se atira ao mar na madrugada de 25 de outubro de
1938]

SUMÁRIO

	RESUMO	vii
	ABSTRACT	viii
1	INTRODUÇÃO	1
2	DO SUICÍDIO COMO PROBLEMA MORAL: DURKHEIM E MAUSS	11
2.1	O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO EM DURKHEIM	11
2.2	A MORAL EM DURKHEIM	13
2.3	DA CONSTRUÇÃO DO SUICÍDIO COMO PESSOA MORAL	20
3	DUAS FACES DE UMA CIDADE	25
3.1	A “CIDADE-MODELO”	25
3.2	MAX WEBER, TRABALHO E PROTESTANTISMO	27
3.3	A “CIDADE-PROBLEMA”	31
3.4	SOBRE SUICÍDIO E GERMANIDADE (GERMANISMO)	38
4	SOBRE A DIMENSÃO DO FENÔMENO	44
4.1	O PROBLEMA ESTATÍSTICO	44
4.2	TRÂNSITO, SUICÍDIO E ESTATÍSTICAS	46
5	DO LOCAL, PELAS INSTITUIÇÕES: O SUICÍDIO NO ESPAÇO PÚBLICO	50
5.1	LAZER E SAÚDE	50
5.2	O SUICÍDIO NOS JORNAIS	56
5.2.1	Suicídio no estado de Santa Catarina	61
5.2.2	Suicídio no Médio Vale do Itajaí	68
5.2.3	Suicídio no município da pesquisa	69

5.3	O SUICÍDIO NOS PROCESSOS JUDICIAIS	76
5.3.1	Os processos judiciais	79
6	O SUICÍDIO SOB OUTRAS FACES: UMA DISCUSSÃO ATRAVÉS DA LITERATURA SOBRE O TEMA	87
7	DOS CASOS	112
7.1	CASO 1 – NARRATIVAS SOBRE UM DUPLO SUICÍDIO	113
7.2	CASO 2 – UMA EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA NUM CASO DE SUICÍDIO	124
7.3	UMA OUTRA TIPOLOGIA: O SUICÍDIO ENTRE OS JOVENS ...	135
8	SUICÍDIO, LÍNGUA E LINGUAGEM	139
8.1	A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO NO BRASIL	139
9	ÚLTIMO ATO?	147
	REFERÊNCIAS	152

RESUMO

Esta dissertação tem como tema o suicídio e suas ocorrências em um Município ao Sul do Brasil. Esse fenômeno é analisado a partir de suas formas de relação com as representações sociais. São também temas de análise as formas de apreensão do suicídio por meio das produções discursivas nos espaços públicos e privados. Busquei embasamento etnográfico nos conteúdos dos jornais locais e nos processos judiciais, além dos discursos e narrativas produzidos sobre o fenômeno nos espaços de interação social. A perspectiva de análise proposta compreende uma leitura dos casos de suicídio, relacionando-os com os casos etnográficos, ambos articulados com os pressupostos teóricos de autores selecionados. O trabalho, o lazer, a saúde, as redes de sociabilidade locais, entre outras, constituem instâncias privilegiadas em que as representações sociais que configuram uma moralidade local e como elas são mobilizadas socialmente a partir das ocorrências de suicídio. A problematização deste trabalho visa a buscar elementos de modo que se torne possível pensar como, a partir da relação suicídio/sociedade, articula-se a noção de moralidade, levando em conta as subjetividades envolvidas em cada caso de suicídio. Buscou-se, enfim, responder a que ordem de significados sociais eles estão relacionados.

Palavras-chave: suicídio, moral e representação social, narrativas, morte.

ABSTRACT

This essay has a meaning to expose the following occurrences related with suicides in a south town of Brasil. This phenomenon is analyzing here with its way of relation with the social representations. This study is to represent how public and private parties, groups, see this phenomenon, through the discursive productions. In this way it searched ethnographic bases from the local newspaper issue and the judicial process besides the narrative lectures produced about the phenomenon in the spaces of social interaction. The analysis perspective proposed relating with the ethnographic cases, both articulated with studies previews done, by selected authors. The word reinforcement, leisure, health and local sociability nets, besides other ones, constitute privileged instances where it was found the social representation witch configuration a local morality and the way they are socially mobilized from the suicide occurrences. The question of this work intends to find elements witch form think as, since relations suicide/society, it's possible an articulation about the morality sense considering the many subjectivies in each case of suicide. The aim was to, finally, respond to that order of social meanings they are related.

Keywords: suicide, morality and social representations, narratives, death.

1 INTRODUÇÃO

*E calcamos em nós, sob o profundo
instinto de existir, outra mais pura
vontade de anular a criatura.
(Carlos Drummond de Andrade)*

Dentre as formas do morrer, o suicídio em geral é a que causa maior comoção por se tratar de um ato resultante de uma decisão. Em razão disso, a pergunta que mais ouvi nesses anos de pesquisa foi: “por quê?” A complexidade de fatores envolvida na resposta a essa questão compreende o interesse por este trabalho. As páginas desta dissertação versam sobre um intrincado e subjetivo universo de significações de difícil acesso e compreensão apriorística.

Este trabalho revelou que a arte de bem perguntar é soberana à arte de bem responder. De fato, as perguntas que conduziram os rumos da pesquisa foram se tornando mais numerosas e mais complexas, a ponto de constatar que as iniciais eram pueris, se comparadas à complexidade que apresentaram ao final, tanto da pesquisa de campo quanto da escrita.

Nesta introdução, apresentarei o percurso da evolução dessas perguntas, mostrando como o trabalho e as discussões nas sessões de orientação foram construindo novas pistas e buscas conceituais.

Trata-se também de um exercício de contar uma história sobre o proceder da etnografia, do trabalho de campo à construção do saber antropológico sobre um fenômeno tão intrincado como o suicídio.

Duas histórias precisam ser contadas: como cheguei ao tema e ao campo e a história do método que se construiu ao longo desta. No ano de 2002, fiz uma primeira visita ao local¹, na qualidade de psicanalista, a convite, com o intuito de fazer contato com o Secretário de Saúde e com a responsável por um posto de saúde.

¹ Por uma questão ética, não será revelado o nome do município em questão. Este será referido no texto como: o Município, a Cidade da Pesquisa, o Local etc.

A demanda girava em torno das dificuldades enfrentadas por técnicos e agentes de saúde em relação ao número elevado de casos de depressão e crises de angústia que levavam os acometidos aos postos de saúde.

Na reunião com o Secretário de Saúde, estava presente uma outra psicanalista que fora comigo e a psicóloga do município. Até então, o tema do suicídio não havia sido mencionado. Na reunião, porém, logo o suicídio se tornou 'o assunto', consistindo em tema central dos relatos do Secretário de Saúde e da psicóloga local.

Retornando a Curitiba, encaminhamos (a psicanalista e eu) uma proposta de trabalho com os agentes de saúde. Em função de troca de mandato político e questões políticas, essa proposta não foi levada adiante.

Há muito tempo eu desejava fazer o mestrado em Antropologia Social e a religião estava entre os temas possíveis de trabalho. Após o primeiro contato com o município, confluíram vários interesses. Em duas especializações anteriores, numa delas trabalhei o próprio tema do suicídio e, em outra, o tema da religião. Ambos privilegiaram revisão de literatura, sem pesquisa campo.

Assim surgiu o projeto de mestrado em Antropologia, unindo duas áreas de interesse. Depois de cumpridos créditos, pude definir minha forma de intervenção/identidade quanto ao município e quanto ao suicídio naquele lugar. Eu estaria lá na condição de pesquisador em Antropologia e essa tem sido a minha forma de apresentação em campo.

Além de minha formação, mudaram também minhas concepções sobre o suicídio e mudaram os responsáveis pela saúde, ou seja, os contatos locais.

A história do método desta pesquisa confunde-se ou é ela propriamente a história da construção e complexificação das perguntas.

Tudo o que se sabia por ocasião da primeira visita era que naquela localidade ocorriam casos de suicídio, cujo índice é considerado elevado para os padrões nacionais² e nada levava a crer que houvesse respostas prontas. Ao contrário, para os de fora, o assunto sequer era relatado de forma aberta. Nem mesmo os jornais a princípio forneciam pistas sobre os acontecimentos.

² Dados sobre o tema serão apresentados adiante, no capítulo 3.

Considerando essa postura “oficial” da localidade com relação ao tema, iniciei a pesquisa deixando o tema em suspenso para que viesse à tona a partir da fala dos próprios moradores da cidade. Assim foi que o suicídio, enquanto foco central desta pesquisa, de início foi colocado em segundo plano dando-se primazia ao conhecimento da vida local, tarefa que envolveu a apreensão das redes de sociabilidade locais. A pergunta ‘por quê?’, deu lugar à pergunta: “como se vive nesta localidade?”.

Ainda não se sabia ao certo onde isso levaria, mas logo de início essa proposta se mostrou produtiva, pois comecei a enxergar que aquele lugar é composto por muitas redes que se cruzam e nos cruzamentos apareceram problemas, características próprias do local, fragmentações onde eu só via uma totalidade.

Apareceram outras totalidades e novos fragmentos. Apareceram bairros, religiões, divisões políticas, geográficas, diferenças culturais, étnicas, lingüísticas, a economia, o trabalho, e o mais importante de tudo, apareceram pessoas. E com as pessoas apareceram diálogos, medos, teorias, histórias e outras tantas coisas. Como esperado, apareceu o suicídio, agora sim, na forma de objeto de estudo antropológico à medida que inserido na vida cotidiana da cidade.

Para tanto persegui a resposta à seguinte pergunta: ‘o que é viver nesse local’? Ou seja, “como se vive nessa localidade?”. O propósito era colocar a vida em perspectiva com a idéia da morte. À pergunta de como se morre nesse local foi colocada em perspectiva com o viver ali.

Essa perspectiva de investigação me conduziu às praças, escolas, bares, bailões, salões paroquiais, cultos, missas, reuniões políticas, leitura dos jornais, quadras esportivas, postos de saúde, prostíbulos, visita a pessoas ilustres, meios de comunicação, velórios, cemitérios, hospitais, conversas informais, lojas, jornais, pastores, delegacias, delegados, taxistas, órgãos públicos, empresas, cartomante, aos loucos da cidade, coveiro, recém-chegados na cidade, bem como aos nunca saídos de lá. Todos eles passaram a ser informantes.

Os informantes não foram previamente selecionados por extratos sociais. Eles foram se tornando necessários ao longo da pesquisa. Num primeiro momento onde se tratava de conhecer o local, pode-se dizer que todas as pessoas com quem

conversei e entrevistei foram os informantes. Num outro momento, surgiu a necessidade de pensar o local a partir de suas instituições. Desse modo alguns funcionários do município, cada qual em seus respectivos setores, passaram a se tornar informantes. Como a cidade é atendida pelos postos de saúde espalhados em cada bairro, seus funcionários são os que têm mais contato com a população local. Assim, os enfermeiros que coordenam cada posto se tornaram importantes informantes, além de alguns médicos. Para a questão do trabalho, quem mais tinha condições de fornecer informações seriam os gerentes de recursos humanos das empresas, bem como os técnicos de segurança do trabalho. Foi com eles que obtive grande parte das informações sobre as condições do trabalho. Para compreender a religiosidade local, os informantes foram os pastores das Igrejas Luteranas, um padre da Igreja Católica residente no município e um padre que não mora mais ali. Para entender os trâmites, ocorrências e obter conhecimento sobre os aspectos legais do suicídio e os procedimentos locais, os delegados da cidade e funcionários do Fórum estão entre os importantes informantes. Além destes, muitas outras pessoas foram entrevistadas mais de uma vez, podendo-se pensá-los também como informantes. São eles: responsáveis pelos museus, descendentes dos fundadores da cidade, funcionários públicos da Prefeitura, parentes de ex-combatentes na II Guerra, pessoas com histórico de tentativas de suicídio, dentre muitos outros.

O tema do suicídio será tratado nessa dissertação através das formas de narrativas que constroem localmente em torno dele, bem como os locais onde os discursos são produzidos. Assim, além dos discursos dos informantes acima indicados, os jornais e os processos jurídicos constituíram fontes e dados para obtenção de informações sobre o suicídio.

A problematização dessa dissertação visa construir uma inteligibilidade do ato suicida a partir de uma leitura antropológica dos dados etnográficos, dos discursos e narrativas sobre o suicídio e das articulações com os casos de morte por esse meio. Para tanto, os autores e conceitos escolhidos tiveram por função mediar as possibilidades de análise.

Não pude, por questões de ordem profissional, residir na localidade. O contato com essa multiplicidade de informantes deu-se por meio de viagens a campo

com permanência média entre 5 e 6 dias, realizadas ao longo de dois 2 anos³. Essa forma de inserção na vida local também diz respeito ao método. Por se tratar de um município relativamente pequeno, onde de certa forma “todo mundo se conhece”, dado o fato do objeto de investigação ser o suicídio, se decidiu não estender a estada na cidade por longos períodos de tempo. No entanto, mesmo nos períodos de afastamento mantive-me em contato com alguns dos informantes, via e-mail. O fato é que essa conduta revelou-se frutífera para o andamento da pesquisa e, ainda hoje, não recomendaria outra forma de encaminhar uma pesquisa com esse tema.

À medida que conhecia o local e suas subjetividades e também quanto mais fui me aproximando do tema, mais as hipóteses e explicações sobre o suicídio foram ganhando o primeiro plano das observações e a relação com os informantes foi se aprofundando, tendo se tornado informantes privilegiados.

Logo foram aparecendo agenciamentos de entrevistas com parentes e amigos de suicidas, além de entrevistas com pessoas que tentaram o suicídio e não morreram.

As narrativas sobre suicídios recentes e outros passados foram somando-se e construindo um mosaico de narrativas construindo um panorama a contrastar com o que mais tarde eu obteria de informações oficiais, como se verá adiante.

Com o tempo fui percebendo que eu me aproximava dos suicidas pelo melhor caminho, ou seja, conhecendo o mundo em que eles viviam. Conheci os “em tornos” de suas vidas para poder pensar o sentido de suas mortes, de suas decisões de cometer o suicídio. Pude ver que nem sempre se tratava do tema da morte, senão que a morte era mediadora de alguma forma de continuidade ou construção da vida em outro plano. Essa articulação vida(morte)-suicídio-morte(vida) rendeu muito. O trabalho a que o método me conduziu estava na contramão dos acontecimentos.

Enquanto as famílias e a sociedade produziam o esquecimento dos seus mortos suicidas, eu estava reconstruindo suas histórias, trazendo-os de novo à vida através da pesquisa. Precisava deles ‘vivos’ para poder perguntar-lhes, enquanto vivos, qual sentido poderia haver em sua decisão de morrer. Eu precisava encontrá-los vivos para entender o sentido de suas mortes. Assim foi que os ressuscitei enquanto sujeitos para que eles pudessem ser objetos da pesquisa, contudo, recriei

³ O período da pesquisa de campo foi de outubro de 2004 a setembro de 2006. No total foram 16 viagens ao local da pesquisa com tempo de permanência médio de cinco dias a cada viagem.

através de terceiros, imagens do mundo onde eles estiveram inseridos. Isso aconteceu em duas etapas. Primeiro conheci a localidade onde eles viviam (alguns de seus bairros, etnias, línguas, religião, relações de vizinhança, costumes, mudanças recentes), o que me permitiu apreender algumas das características da vida naquele local e, também, o que poderia tê-los levado à decisão de morrer. Depois comparei estas informações com dados obtidos através de entrevistas com os familiares, vizinhos e os depoimentos que constam dos processos judiciais que tentam identificar a causa *mortis*.

As informações sobre o município davam conta que os suicídios ocorriam entre os alemães de religiosidade protestante. Com base nestas o projeto de pesquisa inicial teve forte embasamento nos pressupostos de E. Durkheim, em sua obra *O suicídio: um estudo sociológico*. Para Durkheim (1982, p.105), “em toda parte, sem exceção, há muito mais suicídios entre os protestantes do que entre os adeptos dos demais credos”. A pesquisa mostrou que localmente essa afirmação não tem sustentação.

Minha primeira ida a campo ocorreu uma semana antes do Dia de Finados do ano de 2004 e tinha por objetivo observar os preparativos deste, já que as representações sobre a morte e como esta é celebrada socialmente são enfatizadas em ocasiões como esta. Sobretudo, queria apreender o tratamento dado aos suicidas.

Naquela semana estive nos cemitérios da cidade, onde os túmulos são ricamente floridos, limpos, jardinados. Pareceu-me ser decorrência da proximidade do Dia de Finados, mas em entrevista os coveiros afirmaram que ao longo do ano todo os cemitérios são visitados e mantidos floridos. Mais do que isso informaram que um dos programas locais consiste na ida ao cemitério, munidos de apetrechos de lida com o jardim e levam materiais de limpeza para manter os túmulos bem cuidados. Muitos desses túmulos têm forma de jardim, com cercas, grama, objetos, canteiros, flores, pedras, esculturas e num deles até um banco de jardim.⁴ O túmulo é uma projeção da casa, uma extensão ou projeção da representação social da família. A noção de ordem que permeia essa prática preside as relações espaciais, tanto nos espaços públicos (rua) como nos espaços privados (casa).

⁴ Por questões éticas de preservação da identidade do município em questão, não foram juntadas as fotos do local.

As visitas aos cemitérios foram interessantes por revelarem certas divisões sociais. No município existem cemitérios para os alemães e seus descendentes; em outros são enterrados os italianos e seus descendentes; por fim, há os cemitérios mistos, onde são enterrados tanto alemães quanto italianos. Essa classificação dos cemitérios, segundo os moradores, não é orientada tanto pela etnia, quanto pela religião. Diz-se cemitério luterano ou cemitério católico. As pessoas não dizem que nos cemitérios são enterrados os mortos, os finados, os defuntos, gente que morre etc, eles dizem que ali são enterrados um alemão ou um italiano.

Nos cemitérios “de italianos” os túmulos são menos decorados, mais sujos, ficam abandonados durante o ano, há túmulos quebrados, sem placas. A diferença não fica restrita ao aspecto estético. Os cemitérios católicos e protestantes também se diferenciam quanto à concepção da morte. Os católicos acendem velas aos mortos por acreditar que a luz ilumina o caminho do morto, isto é, de sua alma até o céu. No caso dos protestantes, a doutrina diz que quando alguém morre, cai numa espécie de sono profundo até o dia do julgamento final, de forma que velas e flores não têm efeito algum sobre o morto. Mas então pra quê o capricho com os túmulos? Há aqui uma discordância entre a doutrina e crença, pois conversando com luterano no cemitério este me disse que as flores são para tornar florido o caminho do parente e que a ida ao cemitério no dia de finados serve para lembrar os momentos em que ele era vivo.

Há aqui um claro exemplo de como a vida social consegue abarcar contradições desde que analisadas em planos diferentes. No plano religioso seria absurdo levar flores ou cuidar dos túmulos, porém da perspectiva social ter-se esses cuidados resulta de interesses extra-religiosos, servindo como símbolo de reconhecimento e status social. No que se refere a este aspecto da religião, Geertz deixa claro que sua existência não restringe a estabelecer conexões transcendentais. Ele escreve a esse respeito:

Para um antropólogo, a importância da religião está na capacidade de servir, tanto para um indivíduo como para um grupo, de um lado como fonte de concepções gerais, embora diferentes, do mundo, de si próprio e das relações entre elas – seu modelo da atitude – e de outro, das disposições mentais enraizadas, mas nem por isso menos distintas – seu modelo para a atitude. A partir dessas funções culturais fluem, por sua vez, as suas funções social e psicológica. (GEERTZ, 1989, p. 140)

Para que serve esse exemplo? Para indicar que as flores dos jardins se articulam de alguma forma não apenas com as concepções acerca da idéia e das representações da morte. Como pensar o suicídio sem ter acesso a essas representações? Não é na cena de um enforcamento ou velório de um suicida o lugar único e privilegiado para se procurar significações.

Os cemitérios e as complexas redes históricas e de sociabilidades que podem ser abstraídas de sua observação renderia uma pesquisa à parte. Lamento não ser aqui o local oportuno para tal empreendimento.

Certo dia, após mais de um ano de pesquisa, reuni todos os processos judiciais dos suicídios que eu já conhecia por narrativas. Confrontando-os, me detive nas fotos dos mortos, pendurados nas cordas escolhidas para promover a morte, outros com tiro na cabeça. Todos eles já mortos para a sociedade, quase esquecidos para a família e eu, que já os conhecia pelas narrativas, agora via suas fotos, defrontava-me com a imagem de seus corpos.

Eles nasceram para mim naquele momento, nasceram enquanto imagem corporal e, também, enquanto sujeitos. Foi como conhecer pessoalmente alguém de quem se ouve falar há muito tempo.

Nas fotos, que vi solitariamente, tive a impressão de eles estavam vivos (antropologicamente estavam) e que seus atos diziam (gritavam?) coisas importantes. Nesta primeira vez que os vi, mortos, através das fotos, veio a sensação de que ali, enquanto sujeitos da linguagem, eles foram trazidos à vida. Eles me pareceram vivos nas mensagens que traziam em seus olhares, nas roupas que usavam na hora morte, no local que escolheram para pendurar a corda, nos preparativos para o ato, nos bilhetes, na expressão de seus rostos e tudo isso associado às idéias já impressas em minha mente a partir das narrativas sobre suas vidas. Ali tive a impressão também de que a pesquisa de campo havia se encerrado, embora outras viagens ainda se impusessem para complementar informações.

O questionamento sobre o que seria o viver naquela localidade abriu-me um leque imenso de possibilidades de investigação e me conduziu dos lugares mais comuns até os lugares mais inesperados onde se pudesse observar a dinâmica do social.

Conforme o município foi se tornando mais conhecido, o tema da morte e do suicídio voltaram ao foco central, passando a conduzir as questões que vinham se impondo: se o suicídio constituía um discurso, que discurso era esse?

O suicídio, embora praticado nos casos pesquisados em ambiente privado, volta-se para o espaço público. Ele se dirige, enquanto mensagem para algum lugar que não o cosmológico. Não estando na esfera do imaginário da vida após a morte tão somente, a significância do suicídio enquanto fenômeno social passou a despertar-me para novas formas de olhar para o fenômeno. Passei a indagar-me então sobre o significado do morrer voluntário. Ou, dito de outro modo, passei a perguntar-me: “o que tornou a vida insuportável para esses indivíduos?”

Entendendo o ato suicida como um discurso que põe em diálogo o indivíduo e a sociedade, passei a perguntar-me: como relacioná-los? Essa questão me remeteu aos dados levantados sobre a história recente do município e as mudanças econômicas ocorridas afetando em especial as relações de trabalho nas fábricas e indústrias, o que teve impacto sobre algumas das formas tradicionais de sociabilidade.

Da contextualização social da prática do suicídio, passei a perguntar-me sobre as representações locais relativas a esse fenômeno. Era importante saber como a cidade reagia a cada novo caso de morte. As narrativas obtidas apontaram casos não registrados, medos, explicações, preconceitos, relutâncias, tudo isso constante das páginas a seguir.

Essa sumária exposição, longe de ser precisa, exata e bem dimensionada sobre as perguntas que impulsionavam as investigações, serve para demonstrar os percursos da pesquisa de campo, construídos à medida que novas questões a movimentavam. Quase ousar dizer aqui, que o pesquisador foi objeto do método, no sentido de ter sido o tempo todo guiado e não guia dos rumos da pesquisa.

Os resultados desse percurso serão apresentados da seguinte forma:

No segundo capítulo, encontra-se uma perspectiva de análise a partir das noções de representação e moral em Durkheim, bem como da noção de pessoa e suas articulações para Marcel Mauss.

O terceiro capítulo é dedicado a uma primeira apresentação do local da pesquisa, articulado com a noção de ética em Weber. Os aspectos históricos possibilitarão uma visão mais geral do município.

O quarto capítulo é dedicado a uma discussão sobre a questão de como o suicídio aparece nas estatísticas, além dos casos que são registrados como acidentes.

O quinto capítulo compreende o aspecto etnográfico, sempre articulando com o fenômeno do suicídio, cujas vertentes são: a saúde e o lazer, a imprensa escrita, os processos judiciais, todos esses configurando locais onde se produzem discursos tipificantes para explicação causal do ato suicida.

No sexto capítulo, está a discussão teórica com a literatura que permite pensar as representações associadas ao suicídio.

No sétimo capítulo, a apresentação de dois casos de suicídio cujas análises permitem pensar os dados etnográficos articulados com a etnografia.

O oitavo capítulo contém um texto sobre um período histórico vivido na região dessa pesquisa. Trata-se da proibição do uso de língua estrangeira, durante o Estado Novo no Brasil, na década de 1940 e que ficou conhecido como a Campanha de Nacionalização.

No nono e último capítulo, está a conclusão da pesquisa, com algumas constatações acerca do fenômeno estudado.

2 DO SUICÍDIO COMO PROBLEMA MORAL: DURKHEIM E MAUSS

Trata-se de pensar o suicídio a partir de uma lógica calcada na noção de representação conforme propõe E. Durkheim. As representações vão constituir as bases que expressam a moral vigente ou a cultura.

Assim, para maior clareza, é preciso entender a noção de representação e de moral em Durkheim para que se possa iluminar o fenômeno do suicídio. A etnografia expõe o fato, revela os modos sensíveis de apreensão do fenômeno, mas é à luz dos conceitos que sua inteligibilidade poderá aparecer. Vale dizer que a moral poderá explicar e conferir sentido ao suicídio e não o contrário.

2.1 O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO EM DURKHEIM

Em *As formas elementares da vida religiosa* (1996), Durkheim⁵ consolida um percurso que conduz às bases do pensamento sociológico. A síntese de sua obra repousa no postulado de que a vida social é constituída de representações coletivas. Esse percurso é marcado por uma transformação que segue da consciência coletiva para a substituição da noção de representação coletiva. Para tal empreendimento, já iniciado em outros trabalhos, realizou estudos em sistemas religiosos com o intuito de mostrar que

a religião é uma coisa eminentemente social. As representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas; os ritos são maneiras de agir que só surgem no interior de grupos coordenados e se destinam a suscitar, manter ou refazer alguns estados mentais desses grupos. (DURKHEIM, 1996, p. 16)

Até mesmo as categorias como tempo, espaço e outras, são determinadas pelas representações sociais. Durkheim ultrapassa uma antiga discussão sobre a origem das categorias: o empirismo e o apriorismo. O empirismo compreende que as categorias são resultado da experimentação sensível ao passo que o apriorismo as concebe como características inatas do indivíduo. Para que possa haver sociedade é preciso que essas categorias possuam uma concepção homogênea, sem a qual não haveria níveis de concordância entre os seres.

⁵ Sociólogo francês.

a sociedade não pode abandonar as categorias ao livre arbítrio dos particulares sem se abandonar ela própria. Para poder viver, ela não necessita apenas de um suficiente conformismo moral: há um mínimo de conformismo lógico sem o qual ela também não pode passar. (DURKHEIM, 1996, p. 24)

As categorias são a resultante de uma criação no meio do grupo e como tal, conseqüências das representações coletivas.

Estas não são produto da somatória das representações individuais. A prática social faz surgir uma nova qualidade que legitima à sociedade um outro estatuto, exterior aos indivíduos, ainda que viva neles, mas não se reduz às suas particularidades. O indivíduo age e tem sua consciência a partir das representações coletivas que, uma vez internalizadas, moldará as formas de ação a partir do que há em comum com os outros homens. Temos aqui um caráter impessoal das condutas uma vez que são condicionadas por representações coletivas. Assim, pode-se entender que aquilo que faz do indivíduo biológico um homem são representações que estão na sociedade.

As representações individuais associadas vão constituir as bases para a criação da sociedade que pode ser entendida como a síntese das representações individuais, mas agora de outra natureza, ela passa a ser autônoma aos indivíduos e às suas representações individuais. Durkheim escreve:

Pois uma sociedade não é constituída simplesmente pela massa dos indivíduos que a compõem, pelo solo que ocupam, pelas coisas que utilizam, pelos movimentos que realizam, mas, antes de tudo, pela idéia que ela faz de si mesma. (DURKHEIM, 1996, p. 467)

Quanto à relação dos indivíduos na constituição desse conjunto representativo que é a sociedade, ele escreve:

Certamente, consideramos uma evidência que a vida social depende de seu substrato e traz sua marca, assim como a vida mental do indivíduo depende do encéfalo e mesmo do organismo inteiro. Mas a consciência coletiva é algo mais que um simples epifenômeno de sua base morfológica, da mesma forma que a consciência individual é algo mais que uma simples eflorescência do sistema nervoso. Para que a primeira se manifeste, é preciso que se produza uma síntese *sui generis* das consciências particulares. Ora, essa síntese tem por efeito criar todo um mundo de sentimentos, de idéias, de imagens que, uma vez nascidos, obedecem a leis que lhe são próprias. (DURKHEIM, 1996, p. 468)

Além das categorias, Durkheim também propõe que os conceitos são representações coletivas. Sua definição de conceito é de que este é uma “representação essencialmente impessoal, e através dele que as inteligências se comunicam”. (DURKHEIM, 1996, p. 481) Por ser comum, o conceito é resultante da sociedade e elaborado por ela. Ele escreve que

não há dúvida de que a linguagem e, portanto, o sistema dos conceitos que ela traduz, é o produto de uma elaboração coletiva. O que ela exprime é a maneira como a sociedade em seu conjunto representa os objetos da experiência. As noções que correspondem aos diversos elementos da língua são, portanto, representações coletivas. (DURKHEIM, 1996, p. 482)

A sociedade pensa a si mesma através dos conceitos que põe em ação e como tal, os objetos da experiência são concebidos/criados a partir das representações que a sociedade impõe. Desta forma é que os conceitos criam e fazem leituras das realidades sensíveis e estas formas de apreensão, por sua vez, trazem a marca de sabedoria que a coletividade vem acumulando ao longo do tempo. Por isso, segundo Durkheim, “pensar logicamente é sempre, em alguma medida, pensar de maneira impessoal (...) a vida lógica supõe evidentemente que o homem saiba, ao menos confusamente, que há uma verdade, distinta das aparências sensíveis.

Por estas razões acima expostas é que a noção de representação é de fundamental importância para a análise do fenômeno do suicídio. O raciocínio sobre o suicídio aparecerá nos meandros das representações coletivas que “norteiam” a prática da vida no local estudado.

Mas, ainda há que mencionar aqui o a noção de moral em Durkheim par que dele possam surgir significados.

2.2 A MORAL EM DURKHEIM

As representações coletivas serão a matéria prima daquilo que na efervescência do meio social, vão resultar nas formas específicas que a sociedade concebe sua própria experiência e, principalmente, estabelece os limites conceituais para as práticas individuais.

Pelo simples fato de existir a sociedade, existe também, fora das sensações e das imagens individuais, todo um sistema de representações que gozam de propriedades maravilhosas (...) Elas possuem uma espécie de força, de ascendência moral, em virtude da qual se impõem aos espíritos particulares. Por conseguinte, o indivíduo se dá conta, ao menos obscuramente, de que acima de suas representações privadas existe um mundo de noções-tipos segundo as quais deve regular suas idéias; ele percebe todo um reino intelectual do qual participa, mas que o excede. É uma primeira intuição do reino da verdade. (DURKHEIM, 1996, p. 485)

A noção de moral que se depreende a partir de Durkheim é bastante diferente de um conjunto de regras e normas, de proibições e sanções. Não se trata em Durkheim de pensar a moral como um catálogo do agir e sim como as representações coletivas constituem modos próprios de orientação tanto do pensar como do agir, ainda que nem sempre os atores percebam conceitualmente que são “guiados” por ela. Estamos aqui mais no nível de aproximação da moral em Durkheim com a noção de cultura e menos de uma disciplinação formal do agir.

É um erro fundamental, portanto, confundir, como tantas vezes se fez, o tipo coletivo de uma sociedade com o tipo médio dos indivíduos que a compõem. O homem médio é de moralidade mais medíocre. Só as máximas mais essenciais da ética estão gravados nele com alguma força, e mesmo assim estão longe de ter nele a precisão e a autoridade que têm no tipo coletivo, ou seja, no conjunto da sociedade. (DURKHEIM, 1982, p. 409)

Para bem dimensionar a força e importância das representações coletivas, Durkheim (1996, p. 485) escreveu que

quando tentamos, mesmo em nosso foro interior, libertarmos dessas noções fundamentais, sentimos que não somos completamente livres, que algo resiste a nós, dentro e fora de nós. Fora de nós há a opinião que nos julga, mas, além disso, como a sociedade é também representada em nós, ela se opõe desde dentro de nós a essas veleidades revolucionárias; temos a impressão de não podermos nos entregar a elas sem que nosso pensamento deixe de ser um pensamento verdadeiramente humano.

Mas também a própria sociedade precisa tomar consciência de si e zelar por sua manutenção. Nesse sentido é preciso que ela “se reúna e se concentre”. (DURKHEIM, 1996, p. 466) E são nesses momentos de concentração que as representações morais são avivadas, são lembradas e relembradas. Os momentos rituais, tomados em sua complexidade, são exemplos de como a sociedade se reúne

para reforçar os laços culturais/morais que tornam possíveis a vida social. Diz Durkheim (1996, p. 472):

Não pode haver sociedade que não tenha a necessidade de manter e revigorar, a intervalos regulares, os sentimentos coletivos e as idéias coletivas que fazem sua unidade e sua personalidade. Ora, essa restauração moral só pode ser obtida por meio de reuniões, de assembléias, de congregações, em que os indivíduos, aproximando-se uns dos outros, reafirmam em comum seus sentimentos comuns.

Ao analisar como as representações morais atingem os indivíduos no seu agir, Durkheim (1996, p. 496) concorda com Kant que propôs que “agir moralmente é conduzir-se de acordo com as máximas que possam, sem contradição, ser estendidas à universalidade das vontades. Em outros termos, a ciência e a moral implicam que o indivíduo é capaz de elevar-se acima de seu ponto de vista e de viver uma vida impessoal”. Durkheim supera Kant neste sentido ao conceber que a razão impessoal, causa da subjugação do indivíduo frente à moral, é somente um “outro nome dado ao pensamento coletivo”. (DURKHEIM, 1996, p. 497)

Em *O Suicídio*, obra publicada em 1897 a problemática em torno da moral está no centro do pensamento de Durkheim. Ao propor a causalidade do suicídio como fato social vai analisá-lo sob o prisma da perturbação social/moral. A esta perturbação dá o nome de anomia. Assim, menos o suicídio e mais a moral é que constitui o tema central da obra, no sentido que apenas a sociedade e sua essência moral podem explicar a causalidade do suicídio. A moral, tomada como fato social é analisada como a determinante em seu método sociológico. A soma dos casos de suicídio num período determinado, numa sociedade dada, revela a natureza social como base de compreensão do fenômeno. Temos aqui, entre uma sociedade delimitada e um período de tempo específico, uma noção do extrato social/moral. A sociedade e o tempo estudados por Durkheim são a Europa industrial no século XIX.

Para bem entender as bases sociais e morais do suicídio Durkheim vai criticar muito apropriadamente certas noções para a causalidade do suicídio, tais como: raça, clima, estação do ano, a loucura, a disposição orgânico-psíquica, alcoolismo, geografia etc. O mesmo não se dá com a religião, a família e o trabalho por constituírem “locais” de intensa manifestação social de forma que a moral ali encontra meio de criar-se e transmitir-se.

As representações sociais ao se diferenciarem nas diferentes religiões vão conferir sentidos morais diferentes a elas e isso está relacionado, segundo Durkheim e no tempo delimitado de seu estudo, as diferentes taxas de suicídios nas diferentes religiões. Para ele, a religião católica favorece mais a sociabilidade e integração do que as religiões protestantes, onde a taxa de suicídio é mais elevada.

Quanto mais numerosas e importantes essas situações coletivas, mais a comunidade religiosa é fortemente integrada; maior também é sua virtude de preservação. O detalhe dos dogmas e dos ritos é secundário. O essencial é que eles sejam de tal natureza que alimentem uma vida coletiva de intensidade suficiente. E é por não ter o mesmo grau de consistência das outras que a Igreja protestante não tem a mesma ação moderadora sobre o suicídio. (DURKHEIM, 2000, p.203)

Quanto à família, Durkheim fará uma análise pelo viés do valor de integração social do casamento. Nesse sentido é que concluirá que os solteiros e os separados estão mais propensos ao suicídio. “o fator essencial da imunidade das pessoas casadas é a família, ou seja, o grupo completo formado pelos pais e filhos”. (DURKHEIM, 2000, p. 242)

Ele usa a expressão “integração” social para justificar o que faz os indivíduos permanecerem sob a égide da moral. Ele sintetiza o viver e o viver social nos seguintes termos:

Numa sociedade coerente e viva, há entre todos e cada um e entre cada um e todos uma troca contínua de idéias e de sentimentos e como que uma assistência moral mútua, que faz com que o indivíduo, em vez de ficar reduzido a suas próprias forças, participe da energia coletiva e nela venha recompor a sua quando esta chega ao fim. (DURKHEIM, 2000, p. 259)

O suicídio se apresenta quando temos um quadro exatamente oposto deste, ou seja, quando não há trocas, quando um ser não se sente fazendo parte da vida coletiva. Em função disso, Durkheim propõe que os suicídios aumentam na primavera quando a vida social se mostra mais intensa e aqueles que não fazem parte dela sentem-se tentados à morte voluntária. Também propõe que é durante o dia que os suicídios ocorrem em maior número por ser o período que a vida social está mais ativa.

Ainda no campo da moral e das representações coletivas, Durkheim vai analisar o suicídio que chamou de anômico pelo viés das crises industriais do século

XIX. Essas crises aumentaram o número de suicídios e não por força de resultado – empobrecimento – mas por serem perturbações da ordem coletiva. “Toda ruptura de equilíbrio, mesmo que resulte em maior abundância e aumento da vitalidade geral, impele à morte voluntária”. (DURKHEIM, 2000, p. 311)

A anomia atinge a moral ou a anomia é a própria perturbação da moral e se ela produz transformações na moral e na relação dos indivíduos com a sociedade e também entre si, faz-se necessário um período de acomodação para que novamente a sociedade venha a “proteger” os indivíduos. “É preciso tempo para que homens e coisas sejam novamente classificados pela consciência pública”. (DURKHEIM, 2000, p. 321)

Nesses parâmetros de integração social, Durkheim afirma que a pobreza protege por deixar clara a idéia de dependência social, ao passo que a riqueza cria a “ilusão” de que dependemos só de nós mesmos. Essa é uma hipótese que justificaria o fato das mais altas taxas de suicídio encontrarem-se nos países mais ricos. Também Durkheim vê aqui a razão moral religiosa que celebra a pobreza como uma nobre virtude.

Durkheim ao longo de toda a obra analisa os diferentes modos e causas do suicídio chegar à sua sentença: “É a constituição moral da sociedade que estabelece, a cada instante, o contingente de mortes voluntárias. Existe, portanto, para cada povo, uma força coletiva, de energia determinada, que leva os homens a se matar. Os movimentos que o paciente realiza e que, à primeira vista, parecem exprimir apenas seu temperamento pessoal são na verdade a consequência e o prolongamento de um estado social que eles manifestam exteriormente. Assim, as ocorrências da vida particular que são imediatamente associadas à causa do suicídio, são na verdade disposições morais da vítima, eco do estado moral da sociedade”. (DURKHEIM, 2000, p. 385)

Se o que até aqui exposto parece excluir a subjetividade individual em favor do social, uma relativização se faz necessária. Na própria obra sobre o suicídio, Durkheim contempla um capítulo para tratar das formas individuais dos diferentes tipos de suicídio. Não quero dizer com isso o restante da obra não contemple também o indivíduo como participante do processo.

O fato de Durkheim ter escrito sobre motivações para o suicídio que dependem do sujeito e que escapam de determinação social, talvez possa indicar as pistas para pensarmos o suicídio justamente nessa relação. Vejamos. Durkheim (2000, p. 356) escreve:

Sem dúvida, não podemos deduzir desse modo todas as particularidades que o suicídio é suscetível de apresentar, pois deve haver algumas que dependam da natureza específica do indivíduo. Cada suicida confere a seu ato uma marca pessoal que expressa seu temperamento, as condições especiais em que ele se encontra, e que, por conseguinte, não pode ser explicado pelas causas sociais e gerais do fenômeno. Mas essas, por sua vez, devem imprimir nos suicídios que elas determinam uma tonalidade *sui generis*, uma marca especial que as expresse. Trata-se de identificar essa marca coletiva.

O social está sempre presente e são suas representações que constituem o ideário suicida, mas a forma de apresentação da individualidade acima apresentada aponta uma possibilidade de análise calcada não nos extremos, mas na relação, num processamento de 'naturezas' distintas, o indivíduo e a sociedade.

Cada caso, nesse sentido, pode ser analisado a partir exatamente da relação particular que o indivíduo tem com a sociedade, desde é claro, que se proponha ver o fenômeno em menor escala ou num número delimitado de casos que torne possível o empreendimento.

O importante aqui é que o indivíduo deixa de ser um número numa tabela e os fatores emocionais podem ser levados em consideração. Não estaremos mais falando de um indivíduo, senão de uma pessoa, um sujeito e como tal, dos afetos, das paixões, dos projetos pessoais e do sofrimento são levados em consideração. Somente assim poderá aparecer com mais clareza a que tensões específicas estão submetidos os sujeitos na relação interna/externa entre as noções morais internalizadas e como estas se posicionam na relação social.

Assim analisado, o fenômeno do suicídio tende a revelar justamente a tensão, o conflito, a anomia no local pesquisado. Tal perspectiva também possibilita indagar porque e como as formas discursivas do senso comum constroem os julgamentos e formas de apresentação social do suicídio. As narrativas e apreensões do fenômeno por si só são o produto da relação pessoa-moral. Também nesse sentido, uma etnografia deixará entrever essa relação, ainda que não seja pensada localmente, tão-somente apropriada e reproduzida.

Dentre outras tantas contribuições, o trabalho de Durkheim tem o mérito de possibilitar indagar em que termos se expressa a anomia numa determinada localidade. Esse recurso ainda permite uma inversão surpreendente: perguntar o que torna, para certos indivíduos, a vida insuportável nesse local. A resposta, cientificamente produzida a partir dos discursos locais e também das cartas deixadas por suicidas, nos levaria direto ao coração das representações que constituem a moral local, bem como onde esta moralidade sofre a anomia.

Se, em muitos casos, nos antecedentes do suicídio, está a depressão, temos aqui mais um espaço privilegiado para pensar a relação moral/social e sujeitos/indivíduos, uma vez que não se pode negar que esses casos são acompanhados de uma série de manifestações corporais e sentimentais, ambas tributárias da relação. Durkheim discorre que estes estados são mais comuns no que ele denominou de suicídio egoísta, sendo este o que ocorre em maior número. “O que o caracteriza é um estado de depressão e de apatia produzido por uma individuação exagerada. O indivíduo já não tem apego à existência, porque não tem mais bastante apego ao único intermediário que o liga à realidade, isto, é, a sociedade”. (2000: 463)

Veremos que no contexto dessa pesquisa a depressão será apropriada como forma explicativa para o suicídio em termos de uma patologia individual, tipificante, enquanto poderia ela ser uma chave, uma pista interessante para pensar a dimensão moral. Mas apesar do uso patologizante e individualizador com que é tomada a explicativa “depressão”, ainda assim, temos uma forma de proceder e conceituar que, em outro nível, permite pensar a relação com o social. Nesse aspecto, é claro que não se trata de negar a existência da depressão ou a dimensão do sofrimento humano, mas de ressaltar que essa forma, que se mostrou hegemônica de explicação, acaba por não tornar possível observar e analisar, no contexto local, as representações que articulam o sofrimento com a moral vigente, as representações culturais. Que a depressão é um fato, não se nega, no entanto, o que quer dizer ela? Ao ficar por demais na crença de que os casos de depressão têm uma origem puramente psiquiátrica, todo o tecido social deixa de ser observado. Esse assunto retornará mais de uma vez no contexto da dissertação.

Aqui, o suicídio aparece como exterioridade de um fato que é interno, o sofrimento humano. Toda essa dimensão está contida em Durkheim, pois quem sofre é o indivíduo. A sociedade vive no indivíduo, segundo Durkheim (2000) ao mesmo tempo em que o torna sujeito, marcado por paixões, anseios, dores, dúvidas, alegrias.

2.3 DA CONSTRUÇÃO DO SUICIDA COMO PESSOA MORAL

Perguntar quem se mata, qual pessoa social decide colocar fim à sua trajetória, levou-nos sempre a também perguntar que representações sociais se relacionavam ao ato suicida. No contexto desta questão fomos conduzidos à tarefa de concatenar os seguintes elementos: a) a moral conforme proposta por Durkheim, b) os resultados etnográficos que oferecem meios de pensar a moralidade local a partir das representações do trabalho, c) os casos de suicídio em suas particularidades e, d) os discursos produzidos localmente sobre o tema.

Uma possibilidade de cumprir essa tarefa se apresentou quando aceitamos a sugestão de articular conceitos presentes nas obras de Marcel Mauss,⁶ do qual utilizaremos dois textos: *Uma categoria do espírito humano: A noção de pessoa, a noção de “eu”* (2003) e *“A expressão obrigatória de sentimentos”* (1979).

A noção de pessoa, a noção de eu, vem se construindo, segundo Mauss “ao longo dos séculos, através de numerosas sociedades, se elaborou lentamente”, (MAUSS, 2003, p. 371) e diz respeito

não ao senso do “eu”, mas a noção, o conceito que os homens das diversas épocas criaram a respeito. O que quero mostrar é a série das formas que esse conceito assumiu na vida dos homens, das sociedades, com base em seus direitos, suas religiões, seus costumes, suas estruturas sociais e suas mentalidades.

Para tanto faz um percurso a partir de dados etnográficos de povos indígenas, suas cosmologias, seus costumes, a atribuição de funções recebidas com o nome próprio. O nome, aliás, salienta Mauss, serve para indicar a posição relativa do indivíduo em relação aos outros. A noção de pessoa faz do indivíduo um sujeito com

⁶ Sociólogo e antropólogo francês.

direitos e obrigações, um sujeito ao mesmo tempo confundido e destacado no seu meio social.

Após analisar historicamente o desenvolvimento da noção de pessoa, Mauss (2003, p. 385) afirma que esta “é mais do que um elemento de organização, mais que um nome ou o direito a um personagem e a uma máscara ritual, ela é um fato fundamental de direito”. É entre os romanos que veremos a noção de pessoa se desenvolver no plano da moral da consciência. O próprio Mauss (2003, p. 390) chama a pessoa de fato moral. É da relação com os clássicos gregos que vem esse acréscimo. Além das máscaras, agora pode indicar o que “cada um é e quer ser, seu caráter, (...) a verdadeira face”. Passa a indicar o que é a pessoa, mesmo sem máscara, ainda que guarde sua dimensão de personagem. Entre os clássicos latinos e gregos de II a.C. ao século IV d.C., a noção jurídica da *persona* será acrescida da noção moral, “um sentido de ser consciente, independente, livre, responsável”. (DURKHEIM, 2003, p. 390)

Mas é entre os cristãos que temos a noção de pessoa em sua forma mais desenvolvida, segundo Mauss. Aqui a pessoa ganha a noção de unidade, tendo como exemplo a unidade da concepção dual de Cristo e do mistério da Trindade, onde três são um só. “A pessoa é uma substância racional indivisível, individual”. (MAUSS, 2003, p. 393)

O último passo era “fazer dessa substância racional individual que é, agora, uma consciência e uma categoria. Isso foi a obra de um longo trabalho dos filósofos”. (MAUSS, 2003, p. 393)

Pela análise de pressupostos surgidos do Renascimento, as questões sobre a natureza da alma e as concepções filosóficas, em particular de Descartes, Espinosa e Kant, chega-se à transformação última que sofre a noção de pessoa: a passagem para a categoria do “eu”.

Sintetizando, Mauss (2003, p. 397) escreve:

De uma simples mascarada à máscara; de um personagem a uma pessoa, a um nome, a um indivíduo; deste a um ser com valor metafísico e moral; de uma consciência moral a um se sagrado; deste a uma fórmula fundamental do pensamento e da ação; foi assim que o percurso se realizou.

Seria interessante nesse ponto refazer o caminho de como o suicídio foi encarado historicamente em paralelo a esse processo da construção da noção de pessoa. Tal empreendimento foi realizado por A. Alvarez no seu livro: *O Deus selvagem: um estudo do suicídio*. (ALVAREZ: 1999)

Mas cumpre aqui pensar como o suicídio se relaciona à noção de pessoa, à noção de eu. Tal decisão, a do suicídio, parece revelar a posição de um sujeito de ter a liberdade de dispor de sua própria vida a ponto de acabar com ela, mas a dar crédito tão somente a isso, seria propor um entendimento pouco relacional para o fenômeno. Ao se matar, como o demonstra os dados etnográficos, o suicida convoca e mobiliza uma série de representações sociais ao mesmo tempo em que força a sociedade, através de seus atores, a dar ouvidos ao mistério contido na sua morte. Uma pessoa moral se constitui aqui, a pessoa do suicida. O suicídio nesse sentido é uma fala e ao ser escutada (ainda que interpretada de formas diferentes) tal fala também contribui para a construção do indivíduo como pessoa. É uma passagem dramática, cujo preço é a morte. Todo suicida se constitui e faz ressaltar o fato moral de sua constituição.

O mundo dos sentidos aqui está presente. Quem se mata é um ser marcado pela experiência de um sofrimento. O suicídio é uma expressão, uma externalização do sofrimento. Mauss, em seu texto *A Expressão Obrigatória dos Sentimentos* (1979) deixa claro o quanto o mundo dos sentidos está determinado por uma condição de representação social. A expressão do sentimento e a forma como é feita constituem uma linguagem ao mesmo tempo em que são produto dela. O suicídio é uma expressão de sentimento, sendo, portanto, também uma linguagem.

Mas todas as expressões coletivas, simultâneas, de valor moral e de força obrigatória dos sentimentos do indivíduo e do grupo, são mais que meras manifestações, são sinais de expressões entendidas, quer dizer, são linguagem” (MAUSS, 1979: 153)

Não queremos dizer com isso que o suicídio goza de um entendimento imediato, senão que, ao se saber dele, mobilizações discursivas são geradas, sentimentos são expressos, ele é enredado numa teia de falas, explicações e supostas causalidades que deixa claro, seguindo a sugestão de Mauss, uma obrigatoriedade de expressar os sentimentos que ele suscita.

No local da pesquisa, esses fenômenos são interessantes de serem pensados. O início da pesquisa revelou o quanto o suicídio era um fato que precisava ser negado e o quanto a população de um forma geral “obedecia” essa regra. A forma de expressão dos sentimentos em relação ao suicídio, então, era não se falar sobre ele, de se negar sua existência. A linguagem se encarrega de expressar esse fato enquanto enraizado numa moralidade. Ainda que haja uma negação do suicídio no plano privado, posto que muitos casos não são noticiados como suicídio, mas como morte natural ou por acidente, essa pesquisa também revelou uma mudança de atitude tanto na linguagem como na forma de expressão do sentimento. Se antes, como forma de expressão a regra era não falar sobre (vide jornais, as primeiras entrevistas no local), após um ano de pesquisa esse fato mudou. A imprensa passa a noticiar, os órgãos públicos passam a promover de campanhas de combate e agora todos “sabem e falam” das ocorrências de suicídio no município.

Os fatos acima indicam como a obrigação da expressão de sentimentos se apresenta para a sociedade em geral. Por outro lado, o suicida também está envolvido nessa cadeia de linguagem. Sua expressão obrigatória de sentimento se refere mais ao aspecto de tornar pública as representações que tornam insuportáveis a vida em sociedade, enquanto que os discursos sociais tendem a torná-lo um fenômeno da vida privada.

Estamos uma vez mais às volta com a afirmação que o suicídio é uma expressão simbólica. Como ato simbólico, pode querer representar uma forma diferente de interpretar as representações dessa cultura. As idéias de Gilberto Velho (1999) sobre comportamento desviante podem ser aqui pensadas para ajudar a entender que o suicídio seja uma forma diferente de construção de si, uma leitura que “diverge” e produz tal resultado. As aplicações de julgamentos morais, por vezes severos, para os que praticam o suicídio indicam que tal conduta não se encontra dentro das regulamentações médias do que se é esperado numa sociedade.⁷

Mauss deixa claro como a expressão dos sentimentos é socialmente determinada e que tal determinação vai produzir modos de expressão diferentes para homens e mulheres. O suicídio é um fato que mundialmente (e localmente) tem

⁷ Exceção a isso é o suicídio entre os estóicos.

entre os homens seus maiores índices. Seria interessante questionar como e porque essa realidade é assim a partir das contribuições dos estudos da divisão social do trabalho numa perspectiva sociológica e do histórico das questões de gênero na antropologia.

Como a noção de pessoa se alterou ao longo de sua constituição e como a forma de concepção e julgamentos sobre o suicídio também se altera ao longo da história, também é preciso entender que o suicídio precisa ser pensado em contextos locais e históricos precisos. Proponho aqui que o suicídio não é uma entidade autônoma, com significados permanentes ao longo da história, mas que ganha sentido no contexto onde ocorre e no tempo onde ocorre. O suicídio de um estóico, de um grego dos tempos antigos, de um indivíduo da Idade Média, todos diferem em significados tanto quanto os que têm sua ocorrência nos tempos atuais.

3 DUAS FACES DE UMA CIDADE

Começo a descrição do local onde se realizou a investigação a partir das representações sobre a cidade, que sobressaíram nas entrevistas com moradores. Essas imagens são também recorrentes na imprensa, nos processos jurídicos e na fala dos funcionários da saúde, como se verá diante.

Dentre outras representações, sobressai a descrição da cidade por meio da imagem de uma divisão: a “cidade-modelo” e a “cidade-problema”. Estas categorias agregam certas características da vida na cidade, articulando-se como duas faces – opostas, porém, complementares -, pelas quais a cidade se auto-representa.

Colocar em diálogo essas duas representações (ou imagens) da cidade possibilitou analisar o fenômeno do suicídio na sua lógica e dinâmica social, pois são estas duas imagens que o suicídio coloca em relação.

3.1 A “CIDADE-MODELO”

É lugar comum afirmar que as pequenas cidades de colonização européia (principalmente no Sul do Brasil) preservam muitas de suas características culturais de origem, dentre as quais se inclui: a língua, a arquitetura, religiosidade, os costumes, festas, artefatos, culinária e “tradições”.

A imagem de “cidade-modelo” é a mais difundida para e entre os viajantes, aqueles que estão de passagem, cujo olhar se detém sobre a organização espacial e estética do lugar, como a arquitetura, as ruas, as opções de lazer. Características que se acredita fazer deste um lugar ideal para viver e ter “qualidade de vida”. É essa imagem que primeiramente farei surgir.

Trata-se de uma cidade localizada no Médio Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina, cujo percurso de chegada é marcado por um trajeto entre montanhas. Uma das atrações locais são justamente os morros nos quais se pode subir e vislumbrar, lá em baixo, o Vale. Mais que uma atração é um dos orgulhos da população que investe nas belezas naturais como atrativo turístico. A cidade tem bem marcadas as regiões urbana e rural, onde a agricultura de subsistência resiste à expansão industrial. Esta, aliás, é uma das divisões representacionais, bem como

geográficas, do município. Na área urbana prevalecem as construções em estilo alemão e italiano que formam um conjunto arquitetônico importante. Assim como a língua, a religião, a comida e outras “marcas de identidade”, também a arquitetura serve como referência para se atualizar a representação destas duas etnias como divisão social importante.

Há bairros onde se fala a língua alemã e bairros onde se fala o italiano. Esses bairros distam da zona urbana da cidade e, em geral, são ligados a ela por ruas longas, por vezes de asfalto e outras de chão batido, sempre ladeadas de exuberante natureza e propriedades rurais tradicionais.

O centro urbano, mais moderno, conta com um rio que divide a cidade. Há uma cascata e uma grande ponte para pedestres num lugar onde se poderia chamar o centro da cidade. Esta cidade não obedece ao modelo português de urbanização onde a praça e a igreja se apresentam como centro e a cidade crescendo ao redor. Ainda no local da grande ponte com a cascata em baixo, há um complexo turístico com museu, restaurantes, local para bailes, isso tudo de um lado da ponte e de outro, um antigo moinho com roda d'água onde são realizadas festas. O rio também divide bairros e comunidades.

As ruas, na sua grande maioria, são de paralelepípedos.

O sotaque alemão e italiano dos descendentes, bem como o falar essas línguas, cria uma sensação de estranhamento para quem procede de outros recantos. As casas são bem cuidadas e a presença dos floridos jardins são uma constante em praticamente todos os lados por onde se olhe ao transitar pela cidade. É comum observar pessoas cultivando os jardins. Mas vai além dos jardins o cuidado estético da cidade. Ela é limpa, não se vê acúmulo de lixo pelas ruas e calçadas. Não há mendicância nas ruas. Para corroborar essa imagem, vale mencionar que a ONU, no período de 1991 a 1998 realizou estudos em 5.507 municípios brasileiros para constatar o índice de desenvolvimento humano. Essa cidade figura em 10º lugar entre os municípios brasileiros e 3º lugar entre os municípios catarinenses, no que se refere à qualidade de vida. Algumas características apontadas no estudo da ONU são:

- a) taxa de analfabetismo: 3,1% - (3º melhor entre os municípios brasileiros);

- b) expectativa de vida: 69,95 anos – (36º entre os municípios brasileiros);
- c) renda familiar per capita: 1,59 sm – (12º entre os municípios brasileiros);
- d) população com moradias duráveis: 99,8% - (12º entre os municípios brasileiros);
- e) abastecimento de água: 99,9% - (30º entre os municípios brasileiros).

Os jardins chamam atenção pelo tamanho, cuidado, beleza, estado de conservação, quantidade de flores, canteiros, colorido. Ao comentar sobre os jardins com as pessoas do local, logo percebi não se tratar apenas de senso estético, senão que os belos jardins escondem representações importantes. Eles têm por função criar uma imagem sobre o interior da casa, isto é, a ordem de valores familiares. Os jardins acabam por adquirir a função mediadora entre o interior da casa, a vida privada, os valores internos e a rua, espaço da sociabilidade. Os jardins falam da família, do sucesso familiar, dos empreendimentos, embora se saiba que nem sempre o interior da casa seja tão florido quanto os jardins.

Os jardins representam uma das formas de distinção social, de forma que encontrar a família ou um dos moradores a trabalhar nos jardins não é cena rara e, como tal, constitui também um valor, além de forma de lazer. É difícil escapar à idéia de que haja uma competição de valores e reconhecimentos sociais ao se olhar para os jardins.

Para melhor entender a articulação entre as “cidades modelo e problema”, faz-se intervir aqui algumas idéias de Max Weber no que se refere à ética protestante.

3.2 MAX WEBER, TRABALHO E PROTESTANTISMO

Não se pretende realizar aqui uma transposição tal e qual das idéias de Weber para o local estudado. Mas, projetar sobre os dados etnográficos uma possível relação entre as representações que para ele constituem uma ética e os modos de vida relacionados ao trabalho como se apresentam localmente.

A etnografia aponta o trabalho e suas ramificações como o palco onde mais se encerram/encenam as práticas da vida coletiva, ou seja, o articulador e criador de

representações. Se há uma ética relacionada a este tópico, precisam surgir os princípios englobalizantes – moral – que dêem forma e sentido ao substrato revelado na etnografia. A escolha do texto *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (2005) de Max Weber⁸ se impôs porque articula bastante apropriadamente a questão do trabalho enquanto valor e a cultura decorrente do protestantismo.

O município desta pesquisa surge a partir da chega dos imigrantes alemães ao Brasil nos fins do século XIX. Trazem consigo a religiosidade protestante, que pode ser constatada pela presença das históricas Igrejas Luteranas e pela permanência atual do protestantismo constituindo grande parte da religiosidade local. O maior templo religioso Luterano da América Latina encontra-se justo nesta cidade. Ainda que o catolicismo represente hoje outra igual parcela da população, o protestantismo está na base da constituição da religiosidade local. Tal fato ainda é atual. O que já podemos supor uma contribuição significativa dos ideais protestantes na construção da moralidade local.

O propósito aqui, segundo os pressupostos de Weber, não é trazer o tema religioso para a discussão, mas tão somente fazer surgir os modos como se constitui o ethos local a partir dos valores associados à doutrina do protestantismo, no que se refere ao tema do trabalho.

Começo citando uma máxima extraída do texto de Weber (2005, p. 20): “Há algo no estilo de vida daqueles que professam o protestantismo que favorece o espírito do capitalismo”.

Weber (2005, p. 34) não trabalha com totalidades religiosas na análise desses sistemas; seu interesse está na “ética religiosa das classes que foram as vigas mestras da cultura em seus respectivos países. O que interessa é a influência que sua conduta exerceu”.

Ele descreve fatos apontados nas estatísticas que dão conta que os homens de negócios e donos do capital, assim como os trabalhadores mais especializados e o pessoal mais habilitado técnica e comercialmente das modernas empresas são predominantemente protestante. Esses fatos são explicados em função das “peculiaridades mentais e espirituais adquiridas do meio ambiente, especial tipo de

⁸ Sociólogo alemão. O texto em referência foi publicado em 1904.

educação favorecido pela atmosfera religiosa da família e do lar”. (WEBER, 2005: 39)

Weber associa o maior racionalismo econômico presente entre os protestantes como um caráter intrínseco de suas crenças religiosas e não se deve enxergar no intenso trabalho e no progresso uma propensão derivada de uma alegria de viver. Ele busca uma racionalidade que justifique essa prática. Escreveu:

O *summum bonum* dessa ética, o ganhar mais e mais dinheiro, combinado com o afastamento estrito do todo prazer espontâneo de viver e, acima de tudo, completamente isento de qualquer mistura eudemonista, para não dizer hedonista; é pensado tão puramente como um fim em si mesmo, que do ponto de vista da felicidade ou da utilidade para o indivíduo parece algo transcendental e completamente irracional. (WEBER, 2005, p. 49)

O trabalho passa a ser uma vocação.

A valorização do cumprimento do dever nos afazeres seculares como a mais elevada forma que a atividade ética do indivíduo pudesse assumir. E foi o que trouxe inevitavelmente um significado religioso às atividades seculares do dia-a-dia e fixou de início o significado de vocação como tal”.⁹ (WEBER, 2005, p. 68)

Weber adverte que não era propósito dos fundadores dessas correntes religiosas, bem com de seus representantes, o desenvolvimento do espírito capitalista. Eles não conceberam a ambição material como valor ético positivo. A reforma ética não estava nos interesses dos reformadores. Mas, a “salvação da alma” constituía o centro de suas idéias e de suas vidas. O desenvolvimento das transformações éticas foram “resultantes inesperadas e mesmo indesejadas do trabalho dos reformadores”. (WEBER, 2005, p. 74) Depois disso afirma que seu propósito é uma tentativa de clarear as conseqüências das forças religiosas no desenvolvimento da teia da cultura secular em suas interações com fatores históricos. Da mesma forma não pretende estabelecer uma ligação direta entre o capitalismo, o sistema econômico e os efeitos da Reforma.

Em “*A ética protestante...*”, Weber apreende o papel da moralidade como ordenadora dos estilos de vida, tomando como exemplo as seitas protestantes que

⁹ A título ilustrativo: certo dia, dirigi-me a uma das Igrejas protestantes do local a fim de entrevistar o pastor da comunidade. Quando ele se apresentou a mim, disse as seguintes palavras: “meu nome é __, tenho tantos casamentos realizados, tantos cultos, tantos velórios”, enumerando seu “currículo” de trabalhos realizados na vida pastoral. Essa apresentação parecia estar associada ao nome próprio.

em meados do século XIX, de difundem entre a burguesia, tornando-se, por fim, a ideologia dominante do capitalismo. Examinando textos de representantes das igrejas protestantes, Weber relaciona os seguintes pressupostos: objeção moral quanto ao afrouxamento na segurança da posse, objeção ao gozo da riqueza e ao ócio, às tentações da carne e desvio da busca de uma vida de retidão. A posse e riqueza só são condenáveis se afastam do caminho da retidão. A perda de tempo constitui o pior dos pecados. Cito:

A duração da vida humana é por demais curto e preciosa para garantir a própria escolha. A perda de tempo na vida social, em conversas ociosas, em luxos e mesmo em dormir mais que o necessário para a saúde, de seis até o máximo de oito horas, é merecedora de absoluta condenação moral.¹⁰ (WEBER, 2005, p. 119)

O ascetismo, como expressa Weber (2005, p. 125), “se voltava com toda sua força contra uma coisa: o desfrute da vida e de tudo o que tem para oferecer”.

Se por um lado enfatiza-se a restrição ao consumo e, de outro, o incentivo à aquisição e acúmulo de riqueza, o reinvestimento de capital e a poupança serão as marcas características resultantes desse sistema.

Com o passar do tempo, a idéia da salvação e harmonia com Deus vai caindo para segundo plano, tornando-se o que Weber (2005, p. 131) chama de “sóbria virtude econômica, ou seja, as raízes religiosas esvaem-se lentamente para dar lugar à mundanidade econômica”. Sobreveio a burguesia e tanto o trabalho quanto a riqueza continuavam se mostrando um dever. A distribuição desigual de riqueza era encarada como parte da vontade divina. O ascetismo educava as massas para o trabalho e o trabalhador aceitava colocar à disposição das indústrias sua força de trabalho, por entender estar agindo conforme os valores éticos e religiosos.

O município estudado nesta pesquisa é fortemente marcado por essa ética que, extravasando as fronteiras do protestantismo, pode ser percebida como ordenadora da vida social. É possível entender que mesmo os católicos refletem em

¹⁰ A questão do tempo e dos ritmos de vida associados aos rigores no cumprimento de horários sempre esteve presente na obtenção dos dados da pesquisa. Os turnos de trabalho nas indústrias locais ditam um modo de vida conforme se verá descrito nesta dissertação.

seus modos de vida um estilo de vida moral, cujas bases têm por fundamento a moralidade protestante.

Ultrapassando o plano religioso, essa ética engloba tanto católicos e luteranos, conferindo alguma 'unidade' cultural, embora a cidade em questão sustente representações que enfatizam a heterogeneidade cultural, sinalizadas por dicotomias religiosas (protestantes e católicos) e étnicas (alemães e italianos), dentre outras.

3.3 A “CIDADE-PROBLEMA”

Em contraste com as imagens da “cidade-modelo”, foi recorrente em conversas com moradores do local a alusão a outras faces da cidade, em especial a seus “problemas”, entre os quais foram destacados a ocorrência de suicídios, o alto índice de consumo de medicamentos antidepressivos, a existência de poucas alternativas de lazer.

Estes problemas freqüentemente são associados ao processo de desenvolvimento econômico da região, especialmente às mudanças recentes no processo industrial cujos impactos são percebidos especialmente com relação à arregimentação de mão-de-obra.¹¹

¹¹ As Guerras Napoleônicas causaram grandes transformações políticas, econômicas e sociais por toda Europa e em consequência da recessão tiveram início grandes ondas de imigração. Uma leva de imigrantes alemães dirigiu-se para os Estados Unidos em 1823/1824; também o Brasil entrou na lista dos países para onde se poderia imigrar. Santa Catarina recebeu os primeiros imigrantes alemães em 1829, onde hoje é a região de Florianópolis. O impulso para migrar veio, dentre outros fatores, do fato de a Europa encontrar-se em processo de industrialização, havendo carência de mão-de-obra especializada. Os camponeses e artífices não estavam ainda adaptados às novas condições de trabalho, resultando em conflitos sociais, êxodo rural; inúmeros desempregados se mudaram para os centros urbanos. Imigrar para a América apresentava-se como possibilidade de um dia ser dono de suas próprias terras“. O Sul do Brasil, pouco integrado ao sistema de *plantation*, passou a ser foco de atração, servindo como alternativa à substituição da mão-de-obra. O colono alemão tinha fama de ser ordeiro, honesto, trabalhador incansável e nutria grande amor por um pedaço de terra. Houve denúncia de que esses alemães não estavam sendo bem tratados pelo governo brasileiro. O doutor Herman Bruno Otto Blumenau, médico, foi enviado ao Brasil para visita às colônias. Em 1847, ele visitou a colônia que fora fundada em 1828 no base do Rio Itajaí-açu, tendo montado acampamento onde hoje é a cidade de Blumenau. De lá subiu o rio Benedito até a confluência com Rio dos Cedros, região onde está situado o município dessa pesquisa. Da região da Pomerânia, na Alemanha, o Dr. Blumenau recrutou os primeiros imigrantes que vieram para o Vale do Itajaí. Quase trinta anos depois, a região recebeu os imigrantes italianos vindos da região do Trento, na Itália. A unificação italiana resolveu o problema das guerras internas, mas agravou a situação de miséria dos agricultores. A guerra franco-prussiana de 1870 fez a Alemanha proibir toda saída de cidadãos alemães do país. Dr. Blumenau recorreu às autoridades austro-húngaras para a liberação de colonos e Viena colocou à disposição a região de Trento para que de lá fossem retirados os imigrantes a serem trazidos para o Brasil. Eles chegaram a Blumenau em janeiro de 1875. Os historiadores apresentam duas datas para a fundação da cidade dessa pesquisa: 1869 e 1872.

O Médio Vale do Itajaí se apresenta como importante pólo-industrial e fabril do Estado de Santa Catarina. A importância econômica desta atividade pode ser percebida na releitura realizada pelo prefeito sobre a história da cidade pesquisada, num discurso proferido em 2005 disse ele na ocasião que “a indústria sempre foi o carro chefe do município, que teve como precursora as antigas tafonas ou tapiocas, feculares e engenhos de arroz, marcando o início do progresso local”.¹²

Nesse tempo, quem trabalhava nessas atividades agro-industriais não precisava se deslocar muito longe de sua residência para o trabalho. Mas com o crescimento populacional e a implantação na cidade de grandes indústrias e fábricas, notadamente metalúrgicas e têxteis a relação campo-cidade se alterou.

Inicialmente a mão de obra dessas empresas era constituída basicamente de funcionários que residiam nas zonas rurais. Esses trabalhadores possuíam terras e tinham na lavoura seu modo de sustento. Tratava-se da agricultura familiar. Assim, era sem prejuízo à economia familiar que alguns de seus membros passaram a trabalhar nas indústrias, contribuindo para a renda familiar com um suplemento monetário. Não precisavam então retirar dos salários as despesas com necessidades básicas como moradia e alimentação. O salário recebido era incorporado à renda familiar como ganho extra. Esse salário era muito baixo, no entanto tinham um valor significativo para os funcionários que não precisavam dele para despesas básicas. A mão-de-obra barata impulsionou o crescimento e a criação de outras tantas indústrias.

Em 2005 o prefeito da cidade declarava: “Temos atualmente cerca de 371 indústrias e outros 641 estabelecimentos comerciais, sendo que podemos afirmar que temos 35 pessoas economicamente ativas para cada empresa presente na cidade”.¹³ O município conta em 2005 com 32.386 habitantes. Concluindo seu discurso afirmou: “o emprego é a principal via de inclusão social”.¹⁴

Mas nem tudo são flores nesse panorama de aparente sucesso. As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por grandes avanços tecnológicos que obrigaram as fábricas e indústrias a modernizarem seus meios de produção. Pode-se dizer

¹² Médio Vale em Cadernos. Ano I, n. 4 outubro/novembro/dezembro/2005. p. 63

¹³ Ibid. p. 62

¹⁴ Ibid.

que, de certa forma, a situação do trabalho na região passa por uma evolução de paradigma.

Em entrevista com uma pessoa do setor de recursos humanos de uma grande empresa local, foi dada uma explicação para as mudanças ocorridas na última década no município. A instalação de novas indústrias e a evolução das técnicas de produção, nas décadas de 1980 e 90, causaram impactos significativos no local. A razão disso é que foram incorporadas como geradoras de empregos trazendo progresso para a região. Mas o fator principal é que não alteraram os modos de vida tradicionalmente estabelecidos. O funcionamento das indústrias depende da mão de obra. Inicialmente a mão veio sendo recrutada entre os próprios moradores do município e nesse sentido algumas particularidades podem ser destacadas. O município sempre teve uma tradição e mais do que isso, um modelo econômico baseado na agricultura onde todos os agricultores são os donos da terra. Em geral eram famílias com grande número de filhos que trabalhavam de forma cooperada. Filhos esses que ao casarem iam morar nas proximidades. Apesar de que esse modelo ainda possa ser encontrado, o número dessas propriedades é bem menor e as famílias foram esvaziadas em seu número de membros pelas razões a seguir.

As indústrias traziam para seu quadro de funcionários justamente essas pessoas, esses filhos dos agricultores para o trabalho braçal e pesado. Para essas famílias era vantajoso ter um ou mais integrantes da família trabalhando nas indústrias por força de uma complementação de renda. Diariamente, após o expediente essas pessoas retornavam para casa. Para as indústrias essa era uma situação bastante vantajosa, pois esses funcionários já tinham casa própria, plantavam e colhiam para seu sustento e em geral eram pessoas de bom porte físico, trabalhadoras e acostumadas a rotinas de trabalho pesado. Como não dependiam do salário das indústrias para fazer frente às necessidades básicas, por menos que as indústrias pagassem ainda assim era um valor significativo para os funcionários.

Mas, recentemente, essa situação sofreu transformações. Em função da modernização dos meios de produção, do acesso aos meios de comunicação, da necessidade de qualificação, os funcionários e aqui se entenda operários, já não se conformam com os baixos salários, deixando aos poucos de formar a maior parte da

mão de obra operária das indústrias. Eles agora se tornaram caros para as indústrias. O acesso às indústrias fez desses funcionários antes simples camponeses, agora pessoas mais instruídas que já não mais querem ser empregados nas condições propostas pelas indústrias. Eles se tornaram pequenos empresários, donos de comércios e grande parte deles vieram morar em locais mais próximos da zona urbana.

As indústrias passaram a substituir essa mão de obra por funcionários de zonas de municípios vizinhos, bem como de mais distantes, inclusive do interior do Paraná.

As condições do que se poderia chamar de exploração perseveraram no município. Os salários continuam baixos, agora estendendo-se não apenas à população de origem rural, mas aos novos trabalhadores urbanos.

Esses novos trabalhadores são mal assimilados no município. Diz-se que trouxeram desordem e crimes para a então calma e tranqüila cidade. Esses migrantes, que vêm residir na cidade atraídos pelo trabalho, não encontram, de modo geral, condições de moradia adequadas, pois são altos na cidade os preços dos aluguéis. Razão pela qual acabam por residir em bairros mais afastados em condições precárias de saneamento. Eles são apontados por muitos como os causadores das ondas de criminalidade dos últimos tempos. Nos seus bairros de moradia o índice de alcoolismo é tido como grande.

Estes últimos, porém, não constituem o universo dominante desta pesquisa. São os moradores mais antigos, da cidade e da área rural aqueles de que trata o presente trabalho, por ser entre estes que as estatísticas do suicídio predominam. Entre estes se incluem moradores da área rural, que contrastando com a área urbana, vem sofrendo um certo esvaziamento populacional à medida que os mais jovens, em busca de educação e trabalho, tendem a mudar-se para a área urbana. Nesta, o aumento da população tende a associar-se a problemas relacionados com o uso de drogas, moradia, etc.

Convivendo com os moradores mais antigos se observa que as noções de sucesso e fracasso estão entrelaçadas ao trabalho enquanto valor, envolvendo reconhecimento social. Como valor, este se encontra incorporado aos bens pessoais, além de permear as atividades cotidianas. A cidade vive em função do

trabalho e este acaba por fazer sombra a outras atividades, dentre elas o lazer. Uma informante, enfermeira, disse a esse respeito: “aqui não há a cultura do lazer”. Essa informante relata de forma bastante contundente as conseqüências da rotina do trabalho como: stress, acidentes de trabalho, exploração industrial. Os momentos que seriam ou que poderiam ser dedicados ao lazer, acabam sendo utilizados para outras tarefas relacionadas a trabalho: cuidado do jardim, da horta ou mesmo realizando trabalhos em outros locais ou empresas de forma aumentar a renda.

A questão não é simples. A cidade tem como atividade principal a indústria, dividida basicamente em duas categorias: têxtil (malharias) e metalúrgica. As grandes empresas empregadoras são: a) conhecidas malharias, cujo contingente maior de funcionários é formado por mulheres, em geral costureiras; b) metalúrgicas, com contingente de funcionários formado por homens em sua maioria. c) fábricas de móveis, relógios e eletrodomésticos, também com a maior parte do contingente dos trabalhadores formado por homens.

As fábricas e indústrias operam no sistema de turnos de trabalho. Esses turnos estão divididos da seguinte forma: das 5h às 13h30m, das 13h30m às 22h e das 22h às 5h. Nos horários de trocas de turnos vê-se um “mar de bicicletas” conforme relato de uma informante, que enchem as ruas em função dos deslocamentos trabalho-casa e casa-trabalho. Além das bicicletas, carros, pessoas a pé, há também os ônibus que trazem e levam os trabalhadores das zonas rurais de casa para o trabalho e vice-versa.

Acompanhei algumas trocas de turnos e pude observar o corre-corre quando soa a campainha anunciando o final de um turno. Numa malharia, parei exatamente em frente ao local onde as costureiras deixam penduradas suas bicicletas enquanto trabalham. Ao sinal sonoro da troca de turno, saem apressadas a apanhar suas bicicletas e ganhar as ruas para começar a cumprir sua outra jornada de trabalho em casa ou outro local e por vezes a assumir os compromissos para que o cônjuge possa ir trabalhar ou descansar.

Mas há mais a falar sobre os horários da cidade, que funcionam de forma bastante rígida em qualquer segmento social, quer envolva atividade mercantil ou não. Os compromissos sociais estão também embasados nos rigores do cumprimento de horários. O assunto dos horários sempre esteve muito presente,

quer nas sessões de orientação quer nas conversas com os informantes, mas sobretudo na minha observação e vivência direta na cidade.

Os turnos de trabalho acabam por obrigar ou impor uma forma de organização familiar que possibilite a ambos, marido e esposa, poderem trabalhar. E isso tem que acontecer em horários e turnos alternados de forma que, enquanto um trabalha, o outro cônjuge possa cuidar da casa, dos filhos e de outros assuntos relacionados à casa. Quando aquele que estava trabalhando chega em casa, o outro sai para trabalhar ou continua cuidando dos filhos para que aquele que chegou do trabalho possa dormir ou descansar. Há aqui uma clara interferência do trabalho no ritmo e dinâmica da vida familiar que pode ser gerador de conflitos. Nos finais de semana, ou nos dias em que coincidem as folgas de ambos, há muitos relatos de que as esposas vão visitar os parentes e o marido vai jogar bola ou fica no bar com os amigos. E mais, se nos ambientes de trabalho as pessoas não falam por causa do barulho e uso do tampão e se em casa sua convivência é prejudicada em função dos horários de trabalho e turnos a cumprir, resta prejudicada a dimensão simbólica da fala. Difícil não pensar que o suicídio encontra alguma articulação se levar em conta o fato de que ele é uma fala e quer dizer alguma coisa.

Realizei sistematicamente visitas a praticamente todas as grandes empresas locais, o que possibilitou uma percepção mais acurada das condições de trabalho no município, bem como as representações sociais associadas ao trabalho. Em algumas empresas as entrevistas revelaram a existência de casos de suicídio entre os funcionários, embora nenhum caso de morte por suicídio tivesse ocorrido nas instalações das empresas.

Destaco algumas observações dessas visitas às empresas. Devido ao nível de ruído e barulho nas instalações das fábricas e indústrias, todos os funcionários obrigatoriamente usam tampões de ouvidos como norma de segurança. Também eu usei esses tampões durante as visitas. Os ruídos e o uso dos tampões torna praticamente impossível a comunicação. Quase não se fala com os companheiros de trabalho. Em geral, cada um sabe o que deve fazer rotineiramente e na maioria dos casos cada um opera uma máquina individualmente. Em alguns casos os funcionários de um mesmo setor têm horários de intervalo diferentes, pois as máquinas e o trabalho (a produção) não podem parar.

Apurei que os salários em todas as fábricas e indústrias são equiparados e, em geral, muito baixos se comparados aos salários de cidades maiores. Os baixos salários, associados ao trabalho como valor incorporado na cultura local é apontado por alguns informantes como a situação ideal para a exploração capitalista. Em praticamente todas as fábricas que empregam uma grande porcentagem dos moradores da cidade, é adotado o modelo de linhas de montagem. Algumas empresas obedecem a normas modernas de segurança e prestação de benefícios aos funcionários, outra ainda mantém forma arcaica de organização interna, contribuindo para os casos de acidentes de trabalho, sobrecarga de horas de trabalho, ausência de planos de saúde e de investimento educacional.

Os turnos de trabalho associados aos baixos salários e o valor social do trabalho corroboram a idéia de que há poucas alternativas de lazer na cidade. Fiquei surpreso ao constatar que as opções de lazer da cidade seguem o horário comercial, fechando, portanto, na hora do almoço. Até um parque onde há exposição de flores tem uma placa na frente indicando seu fechamento nos horários de almoço, permanecendo fechado aos sábados e domingos. Todo o comércio fecha pontualmente no horário de almoço.

A questão do horário é quase uma instituição social. Cito o exemplo do “sacolão”, um benefício, quase uma moeda de circulação de valores, tanto econômico, quanto social. Materialmente pode ser comparado como uma cesta básica, mas é muito mais do que isso, pois seu uso metafórico extrapola as relações de trabalho. O sacolão é um prêmio, dado pelas empresas como forma de bonificação ao salário, uma representação social que reforça o valor do trabalho. Pelo menos essa é idéia abstraída a partir do ponto de vista dos funcionários que recebem ou que deixam de receber (perdem) o sacolão. Por parte da empresa, uma análise capitalista conceberia o sacolão tão-somente como forma de manter os funcionários fiéis e obedientes ao trabalho e, principalmente, como instrumento a diminuir o número de faltas, já que uma falta, por qualquer razão que seja – inclusive de saúde – é motivo para perda do sacolão.

Reforçando a idéia do sacolão como mediador de reconhecimento social está justamente o fato de que ele pode ser ganho ou perdido. Se o funcionário não tem nenhuma falta ou atraso nos cumprimento dos horários, ele ganha o sacolão. Se ele

atrasa ou falta ao trabalho, ele perde o sacolão. Perder ou ganhar aqui são analisados menos no sentido de complemento de renda e mais no sentido do valor social. É uma desonra perder o sacolão. Perder aqui não significa simplesmente deixar de ganhar, uma vez que ele não está associado ao salário e nem aos benefícios. Um exemplo: uma enfermeira do Posto de Saúde atende uma moça e evidencia que ela não tem mais condições de retornar ao trabalho naquele dia. A moça pediu para que não fosse lavrado um atestado, pois queria retornar ao trabalho, senão ela perderia o sacolão.

Os funcionários alegam que o sacolão é importante por complementar a renda familiar, mas o uso da expressão 'sacolão' evidencia não se tratar do valor econômico e sim do valor social agregado a ele. Perder o sacolão é uma desonra.

Em função desse valor, os funcionários trabalham doentes, rejeitam atestados médicos como justificativa para uma falta ou atraso. Por qualquer razão perde-se o tão agraciado prêmio e para evitar tamanho mal, vence o trabalho.

O sacolão não é uma instituição exclusiva das empresas privadas. A Prefeitura também adota o sacolão. Essa moeda de troca, barata para o empregador, acaba custando caro para o trabalhador que por vezes – e não são poucas essas vezes – acabam pagando com sua saúde e riscos à vida para a obtenção do prêmio.

Nesta localidade, o uso da expressão 'sacolão' foi apropriado para outros fins além dos referidos espaços de trabalho propriamente ditos.

Seu uso de forma jocosa expressa seu valor em outras áreas por onde circulam as pessoas da cidade. Um só exemplo bastará para explicar. Uma informante, dirigente de um posto de saúde, relata que foi a um jantar dançante onde uma banda de música animaria a festa. Passado um minuto do horário previsto para o início da banda tocar, ouviram-se comentários: “vão perder o sacolão”.

3.4 SOBRE SUICÍDIO E GERMANIDADE (GERMANISMO)

É corrente na cidade a idéia que os alemães e seus descendentes são mais propensos a cometer suicídio. Muitas foram as entrevistas e os relatos nesse sentido coletados na pesquisa. Já no primeiro dia da estada em campo, o recepcionista do

hotel onde me hospedei, perguntou o que eu estava fazendo na cidade. Eu disse que estava ali para estudar a comunidade e um problema em especial que estava ocorrendo, ou seja, que eu ficara sabendo de pessoas que estavam se matando. Ato contínuo ele diz: “Ah, os alemães”. Ele mesmo é descendente de alemães e relatou-me o caso de sua bisavó que se matara.

No dia seguinte, fui a uma festa chamada Stamtisch que, numa tradução livre quer dizer “festa dos amigos”. Nessa festa, popular entre as cidades de colonização alemã, reúnem-se na rua diversas turmas de amigos. É realizada durante o dia e tem regras como horário para acabar e também regras para quem comete excessos. Nesse caso, uma proibição de participar da festa no próximo ano. Para o dia da festa, vários grupos compostos por 10 ou 15 pessoas cada compram um espaço e cada grupo se diferencia do outro pela cor das camisetas ou algum adereço.

Fiz observações na festa pela manhã e vi cada barraca com as pessoas das suas respectivas cores de camiseta dentro ou ao redor dela. Há muita bebida, comida e música. Esta celebração diferencia-se de outras porque nesse caso a festa não é para os outros, não é para ser vista, visitada, bem como não tem fins lucrativos.

Em geral, os grupos levam sua própria bebida e comida. Retornei à festa no final da tarde e observei que não havia mais agrupamentos de cores de camisetas ao redor das barracas senão que estavam todas misturadas. As pessoas que antes estavam em suas respectivas barracas agora estão espalhadas pelas outras barracas de forma que em cada uma delas encontravam-se várias cores de camisetas.

O dia todo de bebidas faz as pessoas da festa cometerem alguns excessos e eu presenciei algumas cenas de brigas e discussões sobre motivos banais. À tarde a visão da festa era bem outra. Quase todos embriagados, fazendo algazaras, jogando objetos uns nos outros, colocando fogo em restos de embalagens e até uma bicicleta foi queimada. Pelos gramados e calçadas algumas pessoas caídas alcoolizadas, dormindo.

Na primeira vez que estive na festa minha presença não foi notada, ou melhor, eu não fui reconhecido como sendo da cidade e, portanto não encontrei receptividade. Além do mais eu não trajava camiseta indicativa de pertencer a

qualquer dos grupos. Situação diferente ocorreu ao final da festa. Um dos participantes me pediu fogo para acender o cigarro. Aproveitei para perguntar a razão dessa festa. Trata-se de um rapaz de 20 anos, estudante de direito. Ele disse que o objetivo da festa “é a confraternização de um grupo com o outro”. Já outro participante, visivelmente embriagado disse que o objetivo “é beber até cair”. Por eu ser de fora, algumas pessoas logo se interessaram em saber porque eu estava ali. Disse que estava estudando o suicídio e dois deles em uníssono, me disseram: “você está em lugar errado, é em _____(cidade vizinha) que isso acontece mais”. E logo começaram a falar sobre os alemães. Eu disse a eles que sabia que também ali estavam ocorrendo casos de suicídio. Um deles tentou me explicar porque as pessoas cometiam suicídio. Disse que ali “todos se conhecem” e que há uma competição muito grande e usou um exemplo: “Se um cara tem uma empresa e essa empresa vai à falência, esse cara vai se suicidar”. Falou também nos casos de suicídio em função da separação de casais. Nesse momento ele já estava falando sobre sua própria cidade, deixando claro que ele sabe sobre o assunto.

A outra cidade que a princípio eles mencionaram como a que apresenta maior índice de suicídio é conhecidamente como a mais caracteristicamente alemã do país; esta ganhou algum destaque por ter havido uma reportagem em revista de circulação nacional enfocando o tema do suicídio. Por essa razão aquela cidade ficou como que estigmatizada em relação à ocorrência de suicídio.

Um dia antes do dia de finados fui a uma comunidade de descendentes de italianos para visitar o cemitério dessa localidade. Lá, conversei com um senhor de aproximadamente 60 anos que estava do lado de fora do cemitério aguardando sua esposa que fora colocar flores em um túmulo. Ele me falou de forma muito orgulhosa do bairro, sobre ser italiano, das pessoas, do local. Quando eu expliquei que a razão de minha presença ali, ele disse: “Ah, isso tem muito. Mas só entre os alemães”. E contou-me um caso ocorrido a quinze dias de um rapaz que cometera suicídio. Era morador de _____, bairro italiano onde estávamos. Disse que o rapaz chegou de táxi na fazenda, deixou o taxista esperando para ir pegar o dinheiro lá dentro. Na verdade, entrou na casa, pegou uma corda e se matou. Ele disse que o rapaz tinha

problemas com a mulher.¹⁵ E comentou sobre o rapaz que se matara: “Ele tem sobrenome italiano. É um alemão, o sobrenome é italiano, mas é um alemão”.

No Dia de Finados, após visitar vários cemitérios e participar de vários cultos e missas, cheguei a um bairro em que de um lado da rua tem uma grande igreja católica com o cemitério atrás e, do outro lado, aproximadamente quinhentos metros à frente, há um cemitério luterano. A divisão entre italianos e alemães e entre católicos e luteranos é mais nítida nos bairros mais afastados. Na região mais central enterram-se católicos e luteranos nos mesmos cemitérios. Nesse cemitério luterano cheguei em meio ao culto de finados. Ao final conversei com um senhor que é empresário na cidade; este tem cinqüenta anos aproximadamente e sobrenome alemão. Ele me falou que o culto no dia de finados “é para lembrar da pessoa quando ela estava viva”. Pergunto se apesar da separação dos cemitérios de luteranos e católicos eles convivem bem. Ele diz que sim e que até se ajudam, mas que os luteranos não concordam com a veneração dos santos e das imagens. Ele me dá uma aula sobre os fundamentos bíblicos luteranos. Pergunto sobre os problemas do município e ele aponta o consumo de drogas, “porque destrói a família”. Por fim comuniquei que estudo casos de suicídio. Ele me disse que “isso acontece muito, mas é em _____(cidade vizinha) onde isso é mais comum”. Falou na depressão como sendo a maior causa. Explicou também que: “o europeu é muito fechado e vai guardando tudo para si até que se enforca”. Mencionou que agora “isso está diminuindo muito porque as pessoas descobriram que a depressão não é doença de rico e estão tomando medicamentos, por isso muitos casos deixam de acontecer”. Disse-me que ele próprio fazia tratamento para depressão. Dessa conversa é importante destacar o fragmento em que ele diz que “o europeu é muito fechado...” Temos aqui uma referência não especificamente aos alemães, mas ao europeu.

Apesar disso depreende-se da conversa a tentativa de explicação pelo viés da procedência, excluindo-se uma causalidade local para o suicídio, remetendo para a ascendência e proveniência étnicas os determinantes da morte voluntária, ainda que a depressão tenha sido apontada por ele como a causa.

¹⁵ Esse caso não consta das estatísticas oficiais, bem como não há processo aberto para tal caso, isso de acordo com essa forma de narrativa.

Em outra ocasião converso com um profissional da Prefeitura para quem explico meu trabalho. Ele disse-me: “o alemão é depressivo e decidido. Quando diz acabou, acabou e não tem quem segure”.

Converso com outro informante, um senhor de aproximadamente cinquenta anos, funcionário público. Após longa conversa, o tema do suicídio surge e ele expõe sua teoria para os casos. Ele disse enfaticamente que é “em função da vergonha por causa da guerra”, referindo-se a um projeto nazista que seria recebido pelo Vale do Itajaí. Por força do fim da Guerra com a derrota nazista, restou a vergonha. Diz que o povo alemão “preserva a memória material, mas não preserva os sentimentos. São desnudos de sentimentos e isso tem a ver com a guerra”, referindo-se à Segunda Guerra Mundial. Ela fala também que os alemães “carregam no sangue, como se fosse pecado, as atrocidades que aconteceram e isso vai passando de pai para filho”.

Vou tratar em outro capítulo a relação do suicídio com a linguagem¹⁶, mas menciono aqui algo muito importante presente em muitas narrativas. Na época da Segunda Guerra Mundial, os alemães e descendentes de alemães foram proibidos de falar sua língua ou a língua de seus pais e avós. Como o município à época estava bastante mais próximo do tempo da colonização, a língua alemã era o idioma mais falado na região.

Apesar das mudanças e da passagem do tempo, ainda hoje essa língua está muito presente no cotidiano da cidade. Aquela proibição fez surgir um trauma, expresso em muitas entrevistas. O que chama à atenção é uma estranha atualidade desse fato na memória dos moradores, bem como a transmissão dessas histórias para seus descendentes. A proibição recaiu, na maioria dos casos, sobre pessoas, famílias e comunidades que simplesmente não sabiam falar outra língua que não o alemão. Sobre esse assunto, conversei com um senhor de noventa anos de idade. A conversa, tímida a princípio, logo recaiu sobre o período da proibição. Com os olhos cheios de água, mas escondendo ao máximo a emoção, ele terminou por dizer: “não podia falar nada em alemão porque a professora colocava de castigo”. Pressionados a não falar a única língua que sabiam, foram condenados a não falar.

¹⁶ A questão será abordada no Capítulo 8.

A certa altura, ele se levanta, entra na casa e após algum tempo retorna com uma caixa de ferro bastante corroída pelo tempo e ferrugem. Nela, cartas e postais escritos em alemão e remetidos desde a Alemanha. Mais uma vez seus olhos, querendo deixar verter lágrimas, revelam uma emoção escondida.

Outro relato sobre a germanidade associada ao suicídio vem de um informante que é autoridade policial, quarenta e cinco anos aproximadamente. Ele diz: “A mulher do alemão ao saber que o marido tem amante, se fecha, fica remoendo por dentro e se mata. A mulher do italiano xinga o marido, se vinga, fica lembrando dos detalhes ao longo da vida conjugal”.

Esse conjunto de narrativas, que constitui um pequeno extrato dos relatos ouvidos, revela uma reação à estigmatização da cidade enquanto relacionada ao suicídio, bem como é uma forma de negação do quanto o suicídio pode revelar. Se por um lado negar o suicídio é uma forma de negar os fracassos, por outro restringir sua abrangência somente aos ‘alemães’ também reforça tal idéia. Dizer que os alemães é que se matam é o mesmo que dizer que o suicídio tem uma causalidade genética e não social.

Remetendo-se o suicídio ao plano individual, como um estado doentio do psiquismo, ou identificando-o como patologia étnica, protege-se a coletividade e suas formas de arranjo.

Que o suicídio ocorre entre os descendentes de alemães neste município é fato, mas isso se deve a que ali vivem descendentes de alemães representando cinquenta por cento da população. O que a pesquisa comprova é que também entre os descendentes de outras etnias o suicídio ocorre e esses casos não constituem exceção.

4 SOBRE A DIMENSÃO DO FENÔMENO

4.1 O PROBLEMA ESTATÍSTICO

As características que envolvem o valor moral e religioso do suicídio produzem um problema para dimensionar o fenômeno na pesquisa de campo. Isso porque os dados sobre o suicídio sofrem toda sorte de remanejamentos quando se trata de tornar oficial uma morte ocorrida por esse meio. Nesse sentido, esta pesquisa analisa a dimensão do suicídio a partir de duas direções:

- a) fontes oficiais: processos jurídicos dos casos ocorridos no período de janeiro de 1.999 a junho de 2.006.¹⁷
- b) fontes não oficiais: narrativas sobre casos de suicídios que não constam dos registros oficiais. Os informantes são pessoas da localidade, comerciantes, padre, agentes de saúde, funcionários públicos locais.

Ambas as fontes revelam aspectos interessantes sobre a sociabilidade local, trabalho, sexualidade, relações afetivas, representações da morte, os valores culturais, bem como são reveladores de uma série de questões que colocam em ação a relação público-privado. Um exemplo freqüente é o suicídio praticado após a descoberta que o outro cônjuge mantinha uma relação extraconjugal. Muitas mortes dessa natureza são, contudo, oficializadas como mortes por “causas naturais”. Escondendo-se o suicídio, esconde-se a traição e preserva-se a moralidade da família, tão cara à região pesquisada. Esse exemplo sugere que os dados estatísticos não logram de exatidão ao configurarem a dimensão do fenômeno. No entanto, não se despreza esses dados, tampouco seu conteúdo, uma vez que, no espaço público, esses são importantes fontes de estímulo à produção de discursos para explicar o fenômeno do suicídio.

Ainda no tocante ao mascaramento de dados estatísticos sobre o suicídio, um de meus informantes, um religioso, afirmou que “quanto maior o poder aquisitivo da família e maior o peso do sobrenome, tanto maior será a possibilidade de não se

¹⁷ O período acima se refere à ocorrência desde o primeiro caso noticiado e registrado no município.

divulgar a causa da morte como suicídio”. Izabel Worm Sperb (2003) encontrou situação semelhante em Venâncio Aires, local de sua pesquisa de mestrado. Ela afirma: “Então, será que pessoas de poder aquisitivo maior não cometem suicídio? Informalmente parece que sim. Este é um dado que tem por consequência o comprometimento de estatísticas, resultando-se em retratos menos fidedignos da realidade. Werlang (2000) lembra que durante muitos anos, vários autores alertaram para falsa aparência das estatísticas sobre o suicídio, considerando que a própria avaliação de uma morte, como suicídio, pode causar confusões, tanto para a classificação da causa de morte num atestado de óbito, como para a identificação de atos, locados nas propensões para acidentes ou mascarados em outras formas de autodestruição”. (WERLANG, 2003, p. 100) [grifo meu]

A Organização Mundial de Saúde publicou um manual direcionado aos profissionais da mídia, onde consta a seguinte informação: “O número de suicídios é usualmente subestimado. O grau de subestimação varia de país para país, dependendo essencialmente da forma como os suicídios são certificados. Outras razões para a subestimação do suicídio incluem o estigma, factores sociais e políticos e regulamentação dos seguros, o que significa que certos suicídios podem ser reportados sob o disfarce de acidentes ou morte por causa indeterminada. Pensa-se que o grau de subestimação dos suicídios está entre os 20-25% nos idosos e 6-12% nos outros”. (OMS, 2000).

No Brasil, Maria Cecília de Souza Minayo (1998) identifica o mesmo problema nos registros de suicídio. Ela escreve que “os motivos para tal situação são vários. De um lado, todas as informações sobre violência no país padecem de imprecisão na sua fonte de produção: polícia, institutos de medicina legal... De outro, factores sócio-culturais têm um peso muito grande nos sub-registros, quando particularmente os familiares tentam mascarar a existência do suicídio, para não revelarem problemas relacionais e dificuldades nucleadas por seu membro suicida, assumindo o ato como pertinente à esfera privada...” (MINAYO, 1998, p. 6)

4.2 TRÂNSITO, SUICÍDIO E ESTATÍSTICAS

Uma das formas de escamoteamento da notificação de casos de morte como suicídio encontrado em minha pesquisa foi o seu registro como acidente de trânsito. Há relatos de casos de morte como tendo ocorrido em decorrência de acidente de trânsito, mas que as narrativas apontam que estas teriam sido “voluntárias”: é o caso de jovens que se afirma terem enviado mensagens de despedida via celular e logo em seguida jogado seus carros contra árvores. O local onde mais ocorre esse tipo de acidente na localidade estudada é a entrada da cidade. As narrativas sustentam, nesses casos, não haver dúvidas que se trata de suicídio. No entanto, nos registros oficiais consta como acidente de trânsito. Em entrevista com membros do Corpo de Bombeiros da cidade obtive a informação que quando se trata de acidente, em geral encontram marcas de freadas antes do local do impacto; nos casos tidos como suicídio tais marcas não foram encontradas.

O jornal de circulação estadual *A Notícia* de 11/11/2004, traz uma informação que corrobora as afirmativas acima: “Com base em estudos das estatísticas da região, o psicólogo A.G, pós-graduado em Saúde Mental, afirma que em determinados casos o índice de suicídios chega até oito vezes mais do que a média mundial registrada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Para ele, os casos de suicídio na região podem ainda ter uma dimensão maior, pois segundo ele, muitas pessoas acabam com suas próprias vidas usando o próprio automóvel como arma. E quando isso acontece os hospitais, IML e Corpo de Bombeiros qualificam a ocorrência como um acidente de trânsito comum”.¹⁸

Outra matéria do mesmo jornal de 11/12/1998 indica o Estado de Santa Catarina (onde fica localizado o Município desta pesquisa) como o campeão em mortes por acidentes de trânsito revelando que a taxa para o Estado é de 53,8 por 100 mil habitantes enquanto a taxa para o país é de 21,5 por 100 mil habitantes.

Esses dados referem-se ao ano de 1995, não compreendido no período desta pesquisa, no entanto, eu os cito aqui para comparar com outros dados mais

¹⁸ Fonte: <http://an.uol.com.br/2004/nov/11/0pai.htm>

recentes. A manchete de uma matéria jornalística publicada em 2004, ressalta: “Jovens morrem mais no trânsito em SC”.¹⁹ E adiante:

A principal causa de mortes violentas entre os jovens de 15 a 24 anos em Santa Catarina é o trânsito. É o que mostra o livro: ‘O Mapa da Violência IV: os jovens no Brasil’, da Unesco. A pesquisa é feita com base nos dados demográficos do IBGE e com os registros de óbito do Sistema Único de Saúde de 2002... Em 2002 42 jovens a cada 100 mil habitantes ainda morriam devido a acidentes de trânsito.

O *site* do Ministério Público de Santa Catarina²⁰ dedica uma página exclusivamente ao município desta pesquisa. Neste se descreve um acidente com morte de um jovem. Mais adiante informa-se: “Número de acidentes cresce em _____”. O sargento G.K., comandante do Corpo de Bombeiros da cidade, afirma que “as estatísticas apontam um aumento no número de acidentes em _____. De 308 em 2003, passou para 338 em 2004”.

Durante o período desta pesquisa uma seqüência de mortes no trânsito durante um curto espaço de tempo criou um clima de alerta e medo na cidade. Estas mortes foram causadas por choques de veículos contra árvores. A violência dos impactos deixou os carros totalmente destruídos e num dos casos o carro partiu-se em três pedaços. Os motoristas eram em sua maioria jovens do sexo masculino. O jornal local publicou as fotos desses acidentes acompanhadas de editoriais.

Essas mortes foram recebidas na cidade com grande comoção por três motivos: os jovens eram muito conhecidos na cidade, a violência dos impactos e os boatos amplamente divulgados de que em pelo menos um dos casos o jovem teria anunciado aos amigos que morreria naquele dia. Outros diziam que antes de projetar seu carro na árvore um jovem teria enviado mensagens pelo telefone celular comunicando sua morte e despedindo-se. O que se comenta na cidade é que, em geral, esses casos de acidentes de trânsito estão associados a situações de fim de namoro ou descoberta de infidelidade da namorada. Não há casos em que mulheres tenham usado o carro como forma de morrer.

O trabalho antropológico neste caso ficaria prejudicado caso atendessem a um modelo científico de análise quantitativa a partir dos dados oficiais registrados nos órgãos competentes. O sub-registro dos casos de suicídio constitui por si só uma

¹⁹ Fonte: <http://www.prsc.mpf.gov.br>.

²⁰ Fonte: <http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/default.asp>. acesso em maio de 2005.

pista interessante para a pesquisa antropológica. Para além das estatísticas e relatos jornalísticos, a percepção social do fenômeno a partir do relato dos moradores da cidade em questão revelou-se uma trilha importante para a apreensão daquilo que as estatísticas escondem.

Elas mascaram informações, encobrem verdades, reforçam preconceitos, agem como mantenedores de determinados valores culturais.

Problematizar a estatística tem o propósito de ultrapassar o dado numérico – anônimo – em busca da apreensão da morte como experiência social e cultural.

Uma das conclusões é que se os dados oficiais não expressam a real dimensão das ocorrências de suicídio, passam a ser, eles mesmos, objeto de análise do saber antropológico.

Para tanto, em vez de traçar um perfil dos suicidas a partir dos dados estatísticos nos casos escolhidos, o que se pretende realizar é uma análise do sistema mais abrangente em que o suicídio está inserido. Regina Maria de Carvalho Erthal (1998, p. 279) em seu trabalho sobre o suicídio entre os índios Tikuna nos diz que “o problema está em se reduzir a sociedade àquilo que se observa e quantifica, na exclusão dos elementos de subjetividade em função da busca pelas regularidades e leis gerais de seu funcionamento”. E adiante acrescenta que ao

se ler através dos eventos de suicídio e violência a expressão de um encadeamento entre conflitos faccionais atualizados pela sociedade Tikuna em diferentes situações históricas, interessa indicar o modo pelo qual os agentes sociais atribuem sentido a um determinado acontecimento. [grifos meus] (ERTHAL, 1998, p. 279)

Nessa linha de raciocínio e diferente do modelo sociológico e estatístico de análise, tem-se que a Antropologia, nas palavras de Gilberto Velho (1999, p. 26), ao

estudar sociedades de pequena escala, fazer estudos de caso, trabalhar com comunidades, grupos de vizinhança etc., tem trabalhado num nível estratégico em que, mesmo partindo de categorias sociológicas mais amplas, está permanentemente em contato com indivíduos concretos, carregados de densidade existencial, que não podem ser transformados com facilidade em alfas ou betas. São verdadeiros personagens que marcam o trabalho do antropólogo. Por isso mesmo, o trabalho do antropólogo tende a assumir cada vez mais a dimensão da intersubjetividade.

Da mesma forma busca-se ler através dos suicídios praticados neste município pesquisado, os valores e representações que conferem sentido à prática do suicídio na região.

5 DO LOCAL, PELAS INSTITUIÇÕES: O SUICÍDIO NO ESPAÇO PÚBLICO

5.1 LAZER E SAÚDE

O Projeto de Saúde da Família implantado na cidade há oito anos envolve onze Postos de Saúde, um centro de atendimento psicossocial, administração central, hospitais, farmácia central e as várias subdivisões da Secretaria de Saúde. Realizei entrevistas sistemáticas em todas essas unidades, com os profissionais que lá trabalham. Esses profissionais se revelaram informantes extremamente importantes por estarem em contato direto com as 'queixas' da população local, bem como por atuarem de forma direta com as famílias através de visitas domiciliares. Os Postos de Saúde possuem um cadastramento da população atendida. Alguns postos atendem um número maior de famílias que outros e cada um conta com médico(a), dentista, enfermeiro(a), psicólogo(a), assistente social, agentes de saúde e funcionários de serviços gerais. Além destes, profissionais da área de educação física também são contratados por alguns dos postos. Cada um dos onze postos está localizado para atender as pessoas próximas aos seus locais de residência.

O Programa de Saúde da Família local tem atraído profissionais da saúde de outros Estados do país para composição em seus quadros. Esses últimos de destacaram como informantes por constituírem um grupo de pessoas que têm uma percepção 'de dentro', porém, 'distanciada'. Muitos deles se tornando mediadores entre o olhar nativo e o próprio olhar antropológico. Como 'de fora' eles falam da vida desde sua referência de origem, no entanto, foram assimilados à cultura local e, portanto, também falam desta desde as representações locais. A existência desses discursos mediadores indica um limiar de conflito que mantém com a vida local.

Embora incorporados à vida local, relatam dificuldade de aceitação e integração à sociedade a aos meios de circulação social na cidade e é nesse momento que se pode perceber uma escuta crítica por parte deles em relação à totalidade do município. Um exemplo disso pode ser extraído de uma reunião em que participei com os profissionais da área de saúde. Nela, ao se falar sobre o suicídio começou-se a falar sobre o 'caráter fechado' dos moradores locais. Alguns profissionais que vieram morar e trabalhar no local relatam as dificuldades de

sociabilização. Uma médica, vinda de outro Estado, disse nesta reunião que mora há oito anos numa casa e até hoje não conseguiu fazer amizade com seus vizinhos posto que estes sequer a cumprimentam. Um médico recém chegado à cidade diz que ao consultar uma mulher que há anos toma medicamentos antidepressivos, extrai dela o relato de que a razão do uso do medicamento teria sido uma desavença com uma vizinha. Ele não lhe concede nova receita para o medicamento e sugere que em vez disso ela vá conversar com a vizinha. Ele se utiliza dessa história para justificar a pouca comunicação entre as pessoas.

Os Postos de Saúde são locais que agem como referência para a comunidade por oferecerem um espaço de atenção às pessoas em vários níveis que não somente ao da saúde no sentido médico. O cotidiano dos postos é marcado por algo mais do que apenas um local procurado quando se tem alguma enfermidade. Há postos em que são feitas hortas comunitárias e pessoas vão diariamente ao posto para regar as plantas. É um lugar de acolhimento, onde procedimentos clínicos são entrecortados por atividades que visam promover ocupação, lazer e/ou sociabilidade. Há um grande número de pessoas que freqüentam os postos por razões nem sempre associadas à saúde. Vão lá para cumprimentar os profissionais, levar um presente, flores, conversar, etc. Por se tratar de um projeto de saúde que pretende atuar em caráter de saúde preventiva, as ações desses postos vão além do atendimento ambulatorial e de consulta.

As ações preventivas de saúde associadas ao atendimento familiar estendem-se do posto às residências o que propicia a criação de relações pessoais e afetivas com os profissionais de saúde. É nesse sentido que os profissionais de saúde acabam por canalizar as reclamações sobre as relações de trabalho, sobre a vida conjugal e afetiva. Daí a importância desses profissionais para essa pesquisa.

Um assunto recorrente nas entrevistas realizadas com esses profissionais é o uso abusivo de medicamentos psicotrópicos e antidepressivos. É com assombro que são relatados os altos índices de uso dessas substâncias. Apesar da crítica por parte dos profissionais de saúde quanto ao uso exagerado de medicamentos, é no serviço público de saúde que pacientes recebem as receitas para o uso. Localmente, entretanto, o uso de medicamentos não está restrito aos usuários do serviço público de saúde. Também em outra parcela da cidade, que não constituem os usuários

regulares dos postos de saúde, o alto índice de uso de medicamentos é constatado.²¹

Uma psicóloga que mora na cidade, mas ali não trabalha, comenta o que segue a respeito da distribuição exagerada desses medicamentos, em especial a fluoxetina²². “É usada para tudo, dor de cabeça, distímia, enxaqueca, depressão. Fazem confusão entre tristeza, depressão e stress e para isso usam fluoxetina”.

Um médico vindo de outro Estado e que hoje trabalha num dos Postos de Saúde relatou, numa reunião com profissionais da área de saúde, que se assustou quando começou a trabalhar no Posto ao perceber a quantidade de pessoas que faziam uso desse medicamento. Chegou a brincar com a situação dizendo que seria mais fácil colocar a fluoxetina na rede de água que abastece a cidade. Comentou em seguida que os motivos alegados pelos pacientes para o uso de medicamento são em larga medida injustificados.

Outra psicóloga do município definiu os usuários de medicamentos como um grupo social, considerando que estes criam uma sociabilidade associada ao uso desses remédios. Disse também que os pacientes são resistentes à troca de medicação, bem como a deixar de usá-los. Relatou casos em que ao serem trocados de cargos ou função na empresa em que trabalham, muitos deles “ficam deprimidos” e querem tomar medicamento. Ela mencionou esse fato salientando a importância da rotina na vida dessas pessoas e que quando esta é quebrada, eles se desestruturam, sendo essa uma das causas de tentativas de suicídio e da procura por medicamentos.

Uma enfermeira de um dos Posto de saúde mencionou o fato de que “as pessoas não conversam mais”. Esta é uma afirmação presente em quase todas as entrevistas realizadas nos postos de saúde. O falar pouco ou não falar de si é relacionado ao uso do medicamento, bem como do suicídio.

Essas indicações pontuais precisam, porém, ser matizadas em relação às condições de vida na cidade.

²¹ A título ilustrativo durante o período da pesquisa aconteceu um assalto numa das farmácias da cidade de foram levados apenas medicamentos antidepressivos.

²² Fluoxetina: é um antidepressivo inibidor da recaptção da serotonina de quarta geração. Suas principais indicações são para uso em depressão, transtorno obsessivo-compulsivo (TOC) e bulimia nervosa. Substância ativa: Cloridrato de fluoxetina. Nomes genéricos: Prozac, Daforin, Deprax, Eufor, Fluxene, Nortec, Prozen, Psiquial e Verotina.

A jornada de trabalho, as horas extras, o ritmo desenfreado da produção e a dupla jornada de trabalho acabam por conduzir esses trabalhadores aos postos de saúde. Os níveis de stress e doenças relacionadas ao trabalho são elevados. Há muitos casos de amputações de membros do corpo gerados por acidentes de trabalho, muitos deles tendo como causa o sono e o cansaço físico. Os índices de alcoolismo também são apontados como uma preocupação, tanto pelas empresas como nos postos de saúde. Os dados dos Postos de Saúde não dizem respeito à totalidade da população, pois apenas uma parte desta faz uso regular e freqüente do serviço público de saúde. Os segmentos sociais de maior poder aquisitivo são atendidos por convênios particulares de saúde.

Como é rotina dos profissionais de saúde realizar visitas à casa das famílias, estes profissionais em geral conhecem a realidade de vida da comunidade. Também são eles que possuem o maior repertório de discursos sobre as ocorrências de tentativas de suicídio bem dos casos que chegaram a óbito. Muitos dos casos aqui estudados são de suicidas que eram freqüentadores dos Postos; alguns deles possuíam histórico de tentativas de suicídio.

Quando ocorre uma tentativa de suicídio, o paciente é encaminhado ao hospital e não aos postos de saúde. Em conversa na Secretaria de Saúde, obtive informação por parte da coordenação, de que quase diariamente há ocorrência de atendimento no pronto-socorro envolvendo tentativa de suicídio. Esses casos, segundo a Secretaria, não são registrados como tentativa de suicídio e sim como atendimento emergencial ou 'acidente doméstico'. Quando estive pela última vez no município, havia uma determinação da Secretaria de Saúde para que tivesse início um cadastramento desses atendimentos como tentativa de suicídio.

Durante o tempo da pesquisa acompanhei algumas mudanças no tratamento do tema do suicídio. O jornal municipal na data de 09/04/2005 traz uma manchete interessante acerca do tema: "Saúde trabalha na prevenção de suicídio". Entenda-se 'Saúde' por Secretaria de Saúde. Trata-se da divulgação jornalística do Projeto da Prefeitura através da Secretaria de Saúde, do Centro de Atenção Psico-Social e do Serviço de Saúde Mental, que tem o seguinte tema: "Prevenção do Suicídio, reconhecendo riscos e preservando a vida". Os profissionais de saúde envolvidos no projeto dizem que "a motivação para a realização dos estudos é justificada pelo

aumento do número de suicídios na população”. Esses mesmos profissionais nesta matéria do jornal mencionam “os recentes acontecimentos do município que, lamentavelmente, vitimam pessoas de renome e causa impacto social na fraca estrutura de reconhecimento e de apoio aos casos de tentativas de suicídio²³”.

A essa matéria jornalística seguiu-se a Organização da Semana da Saúde, promovida pela Secretaria de Saúde. A programação desse evento envolveu as seguintes atividades: palestras interativas nas unidades dos postos da Saúde da Família; entrevistas diárias na rádio com profissionais da saúde; uma palestra sobre sexualidade (atividade que lotou o teatro da cidade e ainda ficaram muitas pessoas do lado de fora) e uma ‘Caminhada da Saúde’. Essas atividades foram realizadas com grande adesão popular e para a caminhada cada participante recebeu uma camiseta com os dizeres abaixo:

Se não quiser adoecer: “fale de seus sentimentos”.

Se não quiser adoecer: “tome decisão”.

Se não quiser adoecer: “busque soluções”.

Se não quiser adoecer: “não viva de aparências”.

Se não quiser adoecer: “aceite-se”.

Se não quiser adoecer: “confie”.

Se não quiser adoecer: “não viva sempre triste”.²⁴

O jornal local deu ampla divulgação ao evento, estampando foto da caminhada na primeira página do jornal. As caminhadas acabaram tendo continuidade após a semana da saúde e hoje todos os postos de saúde do município a promovem. A adesão das pessoas às caminhadas pode ser destacada como uma das formas de reação aos modos de vida no município, ainda que o número de pessoas seja pequeno em cada grupo de caminhadas e na sua maioria composto por senhoras idosas.

Ao término das caminhadas, o grupo se reúne no posto de saúde para uma conversa sobre algum tema escolhido, assiste-se a um filme que trate de uma questão que gere debate, participam de palestras ou fazem alguma atividade

²³ Sobre as tentativas de suicídio é importante ressaltar os vários casos que se tem notícias, alguns dos quais eu mesmo entrevistei os sobreviventes. Segundo relatos coletados junto à Secretaria de Saúde, quase diariamente há pelo menos uma tentativa de suicídio que não chega a óbito. Esses casos são em sua grande maioria de mulheres que tentam o suicídio pela ingestão de medicamentos.

²⁴ Estas frases compreendem um texto chamado “A arte de não adoecer” de autoria do médico Dráuzio Varella, aqui apropriadas para o contexto da campanha.

programada. Por vezes há um lanche e as atividades sempre são acompanhadas por algum profissional do posto e/ou da área de educação física.

Essas caminhadas tornaram-se uma rede social importante principalmente para mulheres acima dos cinquenta anos de idade. Em alguns postos de saúde há murais contendo as cartas que as pessoas escreveram referindo-se às mudanças ocorridas em suas vidas após começarem a participar das caminhadas. Por serem escritas por pessoas que se encontram dentro de uma faixa etária de alguns casos de suicídio, o conteúdo destas cartas tem muito a revelar. O teor dos escritos pode ser resumido em afirmações textuais do tipo: “não vejo a hora de chegar os dias de caminhada”, “depois de começar a fazer as caminhadas me sinto bem e feliz”, “antes eu não saía de casa, agora saio”, “nas caminhadas a gente conversa e fala dos problemas”, “eu não tinha amizades, agora tenho”, “minha vida mudou totalmente depois das caminhadas”.

Durante a pesquisa de campo o dado que mais freqüentemente apareceu associado ao suicídio foi o fato de os informantes descreverem as pessoas do local como “fechadas”, que “não falam de seus sentimentos”, que “não expressam suas emoções”. A pesquisa perseguiu essa pista, essa explicação nativa e, ao procurar suas raízes no terreno da linguagem e da língua alguma indicação desse fenômeno, a Campanha de Nacionalização apareceu como um monstro fantasmático repousado no fundo do lago da história da região. E, ao vir à tona, trouxe consigo as narrativas, lembranças, memórias e traumas de uma vivência que causou profundas transformações nas pessoas e na sociedade local.

As atividades do setor de saúde do município, operando a contramão dessa representação, mobilizaram alguns moradores fazendo emergir outras faces características da população local.

A análise talvez possa dar conta de explicar esse fenômeno, mas já aqui posso indagar: o que quer dizer o suicídio nesses casos? Trataremos desse tema mais adiante.

5.2 O SUICÍDIO NOS JORNAIS

Fui me aproximando do tema desta pesquisa na localidade escolhida para investigação a partir dos lugares de sua expressão pública: os ritos de Finados, os jornais, os processos judiciais.

Com o objetivo de apreender dados que permitam dimensionar o fenômeno, apresento em primeiro lugar, a expressão do suicídio na imprensa escrita. Neste capítulo vou me dedicar à apresentação do tema do suicídio nas formas que aparecem na imprensa e nos processos judiciais.

Os jornais traduzem formas socialmente estabelecidas de se lidar com o fenômeno do suicídio. A princípio, quando iniciei esta pesquisa, a postura dominante na imprensa local era de silêncio sobre o tema. Pouco depois passaram a noticiadas, refletindo uma mudança de postura que a descrição dos serviços de saúde acima apresentada evidencia. Partindo do poder público, o suicídio passa ao espaço público, ocupando manchetes na imprensa.

Esta apropriação do fenômeno do suicídio e a passagem do mesmo aos discursos públicos pode ser mais bem entendido ao se analisar comparativamente como são construídas categorias sociais ao apresentá-las na forma impressa. Para isso, um artigo publicado por Ordaz & Vala (1997, p. 848) a respeito das formas metafóricas por meio das quais o suicídio aparece na imprensa permitiu observar com mais clareza algumas representações sobre a morte por suicídio. Dada sua relevância conceitual, apresento a seguir as temáticas e metáforas encontradas para o suicídio propostas por estes autores, as quais são divididas em “estruturais” e “ontológicas”. A proposta dos autores é a de “contribuir para a análise dos sentidos do suicídio no campo particular de produção de significados e de construção de saberes partilhados que a imprensa constitui” (ORDAZ & VALA, 1997, p.848). A preocupação dos autores é mostrar como se constituem esses sentidos expressos nas notícias sobre suicídios e suicidas na imprensa, e tal perspectiva de análise se dá pelo uso do conceito de representação social. Por processo de objetivação os autores entendem que as formas através das quais um conceito é objetivado, ou um fenômeno é pensado de forma objetivada, adquire materialidade e se torna expressão de uma realidade vista como natural.

Para tal trabalho os autores analisaram oito jornais nacionais, diários e semanários, impressos na região da Grande Lisboa, em Portugal durante o ano de 1992: *Público*, *Diário de Notícias*, *O Dia*, *Correio da Manhã*, *O Independente*, *O Crime*, *Expresso* e *Semanário*.

As metáforas estruturais são aquelas que dizem respeito a uma decisão interna do sujeito ainda que motivadas pela sua interação social. Assim, pode-se ver aqui atitudes de uma desistência da vida e, nesse sentido, apela para três idéias fundamentais: a *solução*, a *separação* e a *renúncia*. Também aqui as metáforas de *recompensa* ou uma *nova experiência* através de uma mudança pacificadora ou de uma libertação. E por fim, englobam também as que o descrevem como um *acto distintivo da humanidade*. (ORDAZ & VALA, 1997, p.853-4)

As dez metáforas estruturais são:

- i. *Solução*: onde estão presentes as idéias de fuga, salto e saída.
- ii. *Separação*: aqui se encontram temas como partida e despedida.
- iii. *Renúncia*: exílio e atalho são palavras para exemplificar de que renúncia se trata.
- iv. *Novas Experiências*: as idéias de uma vida melhor ou uma viagem são desdobramentos dessas chamadas novas experiências.
- v. *Recompensa*: os temas aqui englobados são o repouso e a cura.
- vi. *Forma de Relação com o Mundo*: as metáforas têm sentido a partir das noções de apelo, castigo, espetáculo e revolta.
- vii. *Ato distintivo*: a própria temática aqui já sugere as idéias de ato heróico, sucesso ou fim de festa.
- viii. *Força Incontrolável*: a força é significada pela idéia de “ser arrastado” ou do julgamento.
- ix. *Forças Desconhecidas*: presentes nessas metáforas as representações da tragédia, do Destino, do mistério.
- x. *Insanidade*: presentes aqui as idéias da loucura, atentado ou violência.

No que se refere às metáforas ontológicas, segundo os autores, nesse conjunto se “destacam substâncias ou objetos supostamente responsáveis pelo

suicídio, de que o suicida é uma vítima, ou conferem vida ao próprio fenômeno, representando-o como uma entidade que age sobre a comunidade e a interpela”. A expressão ontológica quer representar aqui justamente a ação de um “ser” externo ao sujeito que age na causalidade do suicídio. (ORDAZ & VALA, 1997 , p. 854).

São elas:

- i. Doença: representada pela dor.
- ii. Comportamentos aditivos: drogas, álcool.
- iii. Método Escolhido: pesticidas, medicamentos, comboio.
- iv. Emoções: desgosto, depressão, solidão.
- v. Natureza: vaga, apelo, destruição.
- vi. Morte: atração, sossego, incômodo, busca.
- vii. Tragédia.
- viii. Suicídio: interação, destruição.
- ix. Divórcio.

A conclusão do trabalho de Ordaz e Vala (1997) revelou questões importantes para análise do suicídio enquanto fenômeno que tende a ser visto como individual, bem como possibilitou pensar os modos pelos quais os sentidos para o suicídio são buscados em modelos individuais. Assim, dizem os autores: “Uma das análises mais ricas produzidas entre nós sobre o suicídio foi-nos oferecida por Martins (1985-1990, p. 74). Conforme os autores, “é a transformação do gesto suicida em mecanismo individual e privado que conduz à sua estigmatização”. Esta estigmatização, ainda segundo esta autora, pode ser compreendida no quadro da sociogênese da culpabilidade e da privatização das atitudes face à morte que se fixa a partir do século XIX. É como gesto condenável, símbolo de uma sociedade e de um indivíduo perturbado e perturbante, que a pesquisa se interessou, a partir dos anos de 1970, pela possível relação entre os relatos de suicídios na imprensa e alterações anormais na ocorrência de suicídios”. (ORDAZ & VALA, 1997, p. 870)

O interessante a se observar é que essas metáforas descritas acima foram encontradas por mim nas entrevistas, nas observações das conversas sobre o tema do suicídio, nos processos judiciais (boletins de ocorrência, depoimentos e laudos) e,

também, nos bilhetes deixados por suicidas. Essa questão leva a pensar a possibilidade de se tratar do tema do suicídio através das metáforas por meio das quais se busca explicar sua ocorrência. Dois exemplos extraídos da pesquisa de campo ilustram essa possibilidade:

- a) uma mulher, dona de um bar, ao comentar sobre os casos de suicídio ocorridos nas proximidades de sua casa, explica: “Isso é coisa do Tinga²⁵”.
- b) uma cartomante que entrevistei disse sobre os suicídios em que a arma foi o próprio carro lançado contra árvores: “isso é coisa de espíritos de pessoas más que morreram naquele local e que causam aqueles acidentes”.

Esses dois exemplos podem ser enquadrados na temática das *Forças Desconhecidas*, cujas metáforas são a tragédia, o destino ou o mistério.

- a) Uma informante, enfermeira, relata que um senhor que se suicidou teria dito: “Não quero viver num lugar onde pode ocorrer uma enchente²⁶”.
- b) Um bilhete de um suicida traz as seguintes frases: “PORQUE SE EU NÃO POSSO TER AS DUAS NÃO POSSO TER NENHUMA”, referindo-se à esposa que tomara a iniciativa da separação, afastando-o conseqüentemente, da convivência cotidiana com sua filha.

Esses são dois exemplos que remetem às metáforas de *fuga e saída*, dentro da temática da *Solução*. Eis outro exemplo: um homem, antes de cometer suicídio, deixa escrito, dentre outras, as seguintes frases: “este é o fim de um bom trabalhador e lutador”; “não é o câncer que vai me matar e fazer sofrer”; “estou cansado de correr procurar ajuda médica e eles diz que nada pode fazer por mim” (sic).

Desse bilhete é possível depreender as seguintes temáticas e metáforas: solução (fuga, saída), recompensa (repouso, cura), forma de relação com o mundo (revolta), ato distintivo (ato heróico) e doença (dor).

²⁵ Tinga: uma força do mal, sinônimo local para o diabo.

²⁶ Historicamente o município sofreu duas grandes enchentes desde sua fundação. A idéia pode alimentada pelo medo do estouro de uma represa situada numa região mais alta, por onde passam os rios que cortam a cidade.

Os exemplos seriam muitos e cada caso estudado contribuiria para enriquecer a análise.

Nesse mesmo artigo, Ordaz & Vala atentam para o que eles chamam de variáveis sociográficas presentes nas formas de veiculação de notícias sobre suicídio. Segundo eles, quando se produz a informação, surge a descrição sociográfica (p. ex. sexo, idade, profissão etc). Eles notam que nessa descrição sempre aparecem: o gênero, a idade, a profissão e alguma forma de comportamento tida como desviante (p. ex. usuário de drogas).

Os dados de minha pesquisa também se enquadram nessa descrição do suicida como portador de conduta desviante. Especialmente na imprensa, estes casos são descritos por meio da patologização do comportamento, geralmente associado à depressão. Dizer que o suicida era “deprimido” é tão recorrente na imprensa local quanto mencionar sua idade ou profissão, se ele era homem, trabalhava em lugar tal, pertencia à igreja tal, surpreendeu seus amigos do clube tal etc. Ou seja, ao se descrever o suicida, remete-se às suas redes de relações sociais. As categorias discursivas utilizadas por Ordaz & Vala chamam atenção para essa relação. Como dizem “o indizível do suicídio se traduz numa lição sem ambigüidades: a necessidade de preservar uma ordem social inquestionável”. (ORDAZ & VALA, p. 872). Ou seja, as representações ao focarem no indivíduo a causalidade, parecem proteger ou preservar as representações de instituições sociais.

Ordaz & Vala (1997, p. 848), identificam num artigo “três vertentes analíticas (...) as metáforas utilizadas pela imprensa para descrever o suicídio (...), análise das personagens exemplares (...) e análise dos protótipos de suicidas”. A partir dos dados levantados na pesquisa, mostrarei, junto com os autores do texto acima referido, como “as formas através das quais as representações sociais, uma vez constituídas, se tornam socialmente funcionais”.

Como órgão de difusão, a imprensa não se dirige a um público específico, senão a uma diversidade de públicos, produzindo várias respostas a públicos diferentes. A propagação visa a produção de uma imagem mais concreta de suicida e uma perspectiva mais sistematizada e unívoca sobre o suicídio, orientando a integração da informação num referencial específico.

Um dos lugares em que pode se aprender sobre uma sociedade e como tal, aprender sobre algum fenômeno que se esteja pesquisando, são os jornais da cidade. Nesta pesquisa os jornais tiveram uma importância fundamental para apreender também aspectos da sociabilidade em geral na cidade.

Mas foi no tema específico do suicídio que os jornais me surpreenderam, pela dinâmica expressa em suas páginas e pelas mudanças observadas quanto ao fenômeno. Farei uma apresentação dos conteúdos dos jornais destacando os elementos úteis à pesquisa. Essa apresentação pretende mostrar a problemática do suicídio enquanto fenômeno social a ser estudado. Para tanto seguirei o seguinte roteiro:

- a) amostragem do suicídio no Estado de Santa Catarina
- b) amostragem do suicídio na região do Vale do Itajaí, mais especificamente no Médio Vale (região de Blumenau).
- c) amostragem do suicídio na cidade da pesquisa.

5.2.1 Suicídio no estado de Santa Catarina

O Jornal A Notícia²⁷ informa que “*o final dos anos 90 transformou o suicídio na segunda causa de mortes violentas em Santa Catarina... mataram mais que os próprios homicídios*”.²⁸ O mesmo jornal já veiculara uma manchete cujo destaque apresenta: “*Suicídios superam homicídios*”.²⁹

Dados da Secretaria Estadual de Saúde sobre ocorrência de suicídios em Santa Catarina dão conta que em 1998 e 1999, “*apenas os acidentes de trânsito*”,³⁰ *entre as causas externas, mataram mais que os suicídios*”.³¹ O relatório desse período mostra também que os homens morrem mais por suicídio, apesar de que as tentativas em mulheres serem em número maior. Em 1999 ocorreram 384 casos

²⁷ O Jornal A Notícia é de circulação estadual, sendo também disponível através de mídia eletrônica

²⁸ Fonte: Jornal A Notícia (Florianópolis) 18/06/2000.

²⁹ Fonte: Jornal A Notícia (Florianópolis) 16/05/1999.

³⁰ Sobre os acidentes de trânsito ver adiante análise sobre narrativas que apontam que muitos casos de suicídio ocorrem na forma de acidentes de trânsito e como tais são registrados

³¹ Fonte: Jornal A Notícia (Florianópolis) 18/06/2000.

sendo 325 entre homens. O jornal que veicula essas informações é lido em todo o Estado, tendo grande circulação na cidade desta pesquisa. Escrevo isso para propor que as informações ali contidas acabam por impor de alguma forma as explicações sobre o fenômeno. Não raro, as entrevistas encontraram semelhanças discursivas com as afirmativas constantes dos jornais.

Em geral, os jornais entrevistam “especialistas” para compor as matérias. Por entenderem que o suicídio decorre de manifestações de ordem psíquica, recorrem a especialistas das áreas da psiquiatria e da psicologia. Esses especialistas reiteram a idéia da causalidade individual para o suicídio respaldados no modelo patológico da depressão. Os jornais, portanto, contribuem para que essa visão do suicídio se torne consenso social. Com isso, vemos os jornais e as explicações sociais impregnadas desse modelo.

Encontra-se nas matérias de jornais frases do tipo: “na maioria dos casos, no entanto, o suicídio é causado pela depressão”; “o psiquiatra aponta a depressão e a melancolia como fatores de incentivo aos suicidas”; “psicólogo atribui grande parte dos casos de suicídio à depressão”; “a depressão se manifesta em todas as idades, mas atinge os jovens com mais intensidade”; “na idade adulta, a depressão suicida pode ter causa em frustrações profissionais ou afetivas”.

Ao compararmos essas declarações com os relatos encontrados nos processos e inquéritos dos casos de suicídio estudados, constatamos que a mesma linguagem técnica da psiquiatria foi apropriada no discurso público, o que também confere à depressão a causalidade do suicídio. Trataremos dessa questão com mais detalhes adiante. Por ora, basta registrar que, ao contrário dos especialistas, a definição de depressão é pouco conhecida do “público”. Em geral associam a depressão a uma tristeza. Depressão é, portanto, uma categoria genérica para referir as causalidades relacionadas ao suicídio.

Assim, as manifestações sociais ficam personificadas. A outra forma de produzir a construção de categorias diz que “estas são construídas por abstrações sucessivas e se organizam em torno de um ponto focal ou de um protótipo (um ideal tipo)” (ORDAZ & VALA, 1997, p.852). Nesse caso, cada nova ocorrência de suicídio será comparada ao protótipo. Vala & Ordaz (1997) afirmam que uma e outra forma de construção social de uma categoria acaba regida pelo que chamam de um

“essencialismo psicológico”. Este último também é recorrente no meu estudo de casos, onde aparece sempre uma explicação causal para tudo que se refere ao suicídio. Exemplo disso é que a primeira pergunta que se faz ao ter notícia de um caso de suicídio na região é se o suicida era depressivo, a segunda pergunta é se ele tomava algum medicamento. Tal perspectiva também é encontrada na leitura dos inquéritos policiais e processos judiciais levados ao Fórum. Em que medida estariam estas representações sociais essencialistas agindo, elas sim, como determinantes ou incentivadoras do ideário suicida? Espero que a polêmica de tal questão possa ser resolvida no texto.

Como o suicídio é enclausurado nessa palavra ‘explicativa’ que no discurso comum quase não quer dizer nada, temos que o suicídio acaba por também não dizer nada a essas pessoas.

Outra questão importante diz respeito ao modo de divulgação dos dados sobre suicídio nos jornais. A Notícia, por exemplo, informa em matérias diferentes, três números totais distintos referentes às ocorrências de suicídio para o ano de 1.998. Uma matéria informa 402 casos para o Estado, outra matéria informa 468 casos e, uma terceira, informa 398 casos. Não bastassem os números a causar dúvidas, submetem esses números à análise de comentaristas. As respostas seguem uma lógica de difícil compreensão.

Por exemplo: O jornal A Notícia para chamar atenção do alto número de suicídios, entrevistou a coordenação do CVV³² que diz, após a menção de que o órgão faz 700 atendimentos mensais: “O corpo humano é um fazedor de problemas. Arruma algum mesmo que tudo esteja certo na vida... nunca sabemos o que pode causar o instinto suicida. Por isso não subestimamos os problemas dos outros”.³³ Essa frase em meio a uma matéria preocupada sobre os suicídios me causou estranheza.

Quanto ao fato de ser maior o número de homens que se matam em relação ao número de mulheres, afirmou: “Na meia idade, ele percebe que perdeu o

³² CVV – Centro de Valorização da Vida. Entidade sem fins lucrativos que recebe ligações de pessoas desesperadas em busca de apoio emocional. São atendidos por voluntários (samaritanos) que se mantêm no anonimato.

³³ Fonte: Jornal A Notícia (Florianópolis) 16/05/1999.

emprego, ou o salário é insuficiente para sustentar a mulher e os filhos. Antes ele era respeitado de qualquer forma, o que mudou”.³⁴

Num site de Internet³⁵ encontrei uma matéria *Dossiê Santa Catarina* com o título: *Suicídio – conhecer para prevenir*. Trata-se de um conjunto de artigos que resumirei a seguir. O primeiro deles é intitulado: *Vítimas de si, suicidas deixam rastro de dor*. Neste lê-se: ‘vítimas de si mesmos, os suicidas não destroem apenas a própria vida, afetam também a família, os amigos e a comunidade, deixando um rastro de dor e questionamentos nos que ficam. E não são poucos os casos de suicídio em Santa Catarina, embora o silêncio seja a principal defesa dos que assistem, geralmente impotentes, um ente querido acabar com a própria existência’.

Aqui já aparece outro número para o ano de 1998, 449 casos. Informa-se que até agora não havia atendimento específico aos suicidas em potencial mas que para o ano de 2000 está em formação o Instituto de Saúde Mental. A única opção é o CVV e o repórter precisou ir pessoalmente fazer a entrevista no CVV porque o telefone estava sempre ocupado.

A segunda matéria do *Dossiê* contempla uma entrevista com um jovem de 32 anos que escapou de uma tentativa de suicídio. Nela lê-se o seguinte título: *“Entrevista: ‘Hoje eu sei que tudo se resolve’*. A entrevista tem um tom emocional declarado. Ressalto um fragmento: “o que o levou tentar suicídio? Eu tive problemas de estrutura familiar desde a infância. Meu pai era alcoólatra e não havia diálogo em casa. Depois eu assumi minha tendência homossexual. Tudo foi somando na minha cabeça e eu virei um maníaco-depressivo. Não confiava em ninguém, fiquei perdido. A única saída que eu via era partir dessa vida”. (grifo meu)

A terceira traz a manchete: “Jaraguá contabiliza três mortes apenas em janeiro”. “Se a média continuar assim, teremos um ano trágico, diz o escrivão de polícia”. Mais adiante se acrescenta: “os familiares de um dos suicidas ainda não conseguem compreender o que o motivou. ‘Ele era religioso, tinha muitos amigos e levava uma vida normal’, afirma o filho”.

Na quarta matéria lê-se: *“Depressão e estresse na origem do problema”*. Aqui, além de uma explicação psicológica, há uma entrevista com o padre local que diz

³⁴ Ibid.

³⁵ Fonte: <http://www.ronet.com.br/conhecer/dossier1.html>

que a falta de confiança em Deus pode ser uma das causas que leva alguém a atentar contra a própria vida. A matéria ainda traz a informação de que

a Igreja costumava negar o direito a enterro em cemitério cristão aos suicidas sob a alegação de que tirar a própria vida seria o mesmo que atentar contra Deus. Atualmente esse costume não é mais praticado e todos os mortos são tratados da mesma forma, pelo menos no que se refere ao local onde podem ser enterrados.

A quinta matéria é chamada: Moral rígida herdada do colonizador. Aqui é destacado o fato que a colonização germânica trouxe progresso, mas trouxe também ‘uma herança moral que trata os fracasso da vida com muito rigor. O delegado de Concórdia-SC diz: “os suicídios acontecem muito próximos. Parece que um incentiva o outro”.³⁶ [grifos meus]

A sexta matéria *Perfil definido no Alto Uruguai* mostra que lá os casos estão entre os de origem alemã ou italiana, homem, com poucas condições financeiras e baixa escolaridade.³⁷ O método mais utilizado é o enforcamento porque, na visão dos suicidas, “não provoca sujeira nenhuma”.³⁸ [grifos meus]

O último artigo, *Suicídio em Joinville*, traz uma série de comentários filosóficos sobre o tema e mostra os resultados estatísticos de uma pesquisa sobre o suicídio realizada no IML de Joinville no período de 1983 a 2000.

O interessante a se notar nesse conjunto de matérias é que todas as regiões do Estado de Santa Catarina foram contempladas no “Dossiê”, revelando ser o suicídio um problema que atinge todo o Estado a ponto de surgirem matérias e reportagens sobre o tema.

O jornal A Notícia na data de 17/11/1999 traz a seguinte manchete: “*Mãe e filha encontradas enforcadas dentro de casa*”. Este caso, acontecido no local desta pesquisa foi analisado em capítulo à parte, mais adiante.

Nos jornais do ano de 2004 essa tendência se mantém. Em A Notícia de 11/11/2004 há uma reportagem que coloca em destaque o suicídio. A manchete

³⁶ Essa parece ser uma apreensão comum sobre o suicídio. Também o delegado da cidade desta pesquisa e o escrivão fizeram a mesma afirmação.

³⁷ Esse perfil do Alto Uruguai em Santa Catarina não corresponde exatamente aos casos de suicídio no local desta pesquisa.

³⁸ No jornal não menção de como se chegou a essa ‘visão dos suicidas’

traz: “*Em Destaque: “Estado é destaque na Região Sul”*”. Estatísticas revelam 210 casos somente no primeiro semestre.

De acordo com a matéria jornalística em questão, quase sete mil pessoas cometem suicídio por ano no Brasil. Ao falar do Oeste catarinense, um psiquiatra entrevistado afirma a respeito: “É uma região mais pobre e com menos oportunidades. O meio rural também favorece esse quadro. Não existe um intercâmbio com outras culturas.³⁹ A pessoa está mais sujeita às variabilidades econômicas e há pouca perspectiva de vida para os jovens”.

Com relação ao Vale do Itajaí, as afirmações do psiquiatra, durante a entrevista, são:

Os fatores genéticos e culturais também podem ser a resposta para os casos verificados no Vale do Itajaí. Há estudos que apontam para uma predisposição genética. Temos casos de famílias com históricos de suicídios. E na região com imigração, como Pomerode, os suicídios podem estar relacionados a questões culturais.

A tentativa de uma naturalização do fenômeno do suicídio através do apelo à genética é revelador de preconceitos criados a partir da emissão de opiniões sem embasamento em critérios de pesquisa científicos. Essa pesquisa não confirma que o suicídio ocorra somente ou preferencialmente entre os descendentes de alemães. Se Pomerode tem maior número de suicidas descendentes de alemães deve-se a que a cidade é, esta sim, marcadamente de colonização alemã e recebeu menos colonizadores de outras regiões, como é o caso de cidades vizinhas.

Na mesma matéria jornalística de 11/11/2004 se menciona também que “os principais fatores de risco são o abandono na velhice, perda do emprego e da estabilidade econômica, solidão, dificuldade de integração quando muda de cidade, histórico de comportamento destrutivo e saúde física frágil”. Há uma variedade de causas, de naturezas diversas, sendo contrapostos à interpretação do suicídio como tendo por causa a depressão.

³⁹ O panorama aqui apresentado sobre o Oeste do Estado difere muito da realidade social no município estudado nesta pesquisa. Lá a pobreza, cá uma região bastante próspera. Sabemos da impossibilidade de não haver intercâmbio entre culturas. O meio rural não pode ser apontado como favorecedor do suicídio. Quanto à variabilidade econômica não há setor econômico ou região geográfica que não sejam afetadas e nem por isso são causa imediata para o suicídio.

Outra expressão, “fatores de risco”, indica uma tentativa de objetivação de experiências sociais distintas que podem levar ao suicídio, colocando em xeque a idéia da depressão como causalidade única para o suicídio.

Uma vez que para a palavra depressão convergem diferentes experiências, poderíamos até retirá-la dos domínios das ciências psicológicas para pensá-la justo como categoria que condensa vários significados sociais.

A matéria ainda diz que, “na maioria dos casos, o suicida comenta que planeja tirar a própria vida”. A pesquisa em campo e a análise dos inquéritos e processos mostraram que em apenas um caso o suicida havia falado de seu intuito suicida. Em geral o suicídio vem acompanhado de alto grau de surpresa por parte de seus parentes, amigos e vizinhos.

Essa dissertação, por força de sua delimitação de campo e objeto, não contempla um estudo aprofundado das questões de gênero em sua relação com o suicídio, o que poderá ocorrer em tempo oportuno. No entanto, vale mencionar a existência de discursos sobre essa questão: “os homens se matam mais. As mulheres ainda usam o que chamamos de suicídio apelativo, que é com o objetivo de chamar a atenção. Elas usam medicamentos, enquanto eles adotam meios mais eficazes. Mas a experiência o força a acreditar que o homem ainda é a figura ‘mais pressionada’ na família brasileira, o que justificaria em parte a diferença absurda entre os 392 homens e 76 mulheres que cometeram suicídio em Santa Catarina”⁴⁰ Ou ainda outra afirmação extraída do jornal para tentar explicar o maior número de suicídios em homens: “os homens mostram maior determinação”.⁴¹

No ano de 2005 o mesmo jornal A Notícia traz uma matéria no suplemento Jaraguá do Sul, cuja manchete é: “Número de suicídios preocupam”.⁴²

Dentre as informações constantes no jornal destaca-se a estimativa de que o número de suicídios registrados está subestimado, “pode ser o dobro”, afirma o coordenador do CVV local. “Muitos casos são abafados por diversas questões. Pagamento do seguro de vida, religião, vergonha... muitos atropelamentos são suicídios, mas nos boletins oficiais fica o registro de acidente de trânsito”. Outra

⁴⁰ Fonte: A Notícia. 15/05/1999.

⁴¹ Fonte: A Notícia. 18/06/2000.

⁴² Fonte: A Notícia: 29/06/2005.

manchete sobre o suicídio na mesma data neste jornal destaca: “O ter sobre o ser é uma das causas”. Um psiquiatra entrevistado afirma:

Os imigrantes, primeiros moradores, vieram fugindo da crise na Europa e ficaram isolados na região durante muitos anos. Para os descendentes, que herdaram um modo de vida focado no trabalho, é difícil tentar sair do ritmo casa-trabalho, trabalho-casa. Sair dessa rotina, há 20 anos, foi o principal motivo de muitos casos de suicídio na região.

Temos aqui uma explicação sociológica baseada no valor do trabalho, do trabalho como valor. Mais adiante, dirá o psiquiatra:

Ainda existe um pensamento muito materialista em relação à vida. Para as pessoas dessa região ter é melhor do que ser. E quando a pessoa não consegue ter, acha que não é nada. Essa é uma ordem de valor invertida que tem influenciado muitas atitudes dos mais jovens.⁴³

5.2.2 Suicídio no Médio Vale do Itajaí

O site do Ministério Público de Santa Catarina⁴⁴ reproduz manchetes de jornais sobre o suicídio. Neste, há uma reprodução do jornal A Notícia de 11/11/2004, onde se lê a seguinte manchete: “Médio Vale engrossa Relatório”. No período de janeiro a junho de 2004 constata-se a liderança da cidade de Blumenau quanto às taxas de suicídio, segundo os dados do Relatório do primeiro semestre divulgado pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão. A Delegacia Regional de Blumenau apresenta dados mais atualizados sugerindo a impressionante cifra da escalada da taxa de suicídios, “representando um aumento de 81%” em relação ao período de janeiro a setembro do ano anterior. Entrevistado pelo jornal, um psicólogo da região disse que

⁴³ Cabe aqui um comentário: É claro que não é o caso de ‘uma ordem de valor invertida’ como sugere o psiquiatra. Note-se que as cidades em questão (a cidade onde reside o psiquiatra e a cidade desta pesquisa) são cidade colonizadas em grande parte por alemães protestantes em meados e fins do século XVII e inícios do século XVIII. Em vez de valores invertidos, o que parece mais correto afirmar é que há uma tendência grande à preservação ou perseveração dos valores. A diferença, talvez não enxergada por ele, é que estes valores, até bem pouco tempo tradicionais e não perturbados, estão em contraste com as exigências do mundo contemporâneo, causando transformações nos modos tradicionais de vida, nas práticas sociais, na economia, etc. Este sim, pode-se pensar, é um espaço, o palco onde se processa e explica muitos casos de suicídio.

⁴⁴ www.mp.sc.gov.br

em determinados casos o índice de suicídios chega a até oito vezes mais do que a média mundial registrada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Para ele, os casos de suicídio na região podem ainda ter uma dimensão maior, pois segundo ele, muitas pessoas acabam com suas próprias vidas usando o próprio automóvel como arma. E quando isso acontece, os hospitais, IML e Corpo de Bombeiros qualificam a ocorrência como um acidente de trânsito comum.

Até aqui temos um panorama do suicídio no Estado de Santa Catarina e uma amostra de como é tratado o tema nos jornais. O propósito era tão somente mostrar a dimensão maior do fenômeno na região. Fica claro que as realidades sociais nas regiões do Estado guardam importantes semelhanças e também diferenças e como tal, deve o estudo do suicídio respeitar tais diferenças. A seguir, vou começar a apresentação e alguma análise dos jornais da cidade desta pesquisa.

5.2.3 Suicídio no município da pesquisa

Ordaz & Vala (1997, p.849), em seu artigo sobre suicídio e imprensa escrita, relatam:

A nossa hipótese é a de que os sistemas de comunicação (jornais) enquanto modalidades de relação social orientam a forma através da qual o novo se torna familiar (...) enquanto âncoras que orientam a constituição de representações, os sistemas de comunicação geram também diferentes modalidades de objetivação de uma idéia, de um conceito, de um fenômeno.

Fui até a sede do jornal local realizar um levantamento sobre as notas de suicídio relatados nos inquéritos policiais já identificados⁴⁵. Para minha surpresa, no período de 1999 a 2004 não encontrei palavra suicídio citada em nenhuma edição. Decepcionado, resolvi entrevistar a gerente do jornal. Ela me disse a esse respeito: “Nós não publicamos. Por causa da família. Para que outras pessoas também não façam”.⁴⁶ Durante o tempo da pesquisa esse posicionamento da direção do jornal

⁴⁵ Por questões de ordem ética, omitirei a referência ao nome do jornal do município.

⁴⁶ Sobre o tema da divulgação da morte por suicídio nos jornais há bibliografia que trata do assunto. Veja-se por exemplo o artigo: “Suicídio por contágio e relatos de suicídio: recomendações do Seminário Nacional realizado em 22 de abril de 1994”. In: O’CARROLL, Patrick W. & POTTER, Lloyd B. disponível em <http://aepo-xdv-www.epo.cdc.gov/wonder/prevguid/> Veja-se também: Izabel Worm Sperb (2003), faz uma análise dessa situação revendo postulados de autores que trataram do assunto. Transcrevo: “Fala-se dos contatos diretos que podem ser estabelecidos entre indivíduos de uma mesma comunidade, onde, por exemplo, existe um alto índice de suicídios. São os ‘suicide clusters’, ou seja, suicídios cometidos por contágio, imitação e/ou por uma ordem social estabelecida (Gould, Wallenstein & Davidson, 1988). Phillips e colegas (1986) relataram o aumento de

sofreu alterações. A revelação feita pela gerente do jornal abre ensejo para análise. Essa breve descrição dos motivos pelos quais não noticiam ocorrências de suicídio expressa uma forma social de concepção desse fenômeno. O jornal em questão responde pelo lado do discurso público e as conversas informais revelam de que forma o suicídio permeia as produções de discursos no âmbito privado. A situação naquele momento se apresentava da seguinte forma: O suicídio era uma prática que, embora não fosse divulgada pelo jornal, era pública. As pessoas falavam sobre ele, todos na cidade de uma forma ou outra ficavam sabendo das ocorrências. No entanto, num dos locais de produção pública do discurso, o jornal, o suicídio estava ausente.

Fui em busca de outras fontes. Fiz entrevistas com os donos da funerária da cidade. A primeira entrevista ocorreu na casa dos donos, conversei com a esposa do dono. Ela disse não estar à frente dos serviços da funerária e relatou vários casos de suicídio nos últimos meses, inclusive apontando o que para ela seriam os motivos para o suicídio. A segunda entrevista, em outro dia, ocorreu dentro da funerária em presença do marido. Ele me disse não saber do assunto, que não tinha como informar nada e, encerrando a conversa, pediu que eu voltasse outro dia. Essas diferenças, casa-rua, público-privado, apareceram todo o tempo durante a pesquisa, sugerindo formas distintas de se encarar a prática do suicídio.

O Estado de Santa Catarina, através de suas secretarias distribuiu um manual chamado: *Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da mídia*. (OMS)⁴⁷

Poucos meses depois, observou-se mudança significativa na postura assumida pelo jornal da cidade com relação ao tema.

A morte de pessoas notórias na cidade, bem relacionadas, de classe mediana e alta parece ter motivado a mudança de atitude do 'jornal'. De forma que ainda em

comportamentos suicidas e casos de suicídio, propriamente dito, após a divulgação na mídia de casos de morte auto-inflingida ou, segundo pesquisas de Wasserman (1984), se a publicidade for muito intensa ou envolvia alguma celebridade. Ao longo do tempo, os efeitos da imitação podem produzir na comunidade uma espécie de familiaridade com o suicídio, onde o "tabu" é eliminado, introduzindo assim a idéia de que o suicídio é uma alternativa viável diante das situações percebidas pelo indivíduo como intoleráveis (Gould et al., 1989)" (SPERB, 2003:28). Essa citação tem por função aqui tratar justamente da percepção da mudança ocorrida no jornal e no município quanto ao tema do suicídio. Se antes a ameaça da publicação tinha um valor superestimado, agora o tema é tratado de forma menos tímida.

⁴⁷ *Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da mídia*. Organização Mundial da Saúde. Departamento de Saúde Mental, Transtornos Mentais e Comportamentais. Genebra, 2000.

2004, para minha surpresa, deparei, em manchete, com a palavra suicídio estampada no jornal do dia 11/12/2004, onde ao pé da página lê-se uma pequena nota: “*Jovem tenta suicídio dentro do Fórum*”. Tratava-se do caso de um jovem de 16 anos que “*aplicou um golpe com uma faca no seu próprio abdômen...*”, após entrar no Fórum. Havia menção ao fato de que o jovem “era usuário de drogas”. Não havia informação sobre a família do rapaz, se ele estudava ou trabalhava, ou sobre os supostos motivos do ato. Nem mesmo havia menção a o que o rapaz fora fazer no Fórum.

Alguns meses mais tarde o tema volta a baila. Uma publicação jornalística de 05/02/2005 dedica duas páginas inteiras ao tema da Depressão que passa, a partir de então a ser a tônica na “explicação” do fenômeno. Nesta, destaca-se uma grande entrevista com o psiquiatra local. Transcrevo informações desta matéria que tem o título: “Depressão – Um Problema”. A respeito da evolução do quadro clínico da depressão, logo nas primeiras linhas dessa matéria, lê-se: “aos poucos alcança um nível que não tem mais volta, o suicídio”. A matéria tem como estrutura a entrevista realizada com o psiquiatra. De um total de 15 perguntas, a quarta pergunta feita pelo jornal ao psiquiatra é: “O suicídio é uma conseqüência da depressão?” Resposta: “O suicídio é uma nefasta conseqüência da depressão bem como de vários outros problemas psíquicos como a esquizofrenia, abuso de drogas e álcool, transtornos adaptativos e reativos graves etc (...) Em nossa região há uma prevalência importante de casos dentro do contexto estadual. Neste último ano, tivemos em nossa cidade, segundo dados da Vigilância Epidemiológica, sete casos registrados de suicídio”.⁴⁸

A quinta pergunta dessa entrevista era: “Quem tem mais depressão, o homem ou a mulher? Existem diferenças também em relação ao suicídio?” Destaco algumas frases da resposta: “A ciência tem pesquisado os fatores que influenciam essa diferença e as respostas apontam para fatores que envolvem a genética, o equilíbrio hormonal e a forma de expressarem seus conflitos internos presentes no contexto da mulher. Apesar de ser mais comum em mulheres, o homem é mais propenso a atos suicidas”. [grifo meu] Destaco nesta resposta, entre outras saliências, a expressão “A ciência”, em detrimento de “as ciências” deixando clara a impostura e concepção

⁴⁸ Esses casos mencionados para o ano de 2004, referem-se exclusivamente aos dados oficiais sobre o suicídio.

única da medicina como ciência e, como tal, única capaz de produzir respostas sobre os fenômenos. É também uma forma de camuflagem de outras questões pertinentes que poderiam trazer respostas, mas aquilo que escapa à explicação é porque 'a ciência' ainda não descobriu, resguardando de toda responsabilidade tudo que escape e esse saber. Outras afirmativas na resposta: "A depressão é uma doença do organismo como um todo, que compromete o físico, o humor e, em consequência, o pensamento. A depressão altera a maneira como a pessoa vê o mundo e sente a realidade".

Outra pergunta feita pelo jornal merece atenção. Nela há uma resposta interessante que revela uma ênfase do discurso calcado na genética, uma teoria explicativa de apelo à natureza e uma série de noções pré-concebidas. A pergunta foi formulada assim: "Quais os principais motivos que deixam tantas pessoas deprimidas na região?" E a resposta, que reproduzo na íntegra, é a seguinte:

Em nossa região, notamos algumas características que podem estar relacionadas à incidência dos transtornos depressivos. Destacamos alguns pontos:

- a) herança genética: a pouca miscigenação racial (famílias alemãs e italianas "puras"), muitas vezes com relacionamentos entre parentes, favorece a perpetuação e reforço da genética depressiva;
- b) caráter de personalidade mais "rígido" presente na nossa cultura que, muitas vezes, coloca em segundo plano aspectos afetivos do convívio familiar, gerando uma certa indiferença às questões emocionais e agravando tais situações;
- c) sobrecarga de trabalho com pouco acesso ao lazer e a atividades de diversão e de "alívio" do estresse, o que gera diversos problemas de saúde, incluindo vários transtornos psíquicos e depressão;
- d) conflitos familiares diversos e, principalmente, a falta de convívio adequado (brigas, desentendimentos, "falta de tempo" para a família etc.) que atuam negativamente no seio familiar;
- e) problemas sociais e familiares relacionados ao álcool e às drogas.

A pergunta número nove da entrevista era: "Quanto ao suicídio, tem sintomas que se pode detectar antes que a pessoa se suicide?" Seguem-se várias respostas que de alguma forma sinalizam a mudanças apresentadas por um sujeito, tais como desinteresse em geral, problemas financeiros, tristeza, doenças físicas, separações.

A décima pergunta feita pelo jornal era: "O que leva a pessoa a cometer o suicídio?" A respostas seguem as seguintes variações: "se livrarem de aflição, estado psicótico, perseguição, fuga, deprimidas, doença física, transtorno de personalidade, impulso de raiva, chamar atenção, efeito de álcool e drogas, dificuldades financeiras, sociais e/ou familiares".

A pergunta número onze foi formulada da seguinte forma: “Existem ‘fatores’ que protegem o indivíduo desses atos?” Resposta: “ser mulher, ter religião, participar de grupos sociais e esportivos, ter amigos, ter filhos, ser casado, ter perspectiva social e profissional, ter um bom convívio e suporte familiar”. [grifos meus]

A seguir uma pergunta sobre neurotransmissores. Na resposta uma menção ao suicídio: “No caso do suicídio, a grande alteração ocorre por conta da produção deficitária de serotonina”.

Esta matéria foi publicada no jornal local exatamente depois de uma semana da ocorrência de um caso de suicídio que chocou o município, período em que também ocorreram dois acidentes de carro provocando a morte de dois jovens da cidade. Estive no município dias após esses acontecimentos.⁴⁹ Não se falava em outra coisa que não essas “mortes horríveis”.

Na data de 28/02/2005 o jornal traz na capa a seguinte manchete: “Homem mata mulher e se suicida na prisão”. Num crescente, a palavra suicídio alcança a manchete principal do jornal e aparece em sua capa. A capa do jornal e o suicídio assumem lugar de destaque nesse espaço público. O Editorial desta edição traz a manchete: “Matei por amor”. Escrito em ‘tom’ passional o editorial chama atenção para a violência em especial os “fatais acidentes de trânsito” e os “terríveis assassinatos”. A seguir comenta o caso em destaque. São apontados como causas da onda de violência: “falta de humildade e compreensão; falta de religiosidade para entender que nessa vida se ganha e se perde; uso de drogas; falta de rigor para com traficantes e usuários de drogas e falta de perspectivas”. É mencionado ainda: “É assustador presenciar profissionais honestos percebendo não raras vezes somente R\$ 300 ou R\$ 500,00, quando conseguem emprego, se em atividades ilegítimas se ganha no mínimo dez vezes mais do que isso”. Apesar da forma indignada do escrito, temos aqui toda uma teorização social que justificaria a violência.

A coluna opinião desse jornal traz uma matéria mencionando o caso da morte de um rapaz de 29 anos que morreu por suicídio e de dois acidentes de jovens de

⁴⁹ Ainda que eu não estivesse presente todo o tempo no município durante esses dois anos de trabalho de campo, sempre eu estava ciente desses acontecimentos através dos informantes que, assim que ficavam sabendo de alguma morte violenta (suicídio e acidentes de carro suspeitos de suicídio) prontamente faziam contato comigo via correio eletrônico.

20 e 25 anos. Comenta-se a morte da moça praticada por seu companheiro que “também” (sic) acabou suicidando-se. A matéria de capa desse jornal destaca justamente o homicídio seguido de suicídio. O teor da matéria, resumirei a seguir. O crime aconteceu no interior da casa que fica no pátio da Igreja matriz católica da cidade. Foram 15 facadas. Dizia-se que ele era “um homem até então religioso, bondoso, calmo e obediente”. [grifos meus] Aos policiais disse que “sentia ciúmes e matou por amor”. O casal estava separado e ela vivendo em outro local. O padre chama a moça para conversar com o ex-companheiro no interior da casa paroquial. “Durante a conversa, aconteceu a tragédia”. O rapaz foi preso e horas depois no presídio usou da própria camisa para se enforcar.

Recorro a um artigo de Gláucio Soares (2002) que estuda casos de homicídio seguidos de suicídio. Nesses casos, diz o autor, nem sempre o suicídio estava planejado, “vindo depois em conseqüência do remorso”. No caso em questão, o assassino tinha um plano de fuga, porém foi preso. Segundo Gláucio Soares, esses casos evidenciam tratar-se de “crime de gênero, uma vez que os homens são ampla maioria dos assassinos e as mulheres e crianças conformam a ampla maioria das vítimas; é familiar ou “entre íntimos”, porque as mulheres, em sua grande maioria, são vítimas de maridos, amantes, companheiros ou namorados”. (SOARES, 2002)

Ainda afirma que esses crimes “ocorrem sempre durante a separação ou pouco tempo depois (...) o período de ruptura e separação inicial é o mais perigoso do ponto de vista da mulher”. Neste caso, os parceiros estavam separados a pouco tempo, sendo a ruptura do casal a motivação para o crime. Quanto à intimidade entre a vítima e o assassino, esta parece ser proporcional à tendência de que o suicídio ocorra após o homicídio. Assim, quanto mais íntima a relação entre assassino e vítima, maior a probabilidade do suicídio (...) o sentimento de propriedade perdida ou em vias de se perder parece pesar tanto na decisão de matar quanto na de se suicidar”. (SOARES, 2002)

Esses casos de assassinato seguido de suicídio são o que Soares chama de “um fenômeno tipicamente doméstico: raramente começa e termina fora de casa”. Neste caso, o crime ocorre dentro da casa onde viveram, de onde ela saiu e para onde voltou e acabou sendo morta.

O jornal municipal na data de 09/04/2005 traz uma manchete interessante acerca do tema. “Saúde trabalha na prevenção de suicídio”. Entenda-se ‘Saúde’ por Secretaria de Saúde. Trata-se da cobertura/divulgação jornalística do Projeto da Prefeitura através da Secretaria de Saúde, do Centro de Atenção Psic0-Social e do Serviço de Saúde Mental, que tem o seguinte tema: “Prevenção do Suicídio, reconhecendo riscos e preservando a vida”. Os profissionais de saúde envolvidos no projeto dizem que “a motivação para a realização dos estudos é justificada pelo aumento do número de suicídios na população”. Esses mesmos profissionais nesta matéria do jornal mencionam “os recentes acontecimentos do município que, lamentavelmente, vitimam pessoas de renome⁵⁰ e causa impacto social e a fraca estrutura de reconhecimento e de apoio aos casos de tentativas de suicídio”. [grifos meus] O importante a se notar aqui é que o jornal local, que antes não publicava notícias sobre o suicídio, passa a dar cobertura ao tema, buscando explicação entre especialistas da medicina. O suicídio é visto como questão de saúde mental.

Alguns casos de suicídios chamaram bastante a atenção, causando comoção geral na cidade. Em geral trata-se daqueles que envolvem alguns dos “filhos ilustres” da cidade. O que cumpre chamar atenção nesse momento é a reação por parte da população e mais especificamente dos responsáveis pela Saúde no município, enfermeiros, médicos e até o próprio prefeito, conforme descrito no tópico sobre a Secretaria de Saúde. Segundo Minayo (1998), comentando Durkheim,

a comoção social provocada pelo fenômeno de suicídio está diretamente ligada a seu caráter revelador de complexas relações sociais e pessoais e envolvendo também o sentido da vida em sociedade e as razões da opção pela interferência humana no evento inexorável da morte, que no imaginário de muitas sociedades é interpretado como vontade de Deus, dos deuses, ou como ciclo natural da vida.

Talvez se trate disso, o suicídio revela de forma dramática, espetacular, o que se acredita que deve ser silenciado. A questão é entender o que esse silenciar

⁵⁰ O uso da expressão “pessoas de renome” deve-se ao fato da morte por suicídio de uma pessoa (jovem) bastante conhecida na cidade e também à morte de jovens em acidentes de carro, filhos de famílias tradicionais. Sobre esse particular, e conforme já apontado por autores e agentes de saúde da região, muitos acidentes de carro podem ter sido formas de suicídio. Durante a pesquisa, inúmeras pessoas comentaram casos de jovens que antes do ‘acidente’ de carro teriam enviado mensagens pelo telefone celular se despedindo e avisando da sua morte. Sobre isso também, fiz uma entrevista no Corpo de Bombeiros da cidade e eles disseram que em caso de acidente em geral existem marcas de freadas dos carros no chão, mas há casos no município em que essas marcas estavam ausentes nos locais dos acidentes, em especial os acontecidos no choque com árvores.

significa e para quem é produzido. Essa é uma prática que visa a evitar e/ou afastar processos de estigmatização. Porém, o jornal não é somente lido pelos “de fora”. O que se pretende silenciar? Essa é a questão que a prática do suicídio coloca em xeque apelando para um discurso de caráter dramático, performativo e sensacionalista que caracteriza tanto sua produção como sua narrativa.

5.3 O SUICÍDIO NOS PROCESSOS JUDICIAIS

Além dos jornais, outro lugar onde se produzem narrativas de casos de suicídio é o inquérito policial, instaurado logo que esse tipo de morte é noticiada. Neste trabalho serão analisados 17 processos relativos à prática de suicídios, dois deles escolhidos para uma análise mais detalhada. O período onde estão contidos esses casos é de 1.999 a 2006.

Procederei de forma correlata àquela adotada por Mariza Corrêa em seu livro *Morte em Família* (1983). Analisando processos de crimes, diz a autora que nestes documentos o que encontramos são

muitas falas, registrando de diversas maneiras os mesmos atos e caminhando para a sua identificação com as formas pré-definidas dos códigos, as falas se adequando a uma gramática legal que prevê e enquadra qualquer ato proibido. (CORREA, 1983, p. 299)

Também os inquéritos policiais dos casos de suicídio obedecem a um padrão narrativo. Esse padrão é construído a partir da maneira pela qual os depoentes são interpelados, visando a produção de respostas “esperadas”. Seriam diferentes os moldes narrativos se os depoentes pudessem falar livremente e se suas falas não fossem reinterpretadas a partir de um padrão pré-estabelecido.

Observa-se, portanto, no relato dos parentes das vítimas de suicídio duas formas narrativas: a (re) invenção biográfica orientada para/pelo espaço público; e aquela que toma por referência situações de ordem privadas, que singularizam cada um dos casos. Corrêa (1983, p. 299) bem nota que

ao tentar compreender as condições dessa produção não podemos reduzir o movimento complexo que constitui casa processo, onde se leva em conta não só a necessidade de adaptar, enquadrar, as situações sociais aos códigos legais, mas também as condições sociais mais amplas que determinam ambos.

Dessa forma, ainda seguindo Corrêa, esta ‘verdade’ constrói-se não apenas por analogia com as situações reais, mas também de acordo com os ‘modelos admitidos’ nessa sociedade. (CORRÊA apud PIRELAMAN, 1979. p. 62)

Ao serem registrados, os depoimentos já apontam para uma realidade que querem construir a partir de prerrogativas anteriormente levadas em consideração de forma a possibilitar e também a impossibilitar que coisas sejam ditas e outras tantas não o sejam.

No entanto, se Mariza Corrêa observa que nos processos de casos de crimes como homicídio ou tentativa de homicídio tendem a produzir singularidades, no sentido que “cada caso é um caso”, o que se observou nesta pesquisa com os inquéritos sobre suicídio (respeitadas as diferenças entre uma tipicidade jurídica e outra) foi que os discursos tendem a produzir uma uniformidade.

Ao analisar todos os inquéritos do período estudado, de 1999 a 2006, parece que produzem uma representação comum, em geral expressa em semi-teorias⁵¹ explicativas, para dar conta das supostas causas do suicídio. Dentre essas, poucas são as variações: solidão, depressão, tristeza, reação a uma separação ou morte de parente próximo. Essa pobreza explicativa chama à atenção diante da enormidade do significado e comoção provocado por um suicídio. Note-se que esses depoimentos é que vão ser a base da sentença a ser proferida pelo juiz, atestando que não há dúvidas quanto a se tratar efetivamente de um suicídio, seguindo-se o arquivamento do processo.⁵²

⁵¹ Não quis utilizar aqui a expressão “teoria nativa” por não ser o suicídio uma prática tão constante a ponto de se poder pensar que exista de fato uma teoria nativa para as ocorrências da esfera pública. Outra questão é que o fenômeno do suicídio e a comunicação pública de suas ocorrências no município é relativamente recente nos espaços sociais. Também justifico o não uso da expressão teoria nativa por entender que esta expressão se aplica melhor a situações em que o discurso sobre alguma prática circulou tanto que produziu tal teoria. E, por fim, não é exatamente no local público, ou seja, neste caso o depoimento na delegacia, o local que se produziria ou se relataria o que mais propriamente se poderia chamar de uma teoria nativa para o suicídio. Os relatos e narrativas fora desse ambiente jurídico, público, esses sim podem ser chamados de teorias nativas. A exceção a isso se encontra justamente na entrevista com o Delegado que, do lado do discurso legal, produz um outro discurso, diferente daquele que produzem os depoentes (amigos e parentes do suicidado).

⁵² Trâmites nos casos de suicídio. Após a Delegacia de Polícia Civil ser comunicada da ocorrência de suicídio, alguém vai até o local (em geral o escrivão ou o próprio delegado) e recolhem possíveis provas no local da morte (cartas, bilhetes, frascos de medicamentos, etc) e tiram-se fotos no morto. Nos casos analisados nessa pesquisa a maioria é de enforcamento, assim, a maioria das fotos são dos suicidas ainda pendurados. Após essa coleta, o corpo é retirado (função corpo de bombeiros ou alguém da Polícia Militar) e levado ao IML enquanto se elabora o Boletim de Ocorrência. Alguns dias depois o delegado ou o escrivão tomam o depoimento de pessoas ou

Em função desse reducionismo observado no registro das respostas dadas pelos depoentes, toda uma gama de significações pessoais, subjetivas, sociais, religiosas, familiares, fica desprezada. A esse respeito Corrêa (1983, p. 301) afirma: “essa diversidade e ambigüidade são negadas no momento em que os fatos e relações passam pelo crivo de uma linguagem formalizada que transforma a possibilidade de interpretações, ambas tributárias do mesmo modelo”. A linguagem técnica faz surgir um sujeito isolado, desligado de toda uma tessitura social e o reduz àquele que comete um ato cujas causas positivas têm de ser aquelas já previamente estabelecidas nos limites do aceitável. Para confirmar, basta ler adiante os resumos dos processos com os depoimentos.

Ainda assim, os depoentes são seres da linguagem e, como tal, gozam de uma relativa liberdade diante das questões que lhes são propostas. E em cada inquérito, processo, há os relatos dessas pessoas, os quais devem ser analisados, posto que o que ali está dito reflete um pensamento, ainda que não interpretado ou ainda que muito colado à realidade empírica.

É tarefa dessa pesquisa escutar essas falas e abstrair significâncias outras. Se isso precisa ser dito aqui é para mostrar que, apesar da crítica à forma como os depoimentos mais escondem do que mostram as causas do suicídio, ainda assim consistem em fonte importante de conteúdos escondidos e possíveis de ganhar luz.

Aliás, um parêntesis é válido nesse ponto. Em antropologia, também os informantes, seja em que área for, não são absolutamente fidedignos quanto às informações que nos oferecem. Há sempre um acréscimo, uma diminuição, uma atenuação, um mascaramento, ainda que revestido das melhores intenções.

O reducionismo nos detalhes observado nos depoimentos em questão sugere uma amostra de como o suicídio é representado socialmente. Chamou atenção a ligeireza que vai da abertura do inquérito na delegacia até o arquivamento dos autos no Fórum e também a recusa, em alguns casos, em me permitir o acesso a esses processos, que são, sabidamente, públicos.

amigos do morto. De posse disso elabora o Relatório com as conclusões sobre a *causa mortis* e as encaminha o inquérito policial para o Fórum onde será distribuído para uma das Varas Cíveis e o juiz determinara o rumo do processo. Caso não haja dúvida sobre a *causa mortis*, após a sentença do juiz o processo é arquivado.

Mariza Corrêa chama de “manipuladores técnicos” (1983, p. 308) esses que fazem a “tradução de uma realidade complexa e ambígua para uma mais simples (...) uma que possa ser aceita e enquadrada dentro dos padrões de comportamento aceitos pelo júri.” Se nessa citação ela se refere aos casos de homicídio, pode-se ver um símile entre o júri e a sociedade no caso de suicídio.

Para melhor ilustrar tudo o que foi dito acima, farei a seguir menção a alguns casos de suicídios cujas informações foram coletadas nos depoimentos registrados nos respectivos processos.

5.3.1 Os processos judiciais

O objetivo dessa exposição é mostrar de forma resumida como os casos são narrados e os depoimentos registrados. Como não seria possível uma transcrição na íntegra de todos os processos, destacarei alguns fragmentos dos pontos que julguei mais importantes de cada um, lembrando que a grande parte não mencionada também tem sua importância. Essa seleção de 17 casos é baseada no número oficial conforme processos instaurados no Fórum municipal e corresponde ao período de 1999 a 2006. Esta apresentação mostra o universo de ocorrências de suicídios em cujos processos foram coletadas informações para esta pesquisa.

Caso 1) Suicídio de Mulher – 64 anos – Enforcamento

Local do suicídio: cômodo da casa.

Depoimentos: revelação de que a vítima nos últimos tempos estava triste porque já não limpava mais a casa como anteriormente, em virtude de estar com depressão.

Provável motivo da depressão: morte do marido um ano antes.

Laudo do Psiquiatra: transtorno depressivo grave. Pessoa carente e exigente do ponto de vista afetivo e emocional. Ato impulsivo, intempestivo do suicídio praticado.

Caso 2) Suicídio de Homem – 86 anos – Disparo de revólver

Depoimentos: Acusam doenças, 'inclusive de próstata', e em função disto estava deprimido. Não imaginavam que ele ia se matar.

Caso 3) Suicídio de Homem – 44 anos – Enforcamento

Local do suicídio: interior de casinha de bonecas do vizinho (cunhado)

Depoimentos: residia com a mãe; era separado; depressivo e estava tomando medicamentos; o pai se enforcou e o tio também, ambos com depressão. Depoentes alegam que não imaginavam que ele fosse se matar.

Caso 4) Suicídio de Homem – 26 anos – Enforcamento

Local do suicídio: lavanderia da casa

Depoimentos: já foi usuário de maconha e cocaína; não tomava remédio para depressão. A esposa pede separação. Nunca discutia com a esposa perto da filha.

Bilhetes deixados:

a) Te amo

A Deus (sic)

b) ACHEI QUE MIAMAVA MAS É MENTIRA

SÓ EU TE AMO. (sic)

c) CUIDA BEM DA ___PORQUE SE EU NÃO

POSSO TER AS DUAS NÃO POSSO TER NENHUMA. (sic).

Caso 5) Suicídio de Homem – 29 anos – Disparo de revólver (com silenciador)

Local do suicídio: quarto da casa.

Depoimentos: ingeria bebidas alcoólicas e ficava dois dias fechado no quarto. Sofria de depressão, tomava medicamentos para tal doença.

Relatório policial: conforme atestado pelo médico que o atendia, apresentava QUADRO DEPRESSIVO e disto era tratado. Esta doença é terrível e mina as resistências psíquicas das pessoas acometidas, corroendo-lhes a capacidade de resistência, ao ponto de inculcar-lhes a idéia de autodestruição'. 'Deu cabo à própria vida'. (sic).

Caso 6) Suicídio Duplo de Mulheres, Mãe e Filha: 71 e 46 anos – Enforcamento na mesma corda.

Local do suicídio: peça anexa da casa principal.

Depoimentos: Histórico de suicídios na família das mulheres. Depressão na filha e uso de medicamentos. Relação simbiótica mãe-filha. A filha deixa de lado a social e conjugal para estar sempre com a mãe. O duplo suicídio ocorre quando da ausência do marido da filha que havia viajado.

Um bilhete é encontrado e lido por algumas pessoas no dia das mortes mas o mesmo não se encontra nos autos. Mãe e filha eram esposa e sogra de pastor protestante na cidade da pesquisa. Depoentes revelam que não havia problema de relacionamento conjugal no casal.

Caso 7) Suicídio de Homem – 42 anos- Enforcamento

Local do suicídio: garagem

Depoimentos: não tinha doença grave. Havia tomado, aplicado veneno de mosca com injeção na perna tempos antes, mas não morreu. Começou tomar antidepressivo. Nos últimos três dias não foi trabalhar. Fez ameaça de morte à esposa ou que se mataria. Esposa disse que iria se separar.

Caso 8) Suicídio de Homem – 49 anos – Enforcamento

Local do suicídio: alpendre do rancho de sua propriedade.

Laudo: foi encontrado um banquinho e uma sandália, estava com suas vestes limpas... vivia solitário.

Depoimentos: 'nunca teve namorada e nunca viveu maritalmente com mulher, vivendo sozinho. Internado por três meses por fraqueza (cansaço)... não queria saber de mulher.' 'muito trabalhador e nunca teve problema mental'. 'não tinha dívidas de porte, visitava sempre seu pai'. 'declarante desconhece o motivo para tal gesto, levando a crer que talvez fosse por solidão...' (as reticências constam no depoimento).

Caso 9) Suicídio de Homem – 39 anos – Enforcamento

Local do suicídio: dentro de casa – dispensa.

Depoimentos: 'casado'. 'há cinco meses desempregado'. A menos de um mês do suicídio acidente de carro num poste e árvores e há sete meses acidente, estando nas duas vezes "meio tomado" (embriagado); 'sofria de depressão'.

Caso 10) Suicídio de Homem – 43 anos – Enforcamento

Local do suicídio: garagem.

Boletim de ocorrência: 'vivia sozinho, pois sua esposa o havia abandonado há três semanas". Depressivo. 'ficou internado um mês, saindo poucos dias antes da ocorrência do fato, estando o mesmo separado de sua esposa".

Caso 11) Suicídio de Homem – Aproximadamente 55 anos – Enforcamento

Local do suicídio: terraço, lavanderia

Depoimentos: 'aposentado, trabalhava em casa'. 'tomava antidepressivos' e antietanol. Teve ataque cardíaco há sete anos atrás e usava medicamentos. 'nos últimos meses tinha parado de beber'.

Bilhete deixado: "Fulano (filho) cuida bem da mãe. Pai (escreve iniciais)

Leva a mãe para o Dr. X ver os exames". (sic)

Caso 12) Suicídio de Mulher – Aproximadamente 50 anos – Enforcamento

Local do suicídio: rancho nos fundos da casa

Depoimentos: não tinha filhos. Nos 2 últimos anos começou a sentir depressão e tomava medicamento próprio. ‘ficava calado e dificilmente conversava com estranhos’. Esposo conversou com a vítima às 7h da manhã e saiu para limpar grade do muro e retornou às 8h30m quando ela já estava morta.

Caso 13) Suicídio de Mulher – 69 anos – Enforcamento

Local do suicídio: rancho ao lado da residência

Depoimentos: ‘nunca houve cogitação de tirar sua vida’; ‘não tinha problema de depressão’.

Laudo: cadáver do sexo F, cor branca, com histórico de enforcamento, trajando vestido estampado vermelho e amarelo, calcinha cor de rosa...” “não sofria de depressão, nem mesmo utilizava remédios para tais fins.”⁵³ [grifo meu]. ‘comumente comentava o fato do sr X (esposo da vítima) ter morrido tão cedo’ (ele faleceu sete anos e meio antes dela suicidar-se). ‘o declarante achou estranho a vítima ter deixado em cima da cama em que dormia, um conjunto vestuário e um blazer, como também os documentos desta no interior de um pacote, também em cima da cara, até mesmo as roupas íntimas’. ‘deixou almoço pronto naquele dia’.

Caso 14) Suicídio de Homem – 46 anos – Enforcamento⁵⁴

Local do suicídio: sala da casa.

Boletim de ocorrência: depressivo, usava medicamentos.

Bilhete deixado: uma carta

⁵³ Esta resposta negativa dada pelo depoente deixa claro que o discurso esperado é de que as vítimas sofram de depressão e usem medicamento. Fica claro aqui que foi perguntado ao depoente se a vítima tinha depressão e se usava medicamento. Esse é o modelo dos técnicos produzindo discursos explicativos aceitáveis socialmente. Ver em Mariza Corrêa (op cit) mais sobre esse aspecto.

⁵⁴ Este caso acompanhei desde as primeiras horas após o suicídio até o enterro e meses depois em visita à família. Será tema de uma análise à parte dada a riqueza de detalhes e informações.

Caso 15) Suicídio de Homem – 74 anos – Enforcamento

Local do suicídio: rancho junto à residência

Boletim de ocorrência: casado, aposentado, segundo a família o mesmo já falava em suicídio e sofria do mal de Parkinson . ‘guardava corda junto à cama’.

Depoimentos: a vítima ‘sempre queria sair de casa para passear e o declarante e esposa ficavam receosos em razão que caísse e em razão de sua doença’. ‘desde quando o declarante era menino, a vítima costumava dizer, de vez em outra, que iria se enforçar’.

Caso 16) Suicídio de Homem – aproximadamente 40 anos – Enforcamento

Local do suicídio: rancho junto à casa

Depoimentos: separado há dois meses, estava em tratamento para depressão e tomava remédios. Fez seguro de vida.

Laudo psiquiátrico: “os fatos ocorridos são consequência de um problema psiquiátrico crônico e de difícil manejo sendo o suicídio esperado em percentagem estatística significativa em tais situações’.

Caso 17) Suicídio de Homem – 62 anos – Enforcamento

Local do suicídio: escada da piscina desativada, nos fundos da casa.

Depoimentos: ‘era muito fechado, mas nos últimos meses apresentava um pouco de depressão até porque seu filho estava se separando da esposa’.⁵⁵ ‘não tomava nenhum tipo de remédio’. ‘era de pouca conversa, calado, quieto, conversava somente o necessário’. ‘dizia: “cada um tem seu jeito de ser”’. ‘a atitude da vítima foi uma surpresa para a família’. ‘era viúvo há muitos anos e não quis se casar’.

O que temos acima são os fragmentos coletados a partir dos processos pesquisados no Fórum da cidade. Os números de suicídios na cidade são subestimados oficialmente. Assim, além desses casos, há mais quatro outros tipos

⁵⁵ Parece que todo mundo sabe diagnosticar depressão!

de suicídios normalmente não registrados como tal. Por não terem constituído processos judiciais não farão parte dessa exposição. São eles:

- a) os casos de suicídio de moradores dessa cidade, cujas mortes por suicídio ocorreram em outra localidade. A dificuldade de acesso a informações desses casos, e a distância do local das mortes impossibilitaram sua apresentação;
- b) os casos que não foram registrados na delegacia embora deles se tenha obtido narrativas durante a pesquisa de campo;
- c) os casos que foram registrados como acidentes ou como “morte natural”, também identificados nas narrativas durante a pesquisa como sendo mortes por suicídio;⁵⁶
- d) os casos de tentativas de suicídio que não chegaram a óbito.

Nos depoimentos, observa-se serem várias as causas atribuídas para a prática do suicídio. Destaco algumas:

- a) depressão: torna-se mais grave quando acompanhada do uso de medicamentos e, como tal, serve como atenuante para o suicídio;
- b) histórico de doenças;
- c) separação;
- d) histórico de suicídio na família;
- e) uso de drogas;
- f) solidão;
- g) caráter de surpresa ao relatarem que não imaginavam que poderiam fazer isso.

A palavra depressão, tanto quanto outras palavras que aparecem na exposição das matérias dos jornais, pararem constituir cada uma a seu tempo e às vezes em conjunto, uma categoria genérica para referir os suicidas.

⁵⁶ Assunto tratado em discussão sobre mortes em acidente de trânsito, notoriamente suicídios, mas registrados como acidentes.

Cada novo caso de suicídio será comparado com o protótipo. Ordaz & Vala (1997) afirmam que uma e outra forma de representação social da categoria acabam regidas pelo que chamam de um essencialismo psicológico. Ora, é esse essencialismo psicológico que encontro e será exaustivamente apresentado à frente que está ancorado no modelo da depressão como explicação causal para tudo que se refere ao suicídio. Exemplo disso é que a primeira pergunta que se faz ao ter notícia de um caso de suicídio na região é se o suicida era depressivo e a segunda pergunta é se ele tomava algum medicamento. Tal essencialismo também é encontrado na leitura dos inquéritos policiais e processos judiciais levados ao Fórum. Em que medida estariam estas representações sociais essencialistas agindo, elas sim, como determinantes ou incentivadoras do ideário suicida?

A construção da categoria 'depressão' parece estar associada a uma condensação de outros significados, que ficam mascarados pelo uso recorrente da expressão baseada no modelo médico. Essa categoria, então, se constrói a partir da incorporação de outras formas de representação e inserção social, tais como: ser idoso, jovem, ter passado por um rompimento afetivo, ser homossexual, ter perdido o emprego, etc. Essa diversidade de situações que particulariza os sujeitos e seus estilos de vida acaba por contribuir para associar essas características como sinônimo de depressão.

Como o suicídio é associado a essa palavra 'explicativa' que no discurso comum quase não quer dizer nada, temos que o suicídio acaba por também não dizer nada a essas pessoas, já que aprisionado numa palavra que pouco diz.

6 O SUICÍDIO SOB OUTRAS FACES: UMA DISCUSSÃO ATRAVÉS DA LITERATURA SOBRE O TEMA

Deve-se a Durkheim (1982) o fato de retirar o suicídio do domínio das esferas da criminologia, da religião e da filosofia para trazê-lo enquanto tema de discussão ao campo sociológico. Sua obra *O suicídio – estudo de sociologia*, possibilita adentrar o pensamento inaugural do tema nessa perspectiva de análise.

Durkheim (1982, p.16) propõe a seguinte definição para o suicídio: “Chama-se suicídio todo o caso de morte que resulte direta ou indiretamente de um ato positivo ou negativo, praticado pela própria vítima, sabedora de que devia produzir esse resultado”. Partindo dessa concepção do suicídio como ato privado, individual, sua obra se desloca no sentido da reconfiguração da abordagem deste como fenômeno social, isto é, coletivo.

Publicada em 1897, sua obra tornou-se um clássico nos estudos da Sociologia. A intenção de Durkheim era demonstrar a possibilidade de se estudar o fenômeno do suicídio através do método estatístico. Para tanto, realiza sua pesquisa na Europa, em países onde as taxas de suicídio se mantêm as mesmas, apenas excetuando-se os períodos de transtornos sociais, quando as taxas de morte voluntária sofrem alterações.

Após analisar as razões pelas quais o suicídio diminui nos períodos de guerras em função da comoção e do espírito de patriotismo que surge nestas ocasiões, ele estabelece três proposições:

- a) o suicídio varia em razão inversa ao grau de integração da sociedade religiosa;
- b) o suicídio varia em razão inversa ao grau de integração da sociedade doméstica;
- c) o suicídio varia em razão inversa ao grau de integração da sociedade política.

Durkheim propõe três formas de analisar o suicídio a partir das proposições acima. São elas: o suicídio egoísta, o suicídio altruísta e o suicídio anômico.

O suicídio egoísta é aquele que o “estado em que o eu individual se afirma excessivamente diante de eu social e às expensas deste último”. (DURKHEIM, 1982, p. 258) O que seria o contrário dessa situação ele explica da seguinte forma:

Quando a sociedade é fortemente integrada, ela mantém os indivíduos sob sua dependência, considera que eles estão a seu serviço e, por conseguinte, não lhes permite dispor de si mesmos conforme seu capricho. A sociedade se opõe, então, a que os indivíduos se furtem pela morte aos deveres que têm para com ela. (DURKHEIM, 1982, p. 259)

Oposto ao suicídio egoísta, Durkheim propõe o suicídio altruísta, aquele em que a sociedade mantém o indivíduo demasiadamente sob sua dependência. Aqui, “o eu não se pertence (...) se confunde com outra coisa que não ele, em que o pólo de sua conduta está situado fora dele, ou seja, em um dos grupos que ele faz parte”. (DURKHEIM, 1982, p. 275) Os exemplos citados para esse tipo de suicídio são os casos de pessoas que alcançam o limiar da velhice ou que são afetadas por doenças, de mulheres por ocasião da morte dos maridos e os casos de servidores por ocasião da morte de seus chefes.

Por fim, o suicídio anômico é produto das crises ou crescimento econômico. A questão toda está centrada na idéia de que é a crise que produz uma perturbação da ordem coletiva. “Toda ruptura de equilíbrio, mesmo que resulte em maior abundância e aumento da vitalidade geral, implica morte voluntária”. (DURKHEIM, 1982, p. 311)

Durkheim (1982, p.329) explica o aumento do número de suicídios a partir das perturbações que a sociedade sofre. A determinação para o suicídio repousa inteiramente na sociedade.

O suicídio egoísta tem como causa os homens já não perceberem razão de ser na vida; o suicídio altruísta, razão lhe parece estar fora da própria vida; o terceiro tipo de suicídio (...) tem como causa o fato de sua atividade se desregrar e eles sofrem com isso. Por sua origem, daremos a essa última espécie o nome de suicídio anômico. Certamente, esse suicídio e o suicídio egoísta não deixam de ser aparentados. Ambos provêm do fato da sociedade não estar suficientemente presente para os indivíduos.

No assunto familiar aponta o casamento como forma de combater o suicídio e que a anomia gerada pela morte de um dos cônjuges promove a tendência ao suicídio. Ele também diz que os solteiros têm aumentada a propensão ao suicídio

por força de sua vida ser marcada por uma incerteza quanto ao futuro, por uma mobilidade, perturbação, agitação e insatisfação.

Ao longo de sua obra, encontrei níveis de aproximação e distanciamento quanto às suas afirmações. Uma sua afirmação referente ao suicídio diz que

quando o consideramos em suas manifestações exteriores, somos tentados a vê-lo apenas como uma série de acontecimentos independentes uns dos outros, pois ele se produz em pontos separados, sem relações visíveis entre eles. No entanto, a soma formada por todos os casos particulares reunidos tem sua unidade e sua individualidade, uma vez que a taxa social de suicídios é um traço distintivo de cada personalidade coletiva. Ocorre que, embora esses meios particulares em que ele se produz preferencialmente sejam distintos uns dos outros, fragmentados de mil maneiras em toda a extensão do território, eles estão intimamente ligados uns aos outros, pois são partes de um mesmo todo e como que órgãos de um mesmo organismo. (DURKHEIM, 1982, p. 415)

Meu propósito é mostrar que o suicídio é um ato significativo para o sujeito que o comete e, como tal, revelará que valores sociais são mobilizados no ato e na forma como é apreendido socialmente.

Numa nota de rodapé, ele aponta um quarto tipo de suicídio que chamou de suicídio fatalista. Ele pouco desenvolve, mas considero importante sua afirmativa. Ele escreve:

Vê-se que há um tipo de suicídio que se opõe ao suicídio anômico. É aquele que resulta de um excesso de regulamentação, aquele cometido pelos indivíduos cujo futuro está implacavelmente barrado, cujas paixões são violentamente reprimidas por uma disciplina opressiva (...) É a esse tipo que pertencem os suicídios de escravos, que se diz serem freqüentes em certas condições, todos aqueles, em suma, que podem ser atribuídos às intemperanças do despotismo material ou moral. Para evidenciar esse caráter inevitável e inflexível da regra segundo a qual nada se pode fazer, e por oposição à expressão anomia que acabamos de empregar, poderíamos chamar de *suicídio fatalista*". (DURKHEIM, 2000, p. 353) [grifo meu]

Destaco esse fragmento de sua obra por duas razões:

- a) no local, a pressão por desempenho na indústria têxtil e metalúrgica são fatores mencionados entre as grandes preocupações sociais, fato possível de relacionar com o que Durkheim chama de "despotismo material";
- b) por ser um cidade relativamente pequena, pode-se observar um "clima" de 'futuro barrado', 'paixões reprimidas' além de uma "disciplina opressiva", para usar as palavras de Durkheim (1982).

Por estar o suicídio intimamente relacionado ao tema da morte, a menção à obra de Philippe Ariés sobre a história da morte no ocidente não poderia deixar de estar presente nessa dissertação. Ariés (2003) classifica as mudanças de atitude diante de morte em quatro tipos: a morte domada, a morte de si mesmo, a morte do outro e a morte interdita.

O primeiro tipo analisado é a “morte domada”, que o autor descreve como aquela que é esperada no leito”, isto é, que envolve o saber que se vai morrer”. Nessa época, segundo o autor, “a morte era algo muito simples” (ARIÉS, 2003, p. 31). Tida como “fato natural”, o moribundo tomava diante desta algumas providências. Também ressalta o autor que a morte era uma cerimônia que tinha um caráter público, sendo comandada e organizada pelo próprio moribundo que conhecia o protocolo ritual.

O segundo tipo, denominado “a morte de si mesmo”, caracteriza-se pelo interesse focado nas representações que dizem respeito à própria morte e nos referenciais que a antecedem. O autor sustenta a idéia de que a partir dos séculos XI e XII surge “um sentido dramático e pessoal à familiaridade tradicional do homem com relação à morte” (ARIÉS, 2003, p.46). É o início de um pensamento individual sobre a própria morte, diferente da atitude anterior que via na morte apenas uma ordem da natureza para um homem que era “profunda e imediatamente civilizado”. (ARIÉS, 2003, p. 46) Com essa mudança, a cerimônia da morte ganhou uma dramaticidade que outrora não existia, isso porque a atitude de morte “dará à sua biografia seu sentido definitivo, sua conclusão”. (ARIÉS, 2003, p. 47). Nesse tempo, a decomposição do corpo, o cadáver e a individualização das sepulturas começa a se tornar preocupação central.

O terceiro tipo de atitude,

a morte do outro surge a partir do século XVIII, na medida em que as pessoas passam a exaltar a morte, dramatizando desejando sua ocorrência. Essa concepção da morte, romântica, retórica, é antes de tudo a morte do outro – o outro cuja saudade e lembrança inspiram, nos séculos XIX e XX, o novo culto dos túmulos e cemitérios. (ARIÉS, 2003, p. 64)

A partir daí a morte já não é mais uma preocupação individual, tampouco encarada como um fato de ordem natural, mas “como o ato sexual, a morte é, a partir de então, cada vez mais acentuadamente considerada como uma

transgressão que arrebatava o homem de sua vida quotidiana...” (ARIÉS, 2003, p.65)
Apesar da preservação dos antigos costumes rituais, a morte passa a ser concebida como ruptura e em decorrência surge

a expressão da dor dos sobreviventes devida a uma intolerância nova com a separação. Mas não é somente diante da cabeceira dos agonizantes e da lembrança dos desaparecidos que se fica perturbado. A simples idéia da morte comove. (ARIÉS, 2003, p. 67)

Nesse contexto o luto ganha relevo. Começa também uma preocupação com os restos mortais e as sepulturas ganham novas significações.

Agora, queria-se não só que se voltasse ao lugar exato onde o corpo havia sido colocado, mas também que esse lugar pertencesse, como propriedade exclusiva, ao defunto e a sua família. Vai-se, então, visitar o túmulo de um ente querido como se vai à casa de um parente ou a uma casa própria, cheia de recordações. A recordação confere ao morto uma espécie de imortalidade. (ARIÉS, 2003, p.7 5)

A partir dessas mudanças de atitude em relação à morte,

pensa-se, e mesmo sente-se, que a sociedade é composta ao mesmo tempo de mortos e vivos, e que os mortos são tão significativos e necessários quanto os vivos. A sociedade dos mortos é o inverso da sociedade dos vivos ou, mais que inverso, sua imagem, e sua imagem intemporal. (ARIÉS, 2003, p.77)

Por fim, chegamos à quarta atitude diante da morte, a “morte interdita”. Desde a Alta Idade Média até meados do século XIX a atitude diante da morte sofreu mudanças de forma lenta. Ariés (2003) apresenta uma descrição da brutal mudança ocorrida no século XX, como segue: “A morte, tão presente no passado, de tão familiar, vai se apagar e desaparecer. Torna-se vergonhosa e objeto de interdição”. (ARIÉS, 2003, p. 84) Já a partir da segunda metade do século XIX começa um processo de ocultamento ao moribundo da “gravidade de seu estado” (ARIÉS, 2003, p. 84) A realidade da morte começa a ser problemática, assim se expressa Ariès (2003) que destaca uma característica da modernidade nestes termos:

evitar não mais ao moribundo, mas à sociedade, mesmo aos que a cercam, a perturbação e a emoção excessivamente fortes, insuportáveis, causadas pela fealdade da agonia e pela simples presença da morte em plena vida feliz, pois, a partir de então, admite-se que a vida é sempre feliz, ou deve sempre aparentá-lo” (ARIÉS, 2003, p.85).

A dramaticidade começa a ser retirada da hora da morte.

Ariès (2003, p. 85) considera que é entre 1930 e 1950 que acontece o mais importante fenômeno da interdição à morte, qual seja: o deslocamento do lugar da morte. “Já não se morre em casa, em meio aos seus, mas sim no hospital, sozinho”.

Não é mais o moribundo que preside a morte, morte essa que passa a ser um dado técnico e o corpo agora é um resto que precisa desaparecer. Mas ainda subsistem alguns procedimentos rituais e funerários,

e se uma cerimônia ainda marca a partida, devem permanecer discretas e evitar todo pretexto a uma emoção qualquer – assim, as condolências à família são agora suprimidas no final dos serviços de enterro. As manifestações aparentes de luto são condenadas e desaparecem. Uma dor demasiado visível não inspira pena, mas repugnância; é um sinal de perturbação mental ou de má-educação, é mórbida. (ARIÈS, 2003, p. 87)

O recurso à cremação faz desaparecer mais eficazmente o corpo a ser esquecido. Não se visitam urnas de cremados como se visitam os túmulos. “A cremação exclui a peregrinação”. (ARIÈS. 2003, p. 88)

Fernanda Cristina Marquetti (1997), no trabalho *O suicídio como espetáculo na metrópole de São Paulo: cenas, cenários e espectadores*, propõe uma articulação entre a prática do moribundo que comandava os rituais da morte e os suicidas. Ela escreve:

Claramente notamos traços semelhantes entre essa morte comandada pelo moribundo no início da Idade Média e os atuais suicídios públicos. Nestes casos, o suicida também tem conhecimento da sua morte, ela é anunciada, ela a prepara, escolhe e comanda o ritual da morte trazendo-a para o espaço público” (MARQUETTI, 1997, p. 46)

Ariés (2003) não contemplou o suicídio em sua análise sobre as formas do morrer, portanto, também não trata da atitude das pessoas diante de uma morte por suicídio. Se o seu texto mostra um distanciamento contemporâneo em relação à morte presidida pelo moribundo, o suicida representa uma transgressão a esse modelo, na medida em que não participa da morte contemporaneamente esquecida e relegada à higienização e frieza dos hospitais. Ainda Marquetti (1997, p.14) contrapõe o

suicídio como um evento que se produz dentro de um conflito social maior e que pressiona as formas culturais usuais referentes ao padrão de morte ocidental, produzindo assim uma forma de morte diferente dos padrões ocidentais de discrição, silêncio, higiene, medicalização...

Marquetti (2003, p. 47) foi sensível ao perceber que na

morte violenta que nos interessa, o suicídio público surge como uma transgressão, na medida em que lança elementos opostos à morte contemporânea: é público, nada discreto, não medicalizado, escolhido pelo sujeito, determinado em dia/hora/ forma pelo suicida, fora do alcance da medicina, visível, enfim, é a própria negação da morte silenciosa.

Apesar da citação acima se referir a casos de suicídio ocorridos em espaços públicos, considero que sua afirmativa possa ser mais abrangente, envolvendo todo caso de suicídio e isso pela comoção que gera e pela forma como a informação de sua ocorrência é produzida (depoimentos, processos judiciais) e a forma pela qual se propaga (imprensa, em conversas etc).

O suicídio mesmo constituindo uma transgressão, logo será dominado pelos discursos sociais que tende a concebê-lo pelo viés da naturalização da causa, ou seja, à patologização cujo modelo é encontrado na depressão ou uso de drogas. O suicídio ao ser notificado ganha foro público e, nesse contexto, como observado nos processos judiciais analisados a sociedade tende a apoderar-se da transgressão, transformando casos singulares, individuais em uma categoria social. Estamos aqui no plano do discurso.

Seguindo nessa linha, pode-se propor que uma das possibilidades de aproximação conceitual para pensar o suicídio é através dos estudos dos *Desviantes* conforme análise de Gilberto Velho (1999, p. 11) em seu artigo chamado: O Estudo do Comportamento Desviante: A Contribuição da Antropologia Social. Segundo ele, “o problema de desviantes é, no nível do senso comum, remetido a uma perspectiva patológica”.

Analisando a forma de apreensão das condutas desviantes, diz que essas são apropriadas pelo discurso médico como conferindo a elas o caráter desviante em relação a uma pretensa normalidade ou padronização. Ele escreve: “Tradicionalmente tem sido tratado a partir de uma perspectiva médica preocupada em distinguir o “são” do “não-são” ou do “insano”. Tratar-se-ia, então, de diagnosticar

o mal e tratá-lo (...) Enfim, o mal estaria localizado no *indivíduo*, geralmente definido como fenômeno endógeno ou mesmo hereditário” (VELHO, 1999, p. 11)

Este modelo de apreensão está presente nos fatos revelados por essa pesquisa e exemplos podem ser encontrados nas matérias de jornais, nas entrevistas com especialistas e nos processos judiciais dos casos de suicídio conforme apresentados nessa dissertação.

Ainda seguindo a proposta de Gilberto Velho, constata-se que o suicídio é concebido como categoria tipicamente individual. A proposta dessa pesquisa é mostrar justamente sua relação social, buscando nas relações sociais seus determinantes. A crítica do autor se expressa nestes termos:

é possível perceber como os estudos sobre comportamento desviante oscilam entre o *psicologismo* e um *sociologismo*. A dificuldade consiste numa visão estanque e fracionada do comportamento humano que transforma a realidade individual em algo, em princípio, independente da sociedade e da cultura”. (VELHO, 1999, p. 19)

É importante estar sempre atento para não incorrer no caminho perigoso de procurar ou conceber “uma individualidade “pura”, uma “essência”, defrontando-se como meio-ambiente exterior, de outra qualidade, ou então um fato social “puro”, também todo poderoso, que paira sobre as pessoas”. (VELHO, 1999, p. 19)

É no modelo relacional que o suicídio pode vir a revelar alguns significados, por não pertencer nem a uma categoria “puramente” individual, tampouco “puramente” social, exterior ao sujeito, conforme as proposições de Durkheim (1982). O contraste a essa abordagem é fornecido pelo modelo de análise ressaltado pelo próprio Gilberto Velho:

Não se trata de negar a especificidade de fenômenos psicológicos, sociais, biológicos ou culturais, mas sim reafirmar a importância de não perder de vista o seu caráter de inter-relacionamento complexo e permanente. (VELHO, 1999, p. 19)

Gilberto Velho analisa e estabelece uma crítica de como um comportamento desviante é ora analisado pela vertente do indivíduo (patologização) e ora pelo viés da sociedade (anomia). Seu texto critica tanto uma como outra forma de conceber o fenômeno e propõe que determinadas condutas precisam ser entendidas de forma relacional. Ao relativizar a noção de anomia de Durkheim baseia-se na concepção

de integração, cujo entendimento seria o de que uma vez em conflito, teríamos, então desintegração social, quando na verdade, sabemos que o conflito é inerente à própria noção de cultura e sociedade. Para os defensores da anomia, trata-se de que os comportamentos desviantes individuais são causados por um estado patológico da sociedade. O problema desse modelo, segundo Velho, é o fato de a “análise ter como premissa uma estrutura social não problematizada. Ou seja, a unidade de análise é um sistema social já dado, funcionando”. (VELHO, 1999, p. 15)

A reificação do social torna difícil a análise em termos relacionais ao se pensar um fenômeno que tem no indivíduo seu local de surgimento. O caso do suicídio é emblemático para pensar essa dificuldade. Se, por um lado temos a tradição Durkheimiana de conceber o suicídio a partir de uma determinação social, por outro lado temos o discurso das ciências médicas psiquiátricas que influenciam o senso comum a pensar o suicídio a partir da lógica individual, patologizada e, modernamente associada à depressão. Se a depressão é um dado presente em muitos casos de suicídio, quero propor pensá-la aqui não como dado da natureza individual e patológica, mas como uma mediação entre o indivíduo e a sociedade.

O suicídio pode ser, nesse sentido, um resultado dessa relação, pois, de acordo com Velho, sua concepção de indivíduo e sociedade ou cultura prevê um “caráter de inter-relacionamento complexo e permanente”. (VELHO, 1999, p. 19) A análise do suicídio fica comprometida quando se pretende ter sobre uma atitude diagnóstica, ou seja, adotar um modelo de explicação que tome por referência o dado individual da patologia mental. Tal modelo está impregnado em vários contextos, conforme revelou essa pesquisa.

Pensar o suicídio nos moldes do comportamento desviante é também legitimar o caráter relacional do sujeito na cultura, desde que a entendamos, ainda segundo Velho, como dela também fazendo parte o “caráter multifacetado, dinâmico e, muitas vezes ambíguo da vida cultural”. (VELHO, 1999, p. 21)

A aproximação do suicida como um desviante pode ser de grande rendimento teórico ao se tomar as várias categorias e representações sociais que constituem uma norma, um padrão, uma regra e toda forma diferenciada de se reportar essas categorias poderá ser enquadrado enquanto uma conduta desviante. Os comentários sobre o suicídio revelam que ele é considerado, segundo relatos

coletados na pesquisa, “uma contrariedade às leis da natureza, à vontade de deus etc”, assim, representa um desvio. A proposta de análise antropológica do suicídio vai numa direção contrária e essa perspectiva ao propor o suicídio como um ato simbólico, e como tal, tendo retirado sua possibilidade das representações na qual o sujeito e da qual o sujeito é operador. Gilberto Velho assim se expressa: “O “desviante”, dentro de minha perspectiva, é um indivíduo que não está fora de sua cultura mas que faz uma “leitura” divergente”. (VELHO, 1999, p. 27).

Esta apropriação do fenômeno do suicídio e sua passagem aos discursos públicos podem ser mais bem entendidos comparativamente à construção de categorias sociais na forma impressa. Para isso, um artigo publicado por Ordaz & Vala (1997) a respeito das formas metafóricas, por meio das quais o suicídio aparece na imprensa, permitiu observar com mais clareza algumas representações sobre a morte por suicídio.

Dada sua relevância conceitual, apresento a seguir as temáticas e metáforas encontradas para o suicídio propostas por esses autores, as quais são divididas em “estruturais” e “ontológicas”. A proposta dos autores é a de “contribuir para a análise dos sentidos do suicídio no campo particular de produção de significados e de construção de saberes partilhados que a imprensa constitui”. (ORDAZ & VALA, 1997, p. 848) A preocupação dos autores é mostrar como se constituem esses sentidos expressos nas notícias sobre suicídios e suicidas na imprensa, e tal perspectiva de análise se dá pelo uso do conceito de representação social. Por processo de objetivação os autores entendem que as formas através das quais um conceito é objetivado, ou um fenômeno é pensado de forma objetivada, adquire materialidade e se torna expressão de uma realidade vista como natural.

Em seu trabalho sobre o linchamento num município do Estado do Paraná, Valéria Santos diz que

as relações e processos de significação locais do episódio exigem uma estratégia de abordagem que faça jus às articulações realizadas pelos próprios moradores entre as instâncias mais gerais da imprensa e da justiça e o episódio específico ocorrido na localidade. (SANTOS, 2004)

A fim de tornar inteligíveis alguns aspectos do fenômeno do suicídio, uma articulação com o linchamento permite analisar algumas formas de ação social quando um evento em que a morte e a violência estão presentes.

Os linchamentos seriam, portanto, expressões de um conflito de interesses que ganha uma dimensão política na medida em que questionam a desigualdade de acesso às instituições estatais, à participação nas políticas públicas, a desigualdades no exercício da cidadania e da própria condição humana. (2004, p. 5) [grifos meus]

Embora suicídio e linchamento se diferenciem quanto a suas motivações e formas de ocorrência, ambos mobilizam representações sociais sobre a morte não-natural e gerada por uma ‘decisão’ humana, produzindo sentimentos e versões que se aproximam.

O linchamento é uma ação coletiva e coletivizante em que os ‘autores da morte’ têm sua identidade diluída no grupo, enquanto o suicídio é uma ação individual e individualizante por meio da qual o ‘autor da morte’ retira do anonimato sua identidade. Tanto no trabalho de Santos (2004) como no presente trabalho, a imprensa e o aparato judicial foram estudados como produtores de discursos e modos de elaboração de representações locais. Diz Santos (2004, p. 32):

A repercussão jornalística destes episódios sustentou a constituição de um “nós” local no qual diversas redes de relações foram percebidas e, portanto, passaram a constituir-se como uma totalidade, tornando todos os moradores do município de algum modo relacionados entre si e aos acontecimentos porque afetados pela sua repercussão. [grifos meus]

As entrevistas por mim realizadas revelaram uma produção de discursos onde eram apontados outros lugares (municípios) ou mesmo etnias como local de ocorrência do suicídio. Uma preocupação era evidente, fugir ao temor da estigmatização do município como local de ocorrência de suicídios. Me parece que aqui o que se observa é o inverso do que descreve Santos. Segundo ela, os discursos públicos sobre linchamentos constroem uma coletividade, enquanto aqueles sobre o suicídio, inversamente, contribuem para a individualização dos sujeitos que praticam a morte voluntária. A patologização seria então uma forma de construir esse distanciamento entre “eles” (“doentes”, “possuídos por espíritos” etc) e “nós” (socialmente “integrados”).

Ainda Santos escreve:

Sugeri (...) que os episódios classificados como linchamentos não devem ser compreendidos de maneira isolada – e sim em composição com uma seqüência de eventos que o antecedem dando sentido, no plano empírico e do ponto de vista nativo, às ações ali perpetradas. (SANTOS, 2004, p. 31)

Essa afirmação tem também validade na abordagem do suicídio. Como exemplo, cito os antecedentes analisados quando da morte por suicídio da esposa e sogra do pastor da cidade⁵⁷. O contexto da viagem do pastor é de fundamental importância para se ter alguma inteligibilidade dos eventos que se sucedem a ela.

Em seu trabalho sobre o suicídio entre uma população indígena da Amazônia, João Dal Poz (2000, p. 1-2) trata de “considerar o suicídio pelo que ele enseja, de verificar em que medida este tipo de auto-agressão representaria um mecanismo capaz de confirmar, de um modo ou de outro, processos sociais mais abrangentes”. É nesse sentido que vai construir seu texto apontando a possibilidade de “contribuir para uma reconsideração da morte voluntária enquanto fato social.

Enquanto Durkheim parte de regularidades estatísticas como fundamento de seu método de estudo do suicídio, sou mais solidário às idéias de Dal Poz (2000) ao estudar o fenômeno entre os Sorowaha. Assim, diz ele:

A análise das relações metonímicas entre o veneno Konaha⁵⁸, as águas e os peixes, bem como a metáfora que identifica os peixes aos humanos, certamente apontaria para uma reflexão sobre a noção de pessoa entre os Sorowaha. Todavia, interessa aqui, sobremaneira, verificar como tudo isso se articula numa ordem social determinada. Retomando então o corte sociológico do presente ensaio, trata-se de construir uma tipologia que, embora provisória, talvez possa esclarecer o rol de motivos que são alegados (às vezes dois ou três, que se somam ou se encadeiam) para a ingestão do Konaha. (DAL POZ, 2000, p. 8)

O procedimento adotado foi buscar as explicações nativas tal como aparecem nas narrativas orais, na imprensa escrita e nos processos judiciais com o objetivo de destacar que processos e representações sociais estão vinculados ao fenômeno do suicídio e que representações da morte e do morrer estão em operação quando são acionados os recursos metafóricos da língua para expressar o ideário relativo ao

⁵⁷ O caso referido será analisado no item 7.1 desta dissertação.

⁵⁸ *Konaha: variedade da planta timbó cuja ingestão das raízes os índios Sorowaha do Médio Purus (AM, Brasil) é utilizada para prática do suicídio dado seu efeito venenoso.

tema. Tal como afirma Dal Poz (2000, p. 8), também posso dizer “os motivos alegados não deixam de testemunhar, a seu modo, embora *a posteriori*, certos significados consuetudinários a partir dos quais a sociedade ajuíza os atos suicidas”.

Dal Poz (2000) trabalha nesse texto com uma sociedade indígena, onde o pressuposto é que se trata de uma sociedade holística, ou seja, onde o indivíduo não constitui um valor. Portanto, a construção da relação indivíduo-sociedade não se dá nos mesmos termos da sociedade aqui pesquisada. Ainda assim, a aproximação é pertinente por mostrar que é a sociedade se projeta nesse gesto individualizante (o suicídio).

É o oposto da análise de Valéria Santos (2004) no seu trabalho sobre o linchamento. Onde o indivíduo é valor dominante, o olhar do pesquisador se volta para as práticas de coletivização. No caso do suicídio como estudado nesta pesquisa, a individualização prevalece. Como esta é construída e seu significado, porém, não são necessariamente os mesmos nestes dois tipos de sociedades.

Regina Maria de Carvalho Erthal (1998) em sua tese de Doutorado, *O suicídio Ticuna na região do Alto Solimões-AM*, traz-nos um importante exemplo etnográfico de como o estudo do suicídio permite e até exige uma variabilidade que o torne ímpar, ou seja, trata-se de um fenômeno que não permite generalizações quando se analisam sociedades diferentes.

O propósito de apresentar o estudo de Erthal é contribuir para mostrar essa variabilidade, cuja evidência está no fato de que o suicídio entre os Ticuna foi classificado como um “problema de nação”. Segundo essa concepção, o suicídio entre os Ticuna seria decorrente de princípios matrimoniais estabelecidos: os jovens poderiam fazer escolhas matrimoniais somente a partir de regras tradicionais e os suicídios constituiriam a expressão da não-satisfação em relação a essas regras. Também poder-se-ia explicar o suicídio entre os Ticuna por uma “suposta ausência de normas ou destruição dos suportes sociais tradicionais, ocasionado por um processo de rápida mudança, resultado do contato interétnico” (ERTHAL, 1998)

Erthal critica esses modelos de apreensão do fenômeno e propõe que o suicídio esteja contido no tema das relações familiares e de casamento, mas por outras razões que não as regras tradicionais e os problemas de contato interétnico.

A questão repousa, segundo ela, nos seguintes termos:

A desqualificação do indivíduo envolvida na recusa de um pedido de casamento (frente à sua família e desta relação à comunidade como um todo) pode estar de modo mais contundente na base do ato do suicídio do que propriamente a “perda da amada”, ou a ainda a explicação do “problema de nação”. (ERTHAL, 1998, p. 3)

Diz a autora que o suicídio é resultante da reprimenda dos pais, provocando raiva e mudança de comportamento. Essas reprimendas vindas de membros aos quais se deve submissão são geradoras de tensão e raiva, que ficam contidos. A raiva jamais pode ser expressa para as pessoas da relação familiar por quem se tem amor e respeito. Essa situação muda quando essas pessoas ingerem bebidas alcoólicas, que funcionam como “instrumento liberador” de sentimentos negativos. (1998)

Sustenta-se assim que

no caso Ticuna, o suicídio pode ser interpretado não somente como um ato de agressão dirigido ao próprio indivíduo, mas como ato positivo de expressão da raiva contra os parentes próximos. A parte da alma que permanece próxima ao lugar onde o indivíduo morre, pode ocasionar infortúnios ou mesmo a morte daqueles que com ela entre em contato. (ERTHAL, 1998, p. 5)

Ou seja, dentro do universo cosmológico Ticuna o suicídio pode ser entendido como uma inversão, considerando-se que no “plano de vida das almas” a expressão da raiva pode acontecer e dirigir-se contra os parentes.

Mas esses conflitos inter-geracionais e intrafamiliares podem ser explicados localmente pela intervenção de um elemento externo e mágico e já não é no plano das relações familiares que se produz o entendimento do suicídio.

Erthal (1998) ainda recorre a dois fatores que propõe como causas que podem estar na origem dos atos suicidas: a inveja e a vingança.

Aqui está a grande contribuição do trabalho da autora, (1998): é numa observação mais ampla que esses elementos esparsos ganham sentido.

A conjunção desses vários temas é realizada apenas através do modelo etiológico que interpreta uma determinada história a partir dos nexos particulares colocados por sua cultura e organização social. Para entender essa “fala”, é preciso que se busque as bases nas quais está construída”. (ERTHAL, 1998: 7)

Em consonância com Dal Poz (1998, p. 7), a autora recorre à mitologia Ticuna para articular esses elementos. “Os mitos Ticuna descrevem acontecimentos no passado que devem explicar os costumes e as crenças atualizadas no presente”.

Também as questões políticas de luta por demarcação de terra, acordos comerciais, a presença das igrejas cristãs, trouxeram profundas mudanças na questão da identidade Ticuna, as quais vistas mais de perto podem contribuir para explicar o suicídio, fatos esses que não escaparam à observação da autora.

O conjunto dessa produção se complementa com a discussão da construção social do suicídio como discurso espetacular. As cenas suicidas são locais marcados por uma série de elementos simbólicos.

A cena construída pelo suicida nunca é aleatória, ela traz informações sobre o evento e está impregnada pelas questões socioculturais do sujeito. O ambiente do sujeito fornece o material disponível para este construir sua cena, ele recolhe o que considera mais significativo para seu ato e reelabora estes objetos dando-lhes novos significados. A cena suicida, apoiada no seu cenário, traz elementos intrigantes que podem revelar particularidades do sujeito, que aparentemente eram esquisitices, manias, desvio patológico. Porém, a análise dessas particularidades pode nos mostrar outras dimensões do sujeito e sua relação com o meio sociocultural e, assim, retirar o suicídio de um enquadramento de anormalidade para uma vertente que aponta para a interação sujeito-cidade. (MARQUETTI, 1997, p. 13)

Da mesma forma no contexto desta pesquisa, me deparei com a construção da cena das práticas suicidas registradas em fotos, depoimentos e descrições judiciais. Alguns exemplos ajudam a demonstrar a recorrência de certas escolhas - locais de morte, artefatos para a realização do suicídio, o re-arranjo dos objetos do cotidiano.

Cito alguns exemplos:

- a) muitos casos de suicídio ocorreram no “rancho”⁵⁹, o local onde o suicida passara bastante tempo de sua vida. Relacionado com outros eventos e fatos biográficos e sociais podemos propor a hipótese de que a escolha desse local

⁵⁹ O rancho é uma expressão usada ainda em algumas cidades interioranas para se referir a um espaço de trabalho coberto, em geral nos fundos da casa principal, onde se guardam os utensílios de trabalho na terra e em alguns casos também são armazenadas pequenas quantidades de produtos colhidos na lavoura. Outro nome para o rancho é paiol.

revele uma vez mais o trabalho como valor, a ponto de até a morte ocorrer em um local simbolicamente determinado por ele.

- b) um caso de suicídio que marcou bastante a cidade, teve tal destaque em função da forma de preparação da cena suicida. Trata-se de uma mulher que antes de morrer, organiza a cena nos seguintes termos, conforme transcrição do processo judicial. “o declarante achou estranho a vítima ter deixado em cima da cama em que dormia, um conjunto vestuário e um blazer, como também os documentos desta no interior de um pacote, também em cima da cama, até mesmo as roupas íntimas”. ‘deixou almoço pronto naquele dia”.
- c) neste caso o local escolhido para a cena do suicídio é no interior da casinha de bonecas do vizinho (cunhado). Tantos locais seriam mais fáceis de cometer um enforcamento do ponto de vista mecânico e da praticidade do ato. No entanto é no interior de uma casinha de bonecas que se dá o suicídio. Temos a presença do tema infantil nesse caso de suicídio.

Pesquisando uma localidade formada por descendentes de alemães, Rita Maria Heck (2000) analisa a situação do suicídio na colônia de Santo Cristo no Rio Grande do Sul onde sua perspectiva de análise é abordar o fenômeno a partir de uma multidisciplinaridade. Seu trabalho está contido no curso de Enfermagem, no entanto, para ela

o suicídio, no contexto de sociocultural dos colonos de Santo Cristo, é um problema de explicação complexa, muito peculiar e por isso diferente da composição biomédica baseada em generalizações fisiopatológicas de doença. A leitura interdisciplinar a partir do referencial da Antropologia da Saúde permite uma explicação mais relativa e processual do contexto, próxima da vida das pessoas e da prática do profissional de saúde. (HECK, 2000. p. 283)

Sua investigação sobre o suicídio seguiu a trilha da compreensão do processo saúde-doença, abstraindo dessa análise a representação do suicídio. Para isso, escreveu ela:

A Etnografia foi um exercício de encontro à vida humana, de perceber o simples (...) de respeitar as ações das pessoas como forma de ser, de expressão, sem querer enquadrar, rotular e classificar. Esse exercício de conhecer a visão de mundo dos colonos permitiu refletir o olhar e as relações dos outros, observando seu interagir e

como vão dando forma a sua identidade num determinado espaço, tempo, compreensão de gênero e reprodução da vida e morte. (HECK, 2000, p. 283)

Em sua pesquisa, Heck também encontra uma relação com a linguagem associada ao modo de ser local.

Assim, os símbolos foram observados independentemente de verbalizações, narrativas; as explicações com relação ao comportamento e a classificação foram emergindo de forma fragmentada. A eles não parecia correto elaborar e dar valor à sua vida a partir da verbalização. (HECK, 2000, p. 284)

A construção das idéias que sustentam suas teses tomou caminhos similares aos da minha pesquisa.

Para entender os símbolos chaves e a ligação com o mundo, propô-se montar um quebra-cabeças, associando o verbalizado e o observado. Neste sentido, a vida (terra, família, alimento, amor, fé), a morte (trabalho, fome, violência, pecado, salvação) e o processo de construção da experiência da doença (poder, dinheiro, moral) modelaram-se a partir de informações individuais (especialistas de cura, informantes isolados), que depois foram validadas no coletivo. (HECK, 2000, p. 286)

No plano da explicação para o suicídio, ela refere que sua inteligibilidade se dá ao perceber-se que ele

é um conflito político que faz parte da realidade de como estes colonos se enxergam diante da sociedade, mostrando que não ser escutado, apenas ouvido, mesmo estando vivo, também é uma forma de estar morto socialmente. A manifestação do suicídio é o grito de morte, a exposição pública diante e pelo grupo de que estão ameaçados nos seus valores, na sua identidade. (HECK, 2000, p. 286)

É prática corrente ao tomar-se conhecimento de um ato suicida perguntar-se o que o teria levado a efeito. A vida pgressa do morto e suas cartas deixam uma explicação imediata para o seu ato, escapando-lhe por desconhecimento a dimensão social, nem sempre consciente. Parentes, amigos e vizinhos criam narrativas para tentar dar explicações ao fenômeno, no entanto, freqüentemente, não vão mais longe do que a percepção do próprio suicida sobre si e seu ato, bem como o significado de sua morte. O morto e a morte são um problema para os que permanecem, conforme salienta Norbert Elias (2001) e, como tal, morto e morte propõem questões.

A morte impõe que ao universo de suas relações sociais que este se organize de forma diferente de modo a incorporar a ausência do morto e dependendo das idéias cosmológicas é preciso dar conta também da presença do morto em outro plano e das comunicações entre um e outro. Roberto DaMatta em seu livro *A Casa & a Rua* (1997) escreve:

A morte, como um estado individualizador por excelência, implicaria necessariamente uma redefinição de toda rede de relações sociais numa escala e numa intensidade que a sociedade moderna, igualitária e individualista, obviamente não conhece. (DA MATTA, 1997 p. 140)

O que pensar na morte por suicídio então? Neste caso, além da morte se impor freqüentemente de forma inesperada, há que se lidar com os seus reflexos seja no que se refere à dinâmica prática da vida (sustento da família, contas a pagar, futuro dos filhos, dívidas assumidas) seja aos impactos desse tipo de ato sobre cada um componentes da rede social a que pertencem o suicida. Cada qual vai ponderar sua forma de atuação de forma a minimizar os efeitos que poderiam levar a outros suicídios.

Dois extratos de conversas ocorridas no velório de um suicida exemplificam as afirmativas acima. Um deles é o diálogo entre os filhos de um suicida onde se conclui: “agora precisamos ficar unidos, vamos nos visitar mais e esquecer a mágoas que nos separaram”. Os irmãos estavam separados por desavenças familiares e problemas financeiros. O outro exemplo vem do padre, que, ao fazer as orações fúnebres se dirige à família e sentencia: “Agora a família tem que se voltar para Deus, de quem vocês estavam afastados, para que uma coisa dessas nunca mais volte a acontecer”. Esses dois fragmentos evidenciam que a morte implica alguns reajustamentos – familiares, financeiros, religiosos.

O morto (suicidado ou não) propõe que se lide com sua permanência. A noção que DaMatta propõe para o ‘outro mundo’ ajudará a entender esse aspecto ao mostrar as diferenças entre a morte no Brasil e na sociedade norte americana. Escreve ele:

Se as pessoas morriam e acabavam para o mundo dos vivos, iam para um outro mundo, de onde podiam não só retornar, mas também vigiar, atrapalhar ou ajudar a vida dos vivos que ficavam aqui em baixo. Ou seja, a morte no Brasil é concebida

como uma passagem de um mundo a outro, numa metáfora de subida ou descida, algo verticalizado, como a própria sociedade...” (DA MATTA, 1997, p. 141)

A idéia de permanência, isto é, de presença/ausência do morto ganha sentido na frase de uma mulher cujo marido cometera suicídio. Disse ela: “Eu tive que alugar a casa porque eu não conseguia passar por aquela parte da casa onde ele fez aquilo (enforcou-se)”. Ao mesmo tempo em que lida com a permanência no local do suicídio, supõe a vida depois da morte entrando em conexão com o mundo dos vivos.

Existe a necessidade imperiosa de que tudo faça sentido ainda que esse sentido se ache contido fora dos domínios da vida prática.

As cartas ou bilhetes deixados pretendem conferir inteligibilidade à prática do suicídio, então temos um acordo velado entre suicida e aquele a quem se dirige suas cartas ou bilhetes. Nelas evidencia-se que os suicidas falam de sua vida pregressa, de sua relação com as pessoas de seu universo social. As intenções são as mais variadas: culpar alguém ou alguma instituição pela sua decisão, desculpar-se pelo seu ato, fazer recomendações, dar orientações, despedir-se etc.

Estive em um velório de um suicida. Boa parte do velório aconteceu sem que se soubesse do conteúdo da carta deixada pelo morto. O clima era de revolta contra o morto e seu ato. O desespero era uma das formas da sua manifestação. No entanto, após a leitura da carta, a comoção, a compreensão das causas apontadas, o clima do velório se transformou da revolta para a aceitação, da raiva para a compaixão. Ato contínuo começou-se a ressaltar as qualidades do morto, sua generosidade, alegria, suas histórias, viagens, fotos foram trazidas, a sua infância foi reconstruída. A revolta e desespero deram lugar à construção positiva da memória do morto. Há um detalhe interessante nessa história. Quando a carta do morto foi lida, todos os presentes (cerca de 100 pessoas) se colocaram num local da casa e o corpo do morto foi deixado ‘sozinho’ em outra sala. Por força de contingências devidas à pesquisa, era quem estava de posse da carta e fez a leitura da mesma durante o velório.⁶⁰

⁶⁰ História da carta: a carta estava comigo porque consegui tirar uma fotocópia da mesma na delegacia algumas horas após o suicídio. Como o delegado não autorizou a entrega da carta à família (‘faz parte do processo’) julguei por bem revelar o conteúdo da carta (fazer a leitura) sem entregá-la à família por não querer obstruir a justiça e contrariar um informante com tal ato. De qualquer forma obtive do delegado a permissão para revelar o

Há sempre uma necessidade de se proceder a uma (re) invenção biográfica em caso de suicídio. Diferente de mortes de outra natureza onde as memórias do morto não seguem uma forma de construção ordenada, nos casos de suicídio, é a causa da morte que serve de referência e ponto de partida para que se proceda à narrativa da história de vida do sujeito. E essa referência serve tanto para levantar bons motivos para tal ato, quanto para mostrar os aspectos bons da vida do suicida e o inesperado absurdo de um ato que não encontra respaldo imediato numa trajetória de pesares e sim de uma vida plena de aparentes realizações e motivos de felicidade.

O desconhecimento de sofrimentos vividos pelo morto, de tragédias na vida, de perdas, torna mais difícil a aceitação do suicídio. Depreende-se daqui que as narrativas requerem que o suicídio em geral precise estar relacionado a eventos marcantes de forma negativa na história de vida de um sujeito, como por exemplo, um histórico de perdas materiais, morte de cônjuge recentemente, separação, doenças. Para isso buscam-se esses grandes acontecimentos em sua trajetória.

Pierre Bourdieu (1996), parte de uma crítica ao modelo que concebe a vida tomando como metáfora “um caminho, um percurso, uma estrada... ou como uma caminhada, isto é, um trajeto... um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional” (BOURDIEU, 1996, p. 74) E a crítica recai também sobre o entendimento numa ordem cronológica dos acontecimentos de uma vida. Ao procurar “estabelecer relações inteligíveis” para a compreensão do sentido de uma vida acaba-se por estabelecer “conexões” entre “acontecimentos significativos” e a “atribuir-lhes coerência” (BOURDIEU, 1996, p. 75).

Citando Alain Robbe-Grillet, Bourdieu afirma que “o real é descontínuo, formado por elementos justapostos sem razão, cada um é único, e tanto mais difíceis de entender porque surgem sempre de modo imprevisto, fora de propósito, de modo aleatório”. (BOURDIEU, 1996, p. 76)

Concordo com Bourdieu ao salientar que “tratar uma vida como uma história, isto é, como a narrativa coerente de uma seqüência significativa e coordenada de eventos, talvez seja ceder a uma ilusão de retórica”. (BOURDIEU, 1996, p. 76)

conteúdo da carta. Se o fiz foi por prever que o conteúdo da carta traria alento ao desespero da família. O que de fato aconteceu após a leitura. Essa história será mais bem detalhada na análise do segundo caso em capítulo à parte.

A questão é que o suicídio impõe a necessidade de uma inteligibilidade. A “ilusão biográfica” é e se apresenta como um tentador recurso. Ainda que criticado por Bourdieu, há que se reconhecer que essa ‘ilusão’ está presente na prática dos que ficam quando os casos de morte fazem com que as trajetórias sejam interrompidas. No suicídio, a ilusão se torna ainda mais forte porque é imperioso que se trate logo de assimilar a idéia daquela morte no plano das significações, quaisquer que sejam elas. Assim, o sentido obtido a partir de um encadeamento de eventos significativos da vida de um sujeito constitui um modo de biografar.

Quanto ao sentido para a vida, cabe aqui mencionar que de pronto ela não tem. Não está em si mesma, na vida, o sentido que poder-se-ia supor que ela tivesse. Muitos autores, filósofos, escritores, teatrólogos, poderiam ser aqui chamados para corroborar essa afirmação. Escolho um psicanalista que fala da ausência desse sentido de uma forma que bem se articula com o propósito dessa investigação, bem como, parece concordar com Bourdieu sobre a trajetória da vida. Trata-se de Jacques Lacan. (1985) Numa fala em seu Seminário faz uma citação a outro psicanalista, Sigmund Freud e depois o comenta. A citação de Freud é a seguinte:

Não creiam que a vida seja uma deusa exaltante que surja para ir dar na mais linda das formas, nem que haja na vida a mais mínima força de aprimoramento e de progresso. A vida é um empolamento, um bolor, ela não se caracteriza por nada a não ser sua aptidão à morte. (LACAN, 1985, p. 291)

Antes de ver aqui uma percepção trágica e niilista da vida, seria bom retomar as concepções psicanalíticas sobre a pulsão de morte.

Mas Lacan comenta a seguir:

A vida é isto – um rodeio, um rodeio obstinado, em si mesmo transitório e caduco, e desprovido de significação. Por que é que, neste ponto de suas manifestações que se chama homem, algo se produz, que insiste através desta vida, e que se chama sentido? Nós o chamamos humano, mas será assim tão certo? Será que é tão humano assim esse sentido? Um sentido é uma ordem, isto é, um surgimento. Um sentido é uma ordem que surge. Uma vida insiste para entrar nele, mas talvez ele expresse algo de totalmente para além desta vida, já que quando vamos à raiz desta vida, e por detrás do drama da passagem para a existência, não achamos nada senão a vida conjugada com a morte.” (LACAN, 1985, p. 292) [grifos meus].

No entanto, parece mais se tratar em Lacan de um ‘para além’ designando a continuidade da existência ou permanência, no mundo simbólico, na teia do discurso, na trama das palavras, na dimensão da existência representativa e significante.

Biografar sujeitos mortos por suicídio – tarefa que nossos autores quase gritam ser impossível – na captura do sentido de suas trajetórias, necessita de um desvio e reconhecer que menos o suicida e mais o suicídio parecem poder fazer sentido no mundo em que estava (está?) inserido. É a partir da compreensão, etnografia de seu mundo de representações que se podem fazer afirmações calcadas em uma pouco vacilante verdade. Distanciar-se disso é criar afirmativas tendentes à verdade que de tão vacilantes deixaria aturdido até os mais avisados. Bourdieu sentencia e eu corroboro que “não podemos compreender uma trajetória... a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou.” (BOURDIEU, 1997, p. 82)

Nesse sentido, para auxiliar a compreensão do que foi dito acima, trago para essa discussão um caso emblemático. Selma Baptista (1997), em sua tese de Doutorado: Peru Uma Concepção trágica da Cultura, ao buscar entender os significados e as representações nacionais peruanas, o faz, além de tantos campos do saber que tão bem se encadeiam em sua escrita, recorrendo à apreensão do sentido da trajetória de vida e morte (por suicídio) de José Maria Arguedas⁶¹. Após percorrer inúmeros escritores, analisar a história dos povos indígenas, suas lutas, suas tentativas de inclusão, Baptista encontra o sentido tanto da cultura quanto do suicídio de Arguedas no conceito de tragicidade, amplamente desenvolvido no texto.

Além de Arguedas, são vários os escritores, intelectuais, antropólogos apresentados na tese. Os destaque são: José Carlos Mariategui e José Maria Arguedas. Por questões aproximativas a esta dissertação vou me deter numa breve apresentação tão somente da pessoa de Arguedas mais adiante. Antes algumas informações sobre o Peru.

Quanto à tragicidade, esta concepção se explica pelos infortúnios da colonização européia que dizimaram povos, produzindo degeneração e sofrimento. Nesse processo de aculturação algumas mortes de representantes importantes da

⁶¹ Escritor peruano.

população nativa contribuíram para que se criassem mitos e lendas, além de, mais tarde, sobre eles se desenvolvessem o messianismo e se tornassem presentes na poesia. Todos esses campos oferecendo importantes elementos para reflexão do aspecto cultural.

A história e a mitologia peruanas são colocadas em perspectiva para compreensão do pensamento peruano, na antropologia, na literatura, na concepção de nação.

A noção de matriz andina permite a Baptista analisar o caráter ambíguo e nostálgico dessa cultura, dividida entre os povos indígenas e os elementos resultantes da aculturação. Tudo isso vai também se refletir no saber acadêmico e nas muitas divisões do que a Academia peruana viria a conhecer e que, também se reflete na antropologia. Ela também propõe o contraponto entre a situação periférica das populações e a noção de cultura mais centralizada e globalizada. O Peru se divide, não só geograficamente, entre serra e costa. A situação trágica se dá ao se postular uma idéia de nação, uma unidade que se tornaria utópica, dando origem a posições intelectuais diferenciadas, ideologias e políticas antagônicas.

As linhas acima são um brevíssimo resumo da complexa história peruana e servem apenas para criar, ainda que de forma frágil, uma idéia de alguns elementos sobre essa cultura. Isso tem o objetivo de trazer uma relação possível com a história de vida e morte de Arguedas, conforme a seguir.

Arguedas nasceu em 1911. Sua mãe morreu quando ele tinha ainda três anos. Por não ter bom relacionamento com a madrasta, seu pai o levava junto nas viagens. A longa convivência com os indígenas tornaram sua educação “caótica”, mas aprendeu uma das línguas indígenas, o quéchua. Esses fatos influenciaram a vida e obra de Arguedas que sempre pretendeu uma unificação por, de certa forma, pertencer a esses dois mundos. Tais fatos podem ser encontrados em suas obras. Ele estudou etnologia, história, antropologia.

Para a antropóloga Selma Baptista (1997), esta vida em dois mundos, marcada pela violência, vida infeliz, loucura, vão produzir os significados de sua morte. “Estas questões apontam para o possível significado histórico da sua morte” E, ainda, sustentando sua hipótese, ela afirma:

José Maria Arguedas corrobora a mencionada concepção trágica da cultura (...) portanto, as características dessa obra extrapolam os limites de uma subjetividade e uma psique muito complexas, indicando um profundo sentido histórico, que, por sua vez, na opinião que sustento, ressoa a referida matriz andina". (BAPTISTA, 1997, p. 382)

A obra de Arguedas é pautada por uma tentativa de equilibrar forças contrárias vivendo dentro de si mesmo: da costa/da serra, índio/branco, castelhano/quéchuas, moderno/tradicional. Suas novelas buscam uma forma englobadora para o país ao mesmo tempo em que denunciam a tragicidade do contato e do processo de aculturação. O que marca o espaço entre as dicotomias acima é a violência sempre presente tanto na história da colonização como na vida de Arguedas.

A estrutura social peruana reflete-se na obra de Arguedas e como tal, o aspecto trágico assume forma pela superação da base mítica da sua constituição, dando origem ao chamado messianismo.

Portanto, aquele discurso mítico foi rompido concretamente nas suas estruturas antigas a partir do momento em que incorporou a dimensão de um tempo aberto, que, contudo, não possui a mesma característica de uma dimensão histórica, própria das sociedades modernas. Ele teria criado o primeiro distanciamento entre a sociedade presente e a passada, através da projeção de um futuro-modelo e neste sentido, não seria mais essencialmente mítico na medida em que nesta dimensão prevaleceu a proximidade referencial. Ou seja, incorporou aquela dimensão temporal judaico-cristã, escatológica, produzindo o messianismo, ou, milenarismo, a partir das suas referências andinas... (BAPTISTA, 1997, p. 452)

Essa vitória das representações novas que distanciavam o passado mítico do presente fez com que as intenções de Arguedas de trazer os "quéchuas" para contribuir com sua base mítica, natural, na configuração de uma nação peruana, tudo isso estivesse pano de fundo do silenciamento de Arguedas. É como se ele não mais tivesse o que dizer, derrotado, não escutado. Mata-se. Esses e tantos outros os significados com os quais ele estava às voltas, com os quais se debatia, com os quais se angustiava, pelos quais travava uma luta interna e externa. Enquanto pode se salvar, o fez através da escrita das novelas que expressam justamente essas questões.

Foi com esses significados que Selma Baptista deu corpo conceitual à concepção trágica da cultura, onde a biografia de Arguedas parece se constituir num caso paradigmático.

Neste sentido, pode-se colocar em perspectiva o suicídio de Arguedas com toda a dimensão (ou dimensões) culturais com as quais se debatia. Da qual era efeito e na qual tentou alguma forma de intervenção. É quando não mais se sente ouvido e quando não mais suporta a pressão da dominação que ele parte para o ato suicida. Baptista vai buscar uma imagem antiga para figurar a morte de Arguedas. Reproduzo aqui a citação de abertura de sua tese de doutorado:

Conta a tradição cristã, baseada num escrito de Plutarco, que na época do nascimento de Jesus Cristo, após uma grande tempestade anunciadora da morte simultânea do deus Pan, perguntada sobre o que desejava como oferenda ao seu oráculo, a grande sacerdotisa de Apolo, Pítias, respondeu: morrer. E tendo dito isso, morreu para sempre.

Dentre outras, a importância aqui é pensar como a noção de cultura tem sua importância fundamental para se analisar o fenômeno do suicídio. Comunidades ou cidades pequenas e relativamente novas como é o caso do município em que se concentra essa pesquisa parecem também guardar seus elementos míticos. É quase uma necessidade que os mitos das origens de alguma forma estejam presentes e promovam tanto diferenciações culturais como noções de orientação moral. Neste caso, a história (mitos) da migração alemã são contados no dia-a-dia da cidade. E entre os símbolos mobilizados ao se contarem estas histórias, sempre encontramos a referência a alguma dificuldade, alguma prova a ser ultrapassada.

Aqui estão presentes as histórias das dificuldades associadas à saída da terra de origem, à viagem migratória, aos desbravamentos da mata virgem, à construção das casas, à luta pelo sustento. Ainda hoje, ao se narrar o sucesso do desenvolvimento local, são associados valores do trabalho árduo, incansável, valores esses trazidos na bagagem dos primeiros imigrantes ali chegados.

A exposição dos casos do próximo capítulo tenta abranger os elementos até aqui trazidos nesta dissertação.

7 DOS CASOS

Acredito que exista toda uma classe de suicidas que põem fim à própria vida não para morrer, mas para escapar de uma confusão interna, para aclarar suas mentes.

A. Alvarez⁶²

Ele joga sua vida fora para poder, enfim, viver direito.

A. Alvarez

Os inquéritos policiais, bem como os decorrentes processos que tramitam no Fórum em casos de suicídio se mostraram importantes fontes de dados para a pesquisa. Dos dezessete casos de suicídio coletados e analisados para essa dissertação⁶³, escolhi dois casos para análise mais pormenorizada. E reuni algumas narrativas em torno de casos suicídios entre os jovens. Esta escolha deve-se a alguns fatores:

- a) esses dois casos, mais a apresentação dos casos de mortes entre os jovens, englobam conteúdos presentes nos outros 15 processos, de forma que ilustram aspectos fundamentais da totalidade do universo pesquisado;
- b) esses processos ilustram situações em que se dividem os casos em questão problematizando a relação família-religião-cultura-gênero, bem como permite analisar mais especificamente a relação indivíduo/sociedade.

As informações sobre os procedimentos pós-suicídio constituem-se em: comunicação à polícia, perícia no local da morte com retirada de fotografias, condução do corpo à perícia do Instituto Médico Legal, tomada de depoimentos do comunicante do suicídio, bem como de familiares ou vizinhos quando for o caso, elaboração de inquérito policial na Delegacia de Polícia Civil, conclusão do inquérito,

⁶² A. Alvarez é inglês, crítico literário, ensaísta, poeta e romancista.

⁶³ Esses dezessete casos referem-se aos processos oficializados através dos autos constantes no Fórum municipal e compreendem o período delimitado dessa pesquisa. Os casos ocorridos antes e depois dessa delimitação não estão contidos nesse universo, bem como não estão presentes aqui os casos em que apenas as narrativas revelaram a ocorrência de suicídio, ou mesmo os casos que, embora todos soubessem ter se tratado de suicídio foram registradas como outras causa mortis.

remessa do inquérito para uma das Varas do Fórum, comunicação para manifestação do Ministério Público. Após todos os trâmites indicarem tratar-se realmente de suicídio, o processo segue para arquivo.

7.1 CASO 1 - NARRATIVAS SOBRE UM DUPLO SUICÍDIO

Um dos casos escolhidos teve grande repercussão local, e continua sendo importante por força da quantidade de representações que mobiliza. Apresento-o primeiramente a partir da transcrição conforme foi publicado em um jornal de circulação estadual.

A Notícia, na data de 17/11/99 traz a seguinte manchete: “Mãe e filha encontradas enforcadas dentro de casa”. A seguir, reproduzo a matéria como consta deste jornal:

_____ - As mortes de XX , 46, e YY, 71, mulher e sogra do pastor evangélico luterano ZZ, da comunidade tal, no bairro tal, abalou os moradores de _____. Os corpos foram encontrados enforcados nos fundos da casa da família, na rua _____, na segunda-feira, por volta das 23 horas, pelo próprio pastor, que retornava de uma viagem pastoral. O sepultamento será hoje de manhã, na cidade de _____, no Rio Grande do Sul. O delegado XXX vai instaurar inquérito para investigar as mortes, mas segundo ele, todos os indícios levam à ocorrência de suicídio. De acordo com as primeiras informações obtidas com a família, o pastor estava viajando desde sexta-feira, numa missão pastoral. Ao procurar a mulher pela casa, se deparou com os dois corpos pendurados frente a frente numa varanda, nos fundos do terreno. Segundo laudo do Instituto Médico Legal de Blumenau, a causa das mortes foi asfixia por enforcamento. Nenhum dos corpos apresentava sinais de agressão. O delegado de ____ vai instaurar inquérito e começará a ouvir os familiares ainda esta semana. Mas, de acordo com ele, a ausência de violência nos corpos e no local das mortes leva à hipótese de suicídio... segundo o delegado, morreram ao mesmo tempo. A família de XX tem antecedentes de suicídio.

Detalhes sobre o caso podem ser encontrados no documento de inquérito, mais especificamente, nos depoimentos prestados à polícia por pessoas da família e da comunidade. Os detalhes e entrelinhas vão possibilitar uma leitura mais abrangente e significativa do caso e seu contexto já que as informações contidas na matéria do jornal pouco permitem ‘explicar’ o caso.

Do processo em questão constam depoimentos de familiares (esposo/genro e filha/neta das vítimas), pastores da Igreja Luterana e mulheres da comunidade. As narrativas de cada depoente torna possível destacar aquilo que, ao ser narrado,

revela mais do que os narradores pretendiam fazer, ou seja, a leitura dos depoimentos mostra incongruências, ocultamentos, manobras, no intuito de construir uma história para essas mortes que pouco comprometa os sobreviventes, bem como a instituição religiosa. É pela comparação das narrativas sobre o caso que se encontram as incongruências e as tentativas de esconder significações.

Da leitura do processo depreende-se que os corpos das duas mulheres foram encontrados pelo pastor, que é marido e sogro das vítimas. Pouco depois de encontrá-los, ele telefonou para três pastores da Igreja e mais dois casais. Todos compareceram à casa deste, local do duplo suicídio. Segundo o depoimento de um dos pastores, somente após a chegada destas pessoas a polícia foi comunicada. Essa informação fica confusa, porém, no depoimento de um dos pastores, que diz ter estado antes na Delegacia e ido depois à casa das vítimas e, quando lá chegou, a polícia já estaria no local. De toda forma, segundo consta, lá estiveram três pastores da Igreja, além de dois casais cuja identidade e grau de proximidade com a família não é mencionada no inquérito policial,

O que chama à atenção nos autos é a escolha dos depoentes. São eles:

- a) o esposo e genro das vítimas;
- b) a filha e neta das vítimas;
- c) pastor da Igreja (1);
- d) pastor da Igreja (2);
- e) pastor da Igreja (3);
- f) mulher 1: sem especificação nos autos, do grau de proximidade com as vítimas;
- g) mulher 2: sem especificação nos autos, do grau de proximidade com as vítimas;
- h) mulher 3: sem especificação nos autos, do grau de proximidade com as vítimas;
- i) médico que atendera as vítimas quando vivas;
- j) médico que atendera as vítimas quando vivas.

Depoimento do esposo e genro das vítimas:

Logo nas primeiras linhas do depoimento pode-se ler o seguinte:

“É casado há vinte e dois anos: Que sua sogra___ reside na casa do declarante há vinte e dois anos; Que o esposo de sua sogra suicidou-se com um tiro de espingarda, isto no ano de 1953, fato este ocorrido em___; Que, seu cunhado_____ também suicidou-se no ano de 1974”. (fls. 23 dos autos)

Estas informações sobre outras mortes por suicídio na família das vítimas parecem querer induzir a pensar-se que este caso duplo de suicídio remete a um contexto familiar, de mortes similares sugerindo a idéia de que suas causas podem ser de base genética. Nessa direção de patologização do ato de suicídio lê-se em depoimento prestado pelo esposo e sogro das vítimas:

Que, a partir do início de 1997, sua esposa passou a sofrer de depressão, necessitando de auxílio médico, não recorda o médico que lhe deu assistência... Que recentemente sua esposa estava tomando o remédio – OLCADIL-, medicamento este de tarja preta; Que não sabe qual o médico que receitou este medicamento, sendo o mesmo comprado na Farmácia___; Que tal medicamento é antidepressivo”. (idem)

Em relação à sogra, afirma-se que esta:

...tinha problema cardíaco há 27 anos... que sua sogra durante todo o período em que viveu na casa do declarante, a noite tomava um remédio para dormir... recentemente tomando o remédio lorax – este receitado pelo Dr___, também comprado na Farmácia_____”. (fls 24)

Fica muito claro neste depoimento a tentativa do pastor de construir uma imagem patologizada da esposa bem como da sogra, de forma a fazer crer que o suicídio de ambas tinha uma mesma motivação: em primeiro lugar de uma disposição genética e em segundo lugar de um estado patológico em que a depressão emerge como causa imediata. Esse depoimento nada mais faz do que reproduzir um modelo de representações corrente na cidade, como sugere a análise do tratamento jornalístico dado aos casos de suicídio. Há uma apropriação do discurso médico que legitima essa interpretação.

No entanto, o pastor fez outras declarações que contextualizam as relações entre mãe-filha/marido-genro, numa outra direção. Diz ele:

... parecia que sua esposa era casada com sua mãe, exercendo a sogra do declarante grande influência sobre a filha... por várias vezes o declarante queria sair com sua esposa para compromissos sociais, sendo que ela sempre alegava que teria que cuidar de sua mãe ... recentemente foi convidado para a festa de bodas de prata

da filha do Sr___ e o declarante queria levar sua esposa a mesma informou que não iria para ficar em casa e cuidar de sua mãe ... que muitas vezes é convidado para ir a festas na comunidade em função de ser pastor, sua esposa não o acompanhava, alegando que ficaria em casa para cuidar da mãe, alegando indisposição". (flz 25)

Sabe-se desde a psicanálise que as relações ditas simbióticas entre mães e filhos(as) são bastante comuns, bem como as patologias delas decorrentes. O que pretende-se ressaltar é o modo de construção social da imagem das vítimas de suicídio e como essa construção esconde representações que expõe a sociedade.

Depoimentos sempre revelam e escondem alguma coisa. Estes autos têm uma particularidade. No depoimento do pastor está escrito: "que o bilhete apensado às fls 04 e 05 verso, são grafias da esposa do declarante". (fls 26) No depoimento de um dos pastores que estiveram no local dos suicídios consta:

Que o declarante informa que viu na sala de jantar, num armário baixo, dois óculos de pé, e um pouco distante, os documentos de fls 04 e 05 dos autos, com escritos, leu e depois os entregou para a policial que ali se encontrava". (fls. 32)

Em outro depoimento, uma mulher declara: "Que ouviu falar de um bilhete encontrado na residência das vítimas, no entanto nada sabe informar o conteúdo do mesmo". (fls 34)

Apesar dessas claras menções sobre a existência de um bilhete deixado pelas vítimas, não consegui ter acesso a este porque ele não consta dos autos que tramitaram no Fórum, cujo processo encontra-se arquivado. A menção às fls 04 e 05verso diz respeito ao inquérito registrado na Delegacia, não correspondendo às folhas de mesmo número dos autos quando remetidos para uma das Varas Cíveis do Fórum. Há outros processos e inquéritos em que faz-se menção ao teor dos bilhetes deixados, sendo que estes se encontram apensados ao processo. No caso em análise, porém, as conclusões processuais bem como os depoimentos não declaram o conteúdo do bilhete, apenas mencionam sua existência.

Às últimas linhas do depoimento do esposo e sogro das vítimas lê-se o seguinte:

esclarece que não há flerte, namoro ou contato mais íntimo com nenhuma mulher da comunidade ou de outro lugar; Que o declarante exhibe nesta oportunidade a relação das pessoas que foram na excursão mencionada, esclarecendo que o número 39 está em branco, porque este era reservado para sua esposa. (fls. 26)

A esposa não foi a esta excursão e o duplo suicídio ocorreu na data de retorno do marido e sogro que, este sim, esteve nessa viagem.

Suponho que, sem que alguém o tivesse perguntado, o pastor não teria razões para declarar a negativa de flerte ou namoro com alguém desta comunidade religiosa. Seria esse um dos conteúdos do bilhete? Não o podemos afirmar e talvez jamais venha a se saber o conteúdo do bilhete, no entanto, fica uma certeza: algo no seu conteúdo poderia provocar alguma instabilidade ou crise, quer fosse pessoalmente dirigido a alguém, quer fosse endereçado a uma instituição, como a Igreja, por exemplo. O caráter intencional do suicídio da esposa do pastor pode ser sugerido se atentarmos para o detalhe que a esposa do pastor se enforcou usando uma camisa com os dizeres: IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil) Galera de Cristo, conforme comprovam as fotos apensadas nos autos.

Esse dado merece algum destaque. As letras, bem como a ‘escolha’ da roupa usada no suicídio podem aqui ser tomados como significantes. Tal decisão parece ter sido tomada com alguma antecedência, posto que às 15h30min a esposa do pastor deixou a filha no futebol e a instruiu para retornar à casa a pé. Nos autos, essa informação consta em dois depoimentos, do pastor e da filha. Reproduzo ambos.

Depoimento do pastor: “o declarante perguntou para sua filha onde estava ... tendo respondido que sua mãe a levou para o futebol às 15h30min, determinando a ela que voltasse a pé, porque não iria buscá-la”. (fls 25)

Depoimento da filha:

Que tudo corria normal e no horário das 15:00 horas do dia 15 passado, sua mãe levou a informante e uma colega de carro até o campo municipal local, tendo sua mãe dito que voltasse para casa direito, que ela não veria buscá-la; Que a informante estranhou tal gesto, pois sua mãe sempre foi muito cuidadosa com a informante. (fls. 28)

Esses depoimentos sugerem o caráter premeditado do suicídio. A “escolha” de uma roupa para tal especial evento não parece ser obra do acaso. Se estiver correta tal conclusão, resta perguntar: nesse caso, o que pode querer dizer matar-se usando uma camiseta constando no peito o nome da igreja de que se era membro?

Depoimento da filha e neta das vítimas:

A declaração acima transcrita indica o horário em que a filha do pastor viu sua mãe pela última vez. Nada mais há de novo no depoimento da filha que não esteja já informado nas declarações do seu pai, acima.

Depoimento do Pastor 1:

Reproduzo alguns trechos do depoimento.

o declarante o Pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil ... no dia 15 do mês p. passado, por volta das 23:00 horas, o declarante encontra-se em sua residência, quando recebeu telefonema do pastor _____, pedindo que o declarante chegasse urgentemente até sua casa, pois havia acontecido um "DESASTRE". (SIC)... Que, em seguida o declarante telefonou para a polícia este veio ao local, onde foi procedido o levantamento; Que o declarante desconhecia se as vítimas tinham algum problema de saúde e se estavam tomando algum remédio; Que o declarante informa que nunca o pastor__ - se queixou da convivência familiar, apenas comentava que às vezes a esposa_____ não o acompanhava nos eventos porque ela tinha a cuidar dos pais. (fls. 31) [grifos meus]

Depoimento do Pastor 2:

Transcrição de trechos.

O declarante é pastor da IECLB ... Que no dia quinze do mês p. passado, por volta das 23:15 horas, o declarante encontrava-se em sua residência, quando recebeu telefonema do pastor____, informando que sua esposa e sogra estavam mortas e era para trazer a polícia, em seguida desligou o telefone. Que prontamente o declarante rumou até esta Delegacia de polícia, onde relatou o fato e em seguida o declarante tomou destino a residência de_____ quando a Polícia já havia chegado... Que, o declarante informa não ter conhecimento de qualquer desavença familiar dos envolvidos, como também, desconhece se as vítimas estavam com problemas de saúde e se estavam tomando medicamentos antidepressivos; Que, o declarante informa que viu na sala de jantar, num armário baixo, dois óculos de pé, e um pouco distante, os documentos de fls 04 e 05 dos autos, com escritos, leu e depois os entregou para a policial que ali encontrava (fls. 32). [grifos meus]

Depoimento do Pastor 3:

Transcrição de trechos:

O declarante é pastor da IECLB... No dia 15 do mês p. passado, cerca de 23 horas recebeu telefonema do pastor____ este disse venha pra cá urgente ... e ali chegado, encontrou dois casais ... o declarante informa que a esposa do pastor __, Sra ___-era

muito ligada a sua mãe -, por ser esta idosa e ao sogro também idoso e usa cadeira de rodas ... o declarante informa que o casal não tinha problemas de convivência familiar ... que no dia dos fatos, leu o documento juntado às fls 04 e 05 dos autos, porém nada sabe esclarecer ... informa que na família, segundo o pastor, havia consumo de antidepressivos (fls. 33). [grifos meus]

No conjunto, esses três depoimentos de pastores ligados ao esposo e genro das vítimas constituem um quadro de negatividades. Eles negam a existência ou pelo menos que saibam da existência de problemas familiares. Negam saber do conteúdo do bilhete deixado pelas vítimas. No entanto, há afirmativa com relação ao uso de medicamentos. Fica bastante claro que as declarações sobre o uso de medicamentos antidepressivos são respostas dadas diante de questionamento sobre seu tópico realizado pela autoridade policial. Questão que revela um modo de proceder nesses casos, bem como a tentativa de associação imediata do suicídio com a depressão, evidenciada pelo uso de medicamentos. Essa é a forma de expressão e construção social da morte por suicídio. Depreende-se que faz parte do roteiro das investigações e elaboração dos termos de declaração que conste essa associação patológica com o suicídio.

A busca por respostas “prontas”, em geral patologizantes, confronta-se com indícios de razões de outra ordem. O Ministério Público, porém, não se ocupa desses outros indícios. Dirigindo-se ao juiz desse caso no Fórum através de um documento, pode-se ler, às fls 48, o seguinte parecer:

Realizadas diligências, inclusive com a ouvida de médicos que acompanhavam as falecidas, podemos concluir que o evento originou-se **na** personalidade maníaco depressiva das mesmas que era controlada pelo uso de medicamentos. Não há, de outro lado, nenhum elemento, mesmo que através de indícios, nos leve a outra conclusão. Diante da atipicidade da conduta, requeremos arquivamento (fls. 48). [grifos meus]

O Ministério Público, embasado nos depoimentos, nos dá exatamente o contraponto, o avesso do que sustento nessa dissertação. Afirmar de forma tão categórica causalidade do suicídio nesse caso pelos parâmetros da doença mental tão somente, chama atenção pelo rechaço de outros modos causais associados. Se afirma que o ‘evento’ originou-se na personalidade maníaco-depressiva das falecidas, enquanto de minha parte sustento que as causas sociais - em especial relacionais -, constituem o lugar de onde provém o encaminhamento suicida nesse

caso. Na conclusão do inquérito há uma incoerência bastante reveladora. Ao afirmar que a “personalidade maníaco-depressiva das mesmas era controlada pelo uso de medicamentos”, podemos entender então que:

- a) ou havia outra razão para o suicídio já que a doença estaria sob controle ou
- b) esse controle não era eficiente a ponto de ter possibilitado o suicídio.

De qualquer forma está aberta a possibilidade para pensar a ação de outros fatores como motivação para a prática do suicídio, ainda que aceitemos a doença psíquica como mais um elemento predisponente para tal ato.

Por fim, as últimas palavras do parecer do Ministério Público: “*requeremos arquivamento*”. Após concluir veementemente a loucura das vítimas, requer arquivamento. Ainda que seja esse o procedimento usual dos trâmites da Justiça, é importante salientar que a forma e conteúdo processual deste caso contribuem para inviabilizar o aparecimento de representações.

Nesse ponto, lembro uma citação do livro *Cerimônias de Autodestruição* dos autores Kalina & Kovadlof (1983, p. 24):

Com sua morte o suicida não nos diz somente que já não se suporta mais. Também fala de nós. Demonstra, por um lado, que não podia continuar nos tolerando. E, por outro, permite inferir que nossa cultura tem características marcadamente autodestrutiva (...) é provável que, ao matar-se, o suicida nos esteja retratando uma dimensão de nossa identidade que não toleramos.

Quanto mais tenta esconder, mais revela. Essa é a impressão surgida no estudo desse caso. A seguir apresento mais três depoimentos constantes desse processo.

Trata-se do depoimento de três mulheres. Não há menção alguma do grau de proximidade destas depoentes com as vítimas. Transcrevo alguns trechos de seus depoimentos:

Depoimento Mulher 1:

No dia seguinte aos fatos, a declarante foi informada por uma vizinha que a esposa e sogra do pastor__ haviam se enforcado na residência ... a declarante não esteve no local dos fatos, somente no velório no centro evangélico ... a declarante conheceu

somente a esposa de __, Sra_- ... quanto aos fatos que levaram __ e __ a se enforcarem a declarante os desconhece, como também a vivência da família.(fls. 34)

Depoimento Mulher 2:

A declarante informa que aproximadamente dois anos passados, veio a conhecer a esposa do pastor __ Sra.____, através da Oase⁶⁴, e nos dias 12 a 15 de novembro de ano passado, a declarante com demais senhoras da Oase, estiveram em excursão para o Rio Grande do Sul, onde participou também o pastor __e, chegando nesta cidade por volta das 22:00; Que, no dia seguinte aos fatos, pela manhã, a declarante escutou pela rádio local que a esposa e sogra do pastor haviam se enforcado na residência; Que, a declarante não esteve no local dos fatos, somente no velório; Que, a declarante conheceu somente a esposa de _____, Sra__-; Que, quanto aos fatos que levaram __ e __ a enforcarem a declarante os desconhece, como também a vivência da família”. (fls. 35) [grifos meus]

Depoimento Mulher 3:

No dia seguinte, pela madrugada, soube que a esposa e sogra do pastor____, foram encontradas enforcadas em sua residência; Que pela manhã cerca das 07:30 horas a declarante foi até a residência das vítimas para dar assistência, quando foi informada que elas haviam sido conduzidas para exames no IML de ____; Que a declarante conhecia as Sras____, esta esposa do pastor e a Sra____ sogra do mesmo, informando que a convivência da família era normal; Que a declarante desconhecia que as vítimas eram usuárias de medicamentos; Que, a declarante ouviu falar de um bilhete encontrado na residência das vítimas, no entanto nada sabe informar o conteúdo do mesmo; Que informa que a vítima____, esposa do pastor o acompanhava, eventualmente em eventos sociais e de culto. (fls 36)

Apenas uma das três mulheres que prestaram depoimento esteve no local das mortes, porém, não no horário em que estiveram os pastores e em que as vítimas ainda se encontravam enforcadas. As três ficaram sabendo das mortes no dia seguinte. O grau de proximidade destas três mulheres com as vítimas não é informado. Duas delas declararam desconhecer a “vivência familiar” (sic) e uma delas declara desconhecer que as vítimas usavam medicamentos. Nenhuma delas foi avisada das mortes por alguém da família das vítimas, sendo que, uma delas ficou sabendo pelo rádio, outra por uma vizinha e a terceira não menciona como ficou sabendo. Difícil não perguntar: por quê essas mulheres foram escolhidas para prestar depoimento? Por quê as esposas dos pastores que estiveram no local e prestaram depoimentos não foram convocadas também a prestar depoimentos já que faziam parte da mesma comunidade religiosa?

⁶⁴ Organização Assistencial das Senhoras Evangélicas.

Outra indagação também pode ser feita. Ela se refere às datas em que foram feitos os depoimentos. Veja-se:

Pastor 1 - 16/12/1999

Pastor 2 - 16/12/1999

Pastor 3 - 20/12/1999

Os pastores prestam declarações na Delegacia quase um mês antes das três mulheres o fazerem.

Mulher 1 - 13/01/2000

Mulher 2 - 13/01/2000

Mulher 3 - 13/01/2000

O duplo suicídio em questão ocorreu em 15/11/1999.

Se confrontarmos os três depoimentos dos três pastores e os depoimentos das três mulheres tem-se uma imagem intrigante. Eles, os pastores, estiveram no local das mortes e foram comunicados pelo marido e genro das vítimas. Elas não estiveram no local das mortes e ficaram sabendo do ocorrido por outros meios. As vítimas foram silenciadas pela não revelação do conteúdo do bilhete que deixaram, bem como pelo fato dos depoentes nada revelarem quanto às possíveis causas de tal ato. Temos aqui um extrato de como está organizada essa sociedade? Ou seja, esse panorama reflete de alguma forma a organização social em termos de construções de gênero?

Depoimentos dos médicos:

Os depoimentos constantes das folhas 13 e 14 dos autos apresentam depoimentos de dois médicos que esclarecem sobre o uso de medicamentos receitado às vítimas, não apresentando outros dados significativos além dos já mencionados.

Considerações:

O que ressalta da leitura dos autos é sua forma de construção e como esta induz à legitimação de uma representação pré-estabelecida dos fatos. O que temos é uma constelação de representações sociais atualizadas pelos atores que as operam. O que vemos, portanto, nos processos é a ação eficaz das representações sociais se atualizando e se reproduzindo à medida que constroem a oficialização das mortes por suicídio e suas razões.

O suicídio, porém, cria um conflito entre aquilo que o ato suicida quer expressar e aquilo que a sociedade não permitiu que ele expressasse. O antropólogo vê-se no meio desse fogo cruzado. Por vezes revelando o que o ato suicida quer expressar; por vezes mostrando os meios que a sociedade utiliza para silenciar manifestações dissidentes. O processo de silenciamento se dá através do uso e manejo de representações que substituem uma representação por outra. Assim, o suicídio ao revelar ou ao ameaçar revelar alguma coisa, é 'atacado' pela redução a uma explicação (depressão) socialmente aceita e não conflituosa ou desestabilizadora. Isso foi sugerido pela legitimação do suicídio conforme estava sendo construída neste caso. Se cada suicídio, como propõem Kalina e Kovadloff (1983) expressa um conflito presente na sociedade, esta reage à sua maneira em defesa de si mesma através dos atores que operam representações que destacam da sociedade para o indivíduo a motivação para a prática do suicídio.

No caso em questão, protegido o pastor, protegida estará a instituição. Patologizando as vítimas, fica assegurada a instituição. A força dessa instituição, associada às representações morais da cultura local, conduzem a construção do caso conforme apresentado. Talvez isso nos dê margem a divagar um pouco e perguntar: o que poderiam revelar outras mulheres mais próximas das vítimas se escolhidas para dar o depoimento? Apesar de remeter ao modelo de interpretação que vem se impondo como hegemônico na localidade – espaiando-se dos laudos processuais e médicos para a imprensa -, algumas lacunas permanecem. A sugerir-las têm-se um fato que adiciona novos elementos à análise: o pastor, esposo e

genro das vítimas, foi afastado (expulso) da Igreja. Sobre isso ele jamais falou publicamente. Também não concedeu entrevista.

Algumas perguntas que não foram formuladas nessa pesquisa tenderiam a desvendar outras formas de arranjos sociais que articulariam com o fenômeno do suicídio. O que se fala das mulheres solteiras, separadas, sem marido? Como são vistas e se o são, constituem questões importantes para a continuidade dos estudos. Algumas dessas mulheres, segundo a versão local, não teriam encontrado lugar nas tramas do tecido social após perderem uma referência calcada nas sombras do casamento. Há relatos de alguns informantes, de mulheres que cometem o suicídio quando descobrem que seu marido mantém relações extraconjugais. Tais casos, segundo um dos informantes, acabam sendo registrados como mortes naturais, principalmente nos casos de famílias tradicionais e de alto poder aquisitivo.

7.2 CASO 2 - UMA EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA NUM CASO DE SUICÍDIO

Se, no primeiro caso, as fontes para obtenção de dados se restringiram aos conteúdos do processo e inquérito policial, neste segundo caso a análise será baseada na experiência do pesquisador. O suicídio em questão ocorreu quando eu estava na cidade.

O primeiro caso, conforme sugerimos, ficou marcado pelo ocultamento de relações de conflito que envolviam as vítimas, prática consumada pelo “desaparecimento” do bilhete por elas deixado. Neste segundo caso em análise, o bilhete deixado pela vítima esteve o tempo todo em minha posse, tendo sido eu o primeiro a realizar a sua leitura. Antes de começar a apresentação do caso, duas informações importantes:

- a) acompanhei presentemente todo este caso desde as primeiras horas após ocorrido o suicídio, passando pelo velório até seu desfecho no sepultamento do corpo em um dos cemitérios da cidade;
- b) ao descrever esse caso a análise do mesmo se confundirá com a apresentação da experiência etnográfica, uma vez que a participação do

pesquisador interferiu decisivamente no curso dos acontecimentos após o suicídio.

Estava eu na primeira hora comercial da manhã no Fórum do município da pesquisa para retirar fotocópias de um documento, quando fui reconhecido por uma funcionária com quem conversara no dia anterior. Como a conversa do dia anterior revelara minha identidade de pesquisador cujo tema era o suicídio, ela logo que me viu, disse: “quero lhe dar uma informação, mas não tenho certeza se ela é de todo correta”. Pedi que prosseguisse: Ela continuou: “hoje quando fui levar uma criança na escola, ouvi uma da primeira série comentar que um rapaz se suicidou. Não estou bem certa se uma criança dessa idade de mais ou menos seis anos sabe o que é um suicídio”. De imediato fui à Delegacia⁶⁵ buscar informações com o delegado com quem já conversara várias outras vezes. Ele confirmou a história e prontamente me encaminhou a uma sala onde, sobre uma mesa, estava uma pasta contendo as informações sobre o suicídio ocorrido naquela madrugada. O comunicado ocorreu às 3h:43min. O suicida registrou na carta deixada a hora em que a escrevia: “3horas da manhã”. Tratava-se da carta de um suicida do sexo masculino, 48 anos, morador de um bairro do município dessa pesquisa.

Às nove horas da manhã eu já tivera acesso à carta em questão. O delegado me disse para ficar à vontade para analisar os documentos e recomendou a uma secretária que me auxiliasse no que fosse necessário. Na pasta havia o Boletim de Ocorrência, constando as informações preliminares sobre o caso, nove fotos já reveladas tiradas no local da ocorrência⁶⁶, sendo quatro fotos de caixas de remédios, uma foto da cama de casal sobre a qual repousava o caderno onde ele escrevera a carta e quatro fotos do morto ainda pendurado na corda com a qual se enforcara. Pedi à secretária que fotocopiasse tudo. Enquanto me despedia do delegado e estando eu já do lado de fora da porta da Delegacia, entraram uma mulher e um rapaz que se identificaram como a esposa e o filho do suicida. Vieram à Delegacia buscar a carta por ele deixada. O delegado disse-lhes que, como manda o procedimento, estes documentos são provas e até que se confirme tratar-se

⁶⁵ A Delegacia é quem primeiramente é comunicada em casos de suicídio.

⁶⁶ Até agora me pergunto como essas fotos foram reveladas tão rapidamente

realmente de suicídio, esses documentos recolhidos devem ficar à disposição da justiça. Inconformado e abalado, o rapaz tentou enfrentar verbalmente o delegado e foi repellido. Eu acompanhava de forma discreta essa discussão e enquanto a família saía da Delegacia, o delegado se dirigiu a mim e perguntou se eu queria falar com aquelas pessoas. Respondi afirmativamente e me encaminhei com a família para fora dos portões da Delegacia. Nesse momento, resolvi voltar e perguntar ao delegado se podia revelar para a família o conteúdo da carta. Ele disse que sim, *“claro, você é preparado e instruído para isso”*.

Assim, saí a caminhar por uma praça e tentei ler a carta para a esposa e filho do suicida que me pediram uma cópia da mesma, pois o falecido tem outros filhos e vários irmãos que iriam querer também ler a carta. Expliquei que não obtive autorização para fornecer cópia da carta, mas tão somente revelar o conteúdo da mesma.

Entendendo o drama familiar naquele momento e sabendo que o conteúdo da carta traria algum alento e consolo para os familiares, me propus a ir até o local do velório mais tarde e reunir a família para que todos pudessem saber do conteúdo da mesma. Agindo dessa forma eu ficaria seguro por não estar correndo nenhum risco de obstruir os trâmites da justiça, bem como não entraria em conflito de nenhuma natureza com as pessoas da delegacia, em especial os delegados que até então haviam sido importantes informantes para a pesquisa.

Tomei nota do endereço onde aconteceria o velório tão logo o corpo fosse liberado do IML. Despedi-me da família e estávamos a sós agora, eu e as palavras do morto, a carta que sobre minha mão tinha um peso difícil de avaliar. Fui tomado por uma sensação muito estranha, de estar sozinho e ao mesmo tempo acompanhado. Nunca antes se materializara de forma tão surpreendente a força viva que carregam as palavras. Era apenas papel com escritos. Mas ser o portador das idéias ali contidas tinha um peso. Eu era o único que as possuía e aquelas palavras eram tudo o que havia restado de vivo daquele que se matara. O corpo estava já condenado ao não-senso, mas restavam vivas, em minhas mãos, suas palavras.

Aquele papel pulsava, respirava, falava, tinha peso e produzia a nítida sensação de uma presença, a presença do sentido de uma trajetória, a presença do

sentido de uma morte. A carta só ganha esse sentido de peso, de indicar uma presença, por ainda não ter cumprido com sua missão, de revelar aos vivos as palavras derradeiras do suicida.

Restava viva ainda aquela carta porque a configuração surgida do meu encontro com aquelas pessoas assim o fez. Ela não tinha um sentido em si, mas passou a ter, à medida que diante dos outros que não sabiam de seu conteúdo, eu me tornei portador das palavras que ali estavam. O fato de não poder entregá-la simplesmente me tornou um portador e me remeteu a um lugar subjetivo de mediador compulsório de uma situação surgida sem a intenção de ninguém.

Ainda receoso por estar com a cópia da carta e com o receio também de perdê-la o que a levaria a parar em local incerto, tomei uma decisão: peguei uma caneta e copiei a carta em outro papel e deixei a fotocópia no Hotel em segurança. Pronto, (e só depois me apercebo disso) agora as palavras do morto têm a minha letra. Seria agora eu um morto vivo? Quão estranha fronteira da alteridade fora superada! Quão estranha mediação eu havia me transformado! Nesse instante percebi que não havia mais como recuar, a situação havia me tomado por completo. Mas um pensamento veio me 'salvar': "você está aqui na qualidade de pesquisador em antropologia e é a partir disso que deve continuar guiando suas condutas".

Fui ao velório. Lá chegando, descobri algumas coisas:

- a) o corpo ainda não havia chegado do IML;
- b) nem todos os filhos do suicida moravam na cidade. A filha mais velha demoraria mais três horas para chegar;
- c) eu era esperado no velório por ser o portador da carta;
- d) havia uma confusão quanto à minha identidade;
- e) um velório é um lugar onde as notícias se espalham de forma muito rápida.

A esposa do falecido fez uma confusão ao tentar explicar quem eu era, isso antes da minha chegada no velório. A confusão consistia no seguinte: quando nos vimos pela primeira vez, ainda na Delegacia, eu me apresentei a ela e ao filho como alguém que estava na cidade 'investigando' casos de suicídio. Quando ela falou a meu respeito para as pessoas do velório, disse que um investigador da Delegacia

iria chegar trazendo a carta. Assim, quando cheguei notei que olhares discretos e até assustados se dirigiram para mim e por mais que eu tentasse ninguém conversava comigo. Por fim, um rapaz, estudante de direito, se aproximou e me perguntou o que a polícia tinha a ver com aquele caso e porque eu estava com a carta do falecido.

Desfiz logo a confusão e até rimos da situação, eu ainda meio sem acreditar que aquele dia estava tão cheio de situações inusitadas. O rapaz se afastou de mim e em minutos o problema com a minha identidade estava resolvido. Fico impressionado com a velocidade com que a informação correu e atingiu todas as pessoas presentes e espalhadas dentro e ao redor da casa. Já havia perto de cinquenta pessoas quando o corpo chegou para ser velado. O suicida vinha de uma família de quatorze irmãos, de forma que o número de parentes no velório só fazia crescer. Muitos de seus irmãos e outros parentes se aproximaram de mim para saber o conteúdo da carta, pedindo para vê-la. Como eu recebera um pedido de alguns familiares para que a carta não fosse mostrada até a chegada da filha mais velha do morto, posto que ela poderia não gostar, tive que contornar a situação por várias horas.

Enquanto essa filha não chegava e, portanto, o conteúdo da carta não havia sido revelado, o clima no velório era tenso. Reinava um ar de incompreensão e até revolta para com o ato cometido pelo suicida. Através dos irmãos fiquei sabendo de detalhes da vida do morto, sua história começava a ser contada ou continuava a ser contada ou ainda, tentava-se criar um sentido para aquela vida.

A leitura da carta era o clímax que todos esperavam, ansiosos. E também eu queria que aquele momento chegasse logo. O peso do poder começava a incomodar. À medida que as horas passavam, o *grand-finale* se afigurava como podendo acontecer a qualquer momento. As pessoas tinham olhos para mim e qualquer gesto ou movimento que eu fizesse podia indicar que eu iria ler a carta. Como ninguém queria perder esse momento, ficavam vigiando meus movimentos. Resolvi me encostar no carro e ali ficar, à vista de todos, de forma a não gerar ainda mais ansiedade.

O velório aconteceu na casa do suicida. O caixão foi colocado na mesma sala onde ele se enforcou. A história da construção desta casa se confunde com a

história de vida do morto, conforme os relatos ouvidos ao longo do velório, bem como das fotos da construção. Trata-se de uma casa ainda não acabada, de dois pavimentos, grande, como muitos quartos e salas. A intenção do morto era que todos os filhos viessem a morar na casa depois de acabada, conforme disseram os familiares e conforme também consta da carta que ele deixou. O velório aconteceu no andar superior. É costume no município os mortos serem velados em capelas, mas por decisão da família o velório aconteceu na própria casa, conforme teria sido a vontade do morto. Os parentes disseram que ele gostava tanto daquela casa, que ele dera a vida e o suor pela construção dela, de modo que não fazia sentido que o velório ocorresse em outro lugar.

Por fim, com a chegada da esperada filha, todos os olhares uma vez mais se voltaram para mim E, antes que eu fizesse sinal que entraria, todos os presentes entraram na casa, como que a tomar um bom lugar para não perder a leitura da carta. Uma das irmãs do suicida veio até mim e comunicou que eu poderia ler a carta. Toda essa situação me lembrou de um processo ritual onde cada participante sabe exatamente o que fazer e quando o fazer.

O que a princípio deveria ser uma leitura para os parentes próximos da vítima, tornou-se um evento público, dada a expectativa gerada não só entre os parentes, mas também entre os vizinhos.

Uma configuração espacial merece aqui um destaque. Como a casa era grande e o número de pessoas era expressivo, a leitura da carta deu-se numa das salas. Coloquei-me, ou a própria situação me colocou no centro da sala de forma a poder ser visto e escutado por todos. Assim, começo a leitura da carta após uma vez mais explicar a todos quem eu era, porque eu estava com a carta e porque simplesmente não entregara uma cópia da mesma aos familiares.

Quando olhei para um dos lados, notei que a sala onde repousava o caixão estava vazia. Fui tomado por um sentimento estranho. Posso analisá-lo por dois vértices. Um psicológico, que diz respeito à forma de identificação especular com o outro, neste caso representado pelo corpo e pelas palavras do morto. O outro, social, é dado pela visão aglomerada das pessoas, ávidas por ouvir. Era a própria materialização do social, representações buscando representações. Enquanto as palavras do morto não fossem ouvidas, ele não poderia morrer. É o que acontece

nos casos de suicídio. O morto só morre quando sua decisão de matar-se atinge algum sentido para os que ficam. Esse sentido é manifesto através dos bilhetes, cartas ou pistas deixadas pelo morto. Quando este não as deixa, as pessoas procuram em sua história de vida possíveis explicações para a decisão de matar-se, como doença, fracasso, solidão, separação etc.

Nos casos em que o suicida não deixa bilhetes ou cartas e que parece ter uma vida sem grandes marcas aparentes de sofrimento, a estranheza permanece por mais tempo. É o caso de um jovem desta cidade que poucos meses antes se matara atirando-se de um prédio alto após despedir-se de todos, inclusive da família. Disse estar indo para um intercâmbio no exterior. Houve até festa de despedida. Até hoje uma pessoa da família do rapaz nega que ele tenha se matado e fala sobre isso com as pessoas da cidade.

A minha leitura da carta, ou o evento, desde que eu comecei a falar, durou aproximadamente quarenta e cinco minutos. Teve essa duração porque, na carta, o suicida se dirigia pessoalmente a várias pessoas, desculpando-se, fazendo recomendações, expressando seu amor, sua dor e despedindo-se. A cada pessoa citada na carta, havia uma pausa, posto que esta se emocionava, chorava, explicava alguma coisa. Só então eu continuava a leitura. Estas pausas de choros e comentários foram importantes como modo de cada um assimilar as palavras, bem como, agora sim, poderem chorar um pranto com mais sentido, um pranto cujas razões agora foram explicadas. Aqueles que até então não haviam chorado, o fizeram nesse momento. Alguns trocaram as expressões revoltosas de antes por expressões de pesar sobre o ocorrido. As manifestações (mesmo dissimuladas) de revolta e incompreensão dissiparam-se, dando lugar a um clima de serenidade ao velório. Após as últimas palavras da carta e um silêncio de alguns instantes, quatro pessoas consecutivamente, sendo um irmão e uma irmã da vítima, um sobrinho e um vizinho, expressaram sua gratidão a mim por ter dado alento à família e pelo fato de ter revelado as alentadoras palavras contidas na carta. Encerrou-se nesse momento o aglomerado de pessoas em torno da carta. Fiquei mais algumas horas no velório até o início da madrugada, agora do lado de dentro da casa, tendo a família me servido café. Conversei com várias pessoas da família que vieram me contar histórias do falecido, algumas delas me mostram álbuns de fotos. Os diálogos

visavam construir uma imagem positiva do morto; selecionavam suas melhores fotos para comentar, riam das situações engraçadas onde ele estava presente. Não se falava mais do suicídio que ele cometera. Na manhã seguinte, após algumas horas de descanso, retornei ao velório, desta vez para acompanhar o enterro. O padre da cidade esteve presente para fazer as orações fúnebres. Além das jaculatórias costumeiras, dirigiu à família algumas palavras, deixando claro que, para ele, a suicídio ocorrera por uma situação de desespero e isso era devido a um “afastamento de Deus”. Exortou a família no sentido da união e saiu.

Durante todo o velório um carro e um guarda da polícia estiveram presentes. O cortejo partiu da casa em direção ao cemitério. Segui-o com meu carro. Fiz parte do cortejo. Uma cena me chamou atenção e também me emocionou, talvez só a mim. A polícia militar fechou todos os cruzamentos das ruas com cones desde a casa até o cemitério, de forma que o cortejo não fosse interrompido nesses cruzamentos. A distância entre a casa e o cemitério é de aproximadamente três quilômetros. Nesse momento do trajeto penso na carta e concluo que com seu ato, o suicida conseguira parar o Estado, mobilizara a cidade. Fez-se ver, se fez notar, se fez escutar. Imagino que as pessoas que acompanhavam o cortejo apenas vissem ali a polícia fazendo seu trabalho. Mas eu estava ali para ver mais. Por fim ele conseguira aquilo que na carta deixa claro não ter conseguido: ser sujeito e não apenas mais um indivíduo.

A sociedade se reúne nos velórios. Na morte de um suicida, é o próprio suicida quem convida ou provoca essa reunião da sociedade. É um ato da cultura conclamando as pessoas a se reunirem, diferentemente de uma morte por doença onde é a natureza que mostra sua força de reunir as pessoas. Se nas mortes onde nada se poderia fazer para evitar (acidentes, doenças) os comentários nos velórios ressaltam justamente esse caráter arbitrário da morte e a natureza como determinadora do destino, no caso do suicida, o mesmo não se dá. Não cabe num velório de suicida expressões do tipo: “basta estar vivo para morrer”, “quando Deus chama”, “foi Deus quem quis assim”, e principalmente, “a hora da morte a gente não escolhe”. O suicida subverte a ordem, subverte a natureza e coloca a morte sob seu controle, não permitindo que sua morte seja atribuída à imponderabilidade, nem ao

destino, nem a uma divindade. Ele decidiu. E isso certamente é embaraçoso para todos.

O suicida convoca a sociedade a se reunir através de seu ato e põe em questão as representações sociais operacionalizadas, mas pouco pensadas pelos indivíduos. Seria então o suicídio um momento ritual em que a sociedade se defronta com seus valores, suas representações, conscientizando-se de sua estrutura?

Quanto a isso, Maria Rita Heck (2000) ao descrever o silêncio que cerca as questões sobre sexualidade, morte e suicídio em seu local de pesquisa, escreve:

O silêncio se refere àquilo que os colonos não desejam expor, pois faz parte do seu conflito como indivíduos. Abrir ao diálogo esses assuntos é falar das rupturas de um estágio de vida para outro, de situações que poderiam colocá-los em perigo, de infrações que poderiam levá-los a ser excluídos do círculo de amizade e da organização social. Ao mesmo tempo em que há o silêncio, os rituais do casamento e da morte são os mais importantes da vida social do grupo, cada qual com suas particularidades, os quais forçam o encontro de todas as pessoas na comunidade: parentes que migraram, familiares de outras comunidades, antigos vizinhos e amigos de infância, filhos espalhados pelo Brasil... autoridades político-partidárias e mesmo quem não se relaciona tão cordialmente nos demais dias nestas ocasiões se mostram solidários e comparecem às festividades. (HECK, 2000, p. 224)

Um outro fato também provocou comoção durante o velório: um dos irmãos do suicida estava preso em uma penitenciária de outro município. Esses dois irmãos há alguns anos romperam relações em função de uma intriga cujos motivos não consegui apurar. O fato de eles nunca mais terem se falado, fez com que a chegada do irmão preso fosse esperada com grande expectativa. Acompanhei a chegada desse irmão, que veio escoltado e trazido em carro de polícia. Houve tumulto e muito choro em volta do caixão, principalmente por parte dos outros irmãos, que lamentavam, entre outras coisas, o fato de eles não terem podido fazer as pazes. Houve quem dissesse que o irmão preso teria responsabilizado o irmão suicida pela sua prisão, fato que não considerei oportuno investigar durante o velório.

No velório de um suicida estão intimados a comparecer as grandes instituições sociais: o parentesco, a igreja, o Estado.

O parentesco: pais, irmãos, filhos, cunhados, sobrinhos, tios, vizinhos.

A Igreja: padre, pastor, fiéis, as orações e ritos.

O Estado: polícia, agentes funerários, bombeiros, cartorário etc.

Quem poderá se recusar a atender a tão poderosa intimação? Muitas pessoas que estavam presentes ao velório não conheciam o suicida, não tinham grau de parentesco e não eram representantes de nenhuma instituição pública.

Mas nada do que foi escrito até aqui tem sentido se não articulado ao conteúdo da carta. É ela que trará sentido ao até agora relatado. É só a leitura da carta que permite, neste caso, qualquer interpretação.

Eis a carta:

“2 horas e 30 minutos da madrugada. Este é o fim de um bom trabalhador e lutador. Não é o câncer que vai me matar e fazer sofrer como eu vi tantos morrer sofrendo dia e noite.
Adeus. O pai ama todos vocês meus filhos. Peço um caixão barato com poucas despesas.
Reconheço que ____ e _____ é minha filha.
Tenho cinco filhos, sendo
_____,
_____,
_____,
_____,
_____.
Vivo separado a _____.
Vivo a muitos anos com a _____.
Deixo minha opinião.
Gostaria que ____ e também _____ ficassem com o uso fruto da casa e para os filhos dividirem partes iguais. Adeus. Fulano de Tal.
Eu Fulano de tal tomei esta atitude que sei que não devia fazer mas eu estou sofrendo muito.
Sinto dor de estomago dia e noite e dor de Cabeça. Peço que todos os meus filhos me perdoem.
Estou cansado de correr procurar ajuda médica e eles diz que nada pode fazer por mim.
Estou trabalhando com dor. Não tenho mais condições de trabalhar, também não quero ficar sofrendo oito a dez meses sem poder comer e na agonia da morte sofrendo e fazer a família sofrer.
Não consigo me encostar pelo SUS nem me aposentar mesmo por pouco tempo de vida.
Adeus. Fulano de tal.
Adeus de quem tanto ama vocês. Fulano de tal.
Peço que Deus me perdoe. Deixo a minha solidariedade a toda Minha família.
Sobre a construção eu sei que o juiz vai fazer o melhor que puder.
Um abraço para minha filha _____. Um beijo para a _____. Cuide bem.
Um abraço para a _____. Um abraço para o _____ e o filhos. Cuide bem dele. Um abraço para o _____. Juízo e te cuida.
Um abraço para o _____. Um abraço para o _____.
Um grande abraço para o _____.
Aqui deixo meu abraço para _____ e _____.
Deixo um abraço para _____ e _____ o pai ama todos vocês. Beijinhos.
Deixo um abraço a todos meus familiares e vizinhos e amigos.
Estou em paz comigo e meu coração.
Peço desculpas e perdão por todos meus defeitos.
Que vocês possam me perdoar. Eu sei que nunca fui ruim mas meus

problemas de saúde me assim.
 ____ o pai ama todos vocês. De coração. 19.08.2005.

19.08.2005. 3 horas da manhã.
 O que eu tiver para receber do carro também do meu pagamento
 da firma quero que fique para a ____ pagar as despesas.
 Falar com o Dr. ____ do Sindicato.
 Também ____ falar com o Dr. _____.
 Falar também com Dr. ____ sobre a pensão da nona
 Peça para eles te guardar.
 Fulano de tal. Adeus.”

Esta é uma carta de suicida que não se propõe a imputar a outros a causa de sua morte. É uma carta cujo único destinatário é o Estado, expresso nas frases onde diz que a “ajuda médica” nada pode fazer bem como quando fala que não consegue se aposentar (“encostar”) pelo SUS. Em momento algum faz referência à culpabilidade dirigida a pessoas de seu convívio. Defende sua família o tempo todo ao longo da carta. Seu diálogo é com o Estado. A família é preservada de forma ampla. As despedidas a várias pessoas ao longo da carta deixam a impressão de alguém que parte em viagem, é o tom de uma despedida cujo reencontro será breve, não estando de todo incluída a idéia da morte enquanto fim.

Este “caso etnográfico” tem também uma outra fonte de dados: uma entrevista realizada com a esposa do suicida, passados seis meses do ocorrido. É interessante apresentar a versão da carta em confronto com a fala da ex-esposa nesta ocasião. Ela falou muito da fase em que o marido bebia, vivia nos bares enquanto ela trabalhava para garantir o sustento da família. Deduz-se que suas condições de saúde foram agravadas em decorrência da bebida e que ele depois de visitar um conhecido que tinha câncer, identificando-se com o sofrimento do outro, acaba por decidir pelo suicídio. Na carta ele fala da doença – atribuindo à falta de solução médica e a impossibilidade de conseguir uma aposentadoria (o que não resolveria o problema da doença, mas sim, o da falta de trabalho) – a motivação para sua decisão. Se, o Estado se apresenta como alvo de suas críticas, essa versão não deixa, como a outra, de omitir outras circunstâncias e/ou relações envolvidas. Voltando-se contra os sintomas (doença e falta de emprego), omite-se dados da própria história de vida que contribuíram para que se configurasse essa situação. Esse confronto serve para apontar as possibilidades diferentes de

construção do(s) discurso(s) sobre o suicídio a partir do lugar de onde analisa e colhem os dados.

O primeiro caso relatado reitera a interpretação hegemônica, patologizadora. O que se esconde? Conflitos conjugais, adultério possivelmente, talvez uma questão de honra – ou dignidade ferida. Aparecer em público com o pastor seria, talvez, participar da farsa do “casal perfeito”. Quem sabe a recusa em fazer esse papel fosse a razão para alegar os cuidados com a mãe...

Este segundo caso, de certa forma, remete à interpretação semelhante – substituindo-se, porém, depressão por “doença”, sem maior qualificação. O relato da ex-esposa, no entanto, traz à tona dados que como no caso anterior foram omitidos pelos depoentes. O que se omite? Neste caso, poder-se-ia pensar no fracasso pessoal, traduzido na dificuldade de realização do papel de provedor, em que a imagem da casa inacabada – cuja história de vida se confunde –, pode ser uma metáfora. A casa inacabada representa a tentativa de reunir a família em torno de algo que resgata justamente essa imagem. Afinal, o que ele deixa para os que ficam? Aquilo que ele construiu, e isso, literalmente. Temos aqui uma reconstrução da família enquanto projeto pós-morte, ou seja, sua morte abriria a possibilidade da construção de uma família cuja história em vida ele não conseguiu realizar.

7.3 UMA OUTRA TIPOLOGIA: O SUICÍDIO ENTRE OS JOVENS

No primeiro caso, vimos como o suicídio se relaciona ou mesmo dialoga com as representações sociais na forma de uma trama que esconde e revela as formas diferenciadas de inserção social, asseveradas pela forma como o modelo patologizante se tornou fundamental na construção do caso para torná-lo assunto da esfera privada. O segundo caso contempla essa relação no plano do discurso do suicida com o Estado na forma de tornar público uma série de representações que estavam no domínio do privado. Uma terceira tipologia de suicídios por ser pensada localmente a partir dos dados levantados pela pesquisa. Antes, porém, cumpre informar que a uma pesquisa realizada pela Unesco⁶⁷ entre 1993 e 2003 revela que

⁶⁷ Mapa da Violência IV: Os jovens do Brasil.

a taxa de suicídios na faixa etária dos 15 aos 24⁶⁸ anos subiu 31% no Brasil, nesse período.

No município dessa pesquisa casos de mortes envolvendo jovens tem chamado atenção da comunidade pelos seguintes fatores: a) idade em que tem ocorrido esses casos; b) formas de prática dos suicídios e c) ausência de causas que possam ser imediatamente supostas.

Ao se comparar os dados etnográficos levantados nesta pesquisa com a maioria dos casos apresentados, alguma inteligibilidade foi possível alcançar. Porém, nos casos de suicídios envolvendo jovens, há muita coisa que escapa à compreensão do fenômeno.

Por se tratar de acontecimentos ainda recentes, as narrativas do senso comum não dão conta de explicar as ocorrências nos termos dos discursos público e nos moldes das suposições e hipóteses levantadas em tais ocasiões. Tal fato também provoca maior dramaticidade ao ato. Alguns desses casos ocorreram durante o período dessa pesquisa de campo. E pelo menos um deles foi registrado na Delegacia como tendo sido suicídio. Os outros casos foram registrados como acidentes de trânsito. Sobre esses casos e acidente de trânsito, toda a cidade ficou sabendo do envio de mensagens via celular em que os jovens se despediam, comunicando sua morte. O meio utilizado nesses casos foi lançar o carro de encontro a árvores. Conforme foi mencionado no tópico Trânsito, Suicídio e Estatísticas, esses casos geraram grande comoção local.

O caso apresentado abaixo não é o único registrado como sendo de um jovem que cometeu suicídio. O que o distingue dos outros é o fato do jovem ser solteiro e não ter utilizado o enforcamento como forma de morrer e sim uma arma de fogo. Nesse sentido, ele se aproxima mais dos casos de suicídio entre jovens que aqui queremos entender como uma categoria social.

As informações constantes do caso indicam que ele tinha 29 anos, era solteiro e segundo depoimento de familiares e de um médico ele tinha problemas com depressão, tomava medicamentos para essa doença e fazia uso de bebida alcoólica. Alguns fatos chamam atenção nesse caso: a) alguns relatos afirmam que ele tinha trancado o local (quarto) em que se encontrava e isolado o mesmo com

⁶⁸ Não adotaremos aqui o entendimento de que jovem sejam aqueles indivíduos enquadrados dentro da faixa etária acima, senão como uma forma de diferenciá-lo dos idosos.

papel nas brechas de portas e janelas; b) em depoimento, os familiares afirmaram estar acostumados com o fato dele ficar dois dias trancado no quarto. Dessa vez, foi no terceiro dia que, diante de sua ausência, resolveram arrombar a porta do quarto, tendo encontrado o corpo já em decomposição; c) além do isolamento no quarto, na arma utilizada estava acoplado um dispositivo silenciador e d) a perícia revelou que a arma era de propriedade do suicida e estava registrada em seu nome.

Outro caso diz respeito a um jovem, aproximadamente 22 anos, aluno do curso de Direito. Segundo relatos de pessoas próximas, ele fez uma festa de despedida dizendo a todos que ia fazer um intercâmbio. Saiu da cidade, mas hospedou-se em um hotel de uma outra cidade, de onde jogou-se pela janela. Constatou-se que ele fizera reserva naquele hotel com bastante antecedência. Segundo relato de uma informante, possuía muitos amigos pela Internet e, segundo ela, ele teria se despedido de todos, na namorada, dos amigos que gostava, dos amigos da Internet, a todos confirmando que faria um intercâmbio. Ainda segundo essa informante, ele era “engomadinho, um amigo da elite da cidade e se dava bem com todos”.

Carros, pistola, precipitação de lugar alto, três formas de realizar o suicídio que se contrapõem com a forma mais comum localmente, o enforcamento. Jovens, solteiros, pertencentes a classes sócio-econômicas ais privilegiadas, moradores da região mais urbana da cidade, são também outros fatos a distinguir esses suicídios recentemente.

Sobre esses casos há, ainda, pouco a analisar. Uma pesquisa específica para tratar desses casos talvez possa lograr maior compreensão a estas recentes ocorrências.

No entanto, algumas indicações podem ser apontadas. Armas com silenciador, Internet, carros possantes, intercâmbio, parecem sugerir um caráter de modernidade a estas mortes e aos meios utilizados, o que permite enxergar um contraste com os meios ‘tradicionais’ de se cometer o suicídio. Talvez a associação desses casos com o processo de modernização recente possa se constituir numa hipótese de pesquisa. As perguntas que podem ser feitas aqui são a respeito de como os jovens se relacionam no meio social, como processam as representações mais tradicionais em contraponto com as exigências da modernidade, como se

inserir nelas, como se constituem enquanto pessoas nessa sociedade. Talvez, também, se possa pensar que o uso do enforcamento corresponda a um modo de morte que, para os jovens, não faça sentido. Esses casos têm os espaços públicos como palco de sua ação. A morte é representada publicamente, numa encenação cuja compreensão dos significados relacionais ainda estão por se perceber.

8 SUICÍDIO, LÍNGUA E LINGUAGEM

8.1 A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO NO BRASIL

Os alemães estão no Brasil desde 1829 e desde então se estabeleceram em colônias, fundaram cidades, prosperaram em suas atividades, preservaram muitas de suas tradições. A língua é um dos elementos constituintes de uma cultura e nesse particular as regiões povoadas por descendentes de alemães ainda falam o alemão e seus dialetos trazidos desde seus locais de origem.

Não é diferente dos imigrantes e descendentes de outras etnias. No município dessa pesquisa, primeiro chegaram os alemães e depois os italianos. Tanto uns como outros preservaram seus dialetos e lá ainda se encontram aqueles que falam somente a língua dos ascendentes e outros tantos que falam sua língua original nos meios familiares e o português quando necessário.

Mas houve um tempo, recente em termos históricos, em que a língua ancestral foi alvo de um ataque violento. Essa história será contada aqui porque muito dela pode ser articulada com o fenômeno do suicídio.

Os anos que compreendem o período de 1937 a 1945 viram surgir o que ficou conhecida como a “Campanha de Nacionalização”. À época, os imigrantes e os descendentes de imigrantes ficaram marcados como pertencentes a uma categoria do jargão oficial denominada ‘alienígena’, sendo considerados “portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade”. (SEYFERTH, 1997, p. 95)

O entendimento era o de que se esses imigrantes estavam agrupados em núcleos isolados, então estariam imunes ao processo assimilador. Coube ao Exército a empreitada de desmantelamento dos ideais dessas colônias e sua cultura por se acreditar que representavam uma ameaça à unificação do país.

O Vale do Itajaí, dentre outras regiões do sul do país, sofreu “intervenção direta do Exército nas instituições e na vida cotidiana em uma região marcada pela presença preponderante de descendentes de imigrantes alemães”. (SEYFERTH, 1997, p. 96)

Contribuiu para agravar esse fato, as informações de que na região circulavam os ideais nazistas vindos da Alemanha. Há uma foto de uma passeata

realizada na década de 1940 com a suástica nazista na cidade dessa pesquisa. Vale a pena transcrever o conteúdo da matéria publicada no Médio Vale em Cadernos (2005):

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial lutando contra os países do Eixo, só aconteceu depois de muita pressão externa sobre o governo do então presidente Getúlio Vargas. No período pré-guerra, Vargas – homem que teve suas raízes no Rio Grande do Sul, com forte influência de descendentes de alemães e italianos, chegou a flertar com o Reich alemão. Em especial no Sul do Brasil, havia muitos adeptos do nazismo, principalmente nas colônias alemãs. Na verdade, antes da guerra, Hitler conseguiu reerguer a Alemanha da derrota da 1.^a Guerra Mundial, imprimindo um ritmo de desenvolvimento, através da industrialização e da infra-estrutura. Isso teve reflexos também no Médio Vale do Itajaí, onde o partido nazista estava organizado. Em ___⁶⁹, nazistas chegaram a realizar um desfile pela Avenida Getúlio Vargas, exibindo os tradicionais estandartes do partido.⁷⁰

Ainda sobre esse assunto, um dos informantes, funcionário público, que tem um acervo particular com objetos da história da imigração dessa localidade, mostrou durante uma entrevista um cartão postal com a foto de Hitler. Esse postal é carimbado na Alemanha e endereçado a um morador da cidade. O ano constante do cartão é 1936. Esse mesmo informante é defensor de uma tese (ou uma teoria nativa particular) de que o suicídio na região é decorrência do sentimento de vergonha causado pela derrota da Alemanha ao fim da Guerra, já que, segundo ele, “havia um verdadeiro projeto nazista para a região”. Esse informante fez referência a um escritor paulista que teria vindo estudar a influência nazista no município. Tal escritor estudou o suicídio tendo concluído que as ocorrências “seriam uma herança da derrota alemã ao fim da guerra”. Não encontrei o escritor, tampouco o trabalho escrito por ele, conforme mencionado pelo informante.

A preocupação com os alemães nas colônias, no entanto, é mais antiga que o período da Guerra. Seyferth (1997) escreve: “pode ser citada a posição de Silvio Romero que, na penúltima década do século XIX, já demonstrava sua preocupação com os mesmos “quistos étnicos”, culpando a política imigratória do Império pela situação “calamitosa” das “colônias alemãs”. Para Romero, o risco do separatismo podia ser debelado somente através da imposição de uma política imigratória que distribuísse os brancos europeus por todo o país, de forma a promover o equilíbrio populacional, e com intervenção direta na organização comunitária dos imigrantes

⁶⁹ Cidade desta pesquisa.

⁷⁰ Médio Vale em Cadernos. Ano 1 n° 2, junho/julho 2005. p. 17

localizados no sul, forçando a assimilação e o caldeamento”. (SEYFERTH apud Romero, 1997, p. 96) E assim foi que o Estado Novo promoveu, nos anos de 1937 a 1945, uma cruzada contra os alemães e outras etnias.

O primeiro campo de atuação contra os imigrantes foi justamente o da língua. O sistema escolar se viu obrigado a dispensar os professores que falavam outras línguas que não o português; na verdade bastava ser imigrante ou descendente para que isso acontecesse. As escolas que não o fizeram, foram fechadas. As publicações em outras línguas deixaram de acontecer, bem como “algumas sociedades recreativas, esportivas e culturais”. (SEYFERTH, 1997, p. 97)

Mas o mais duro golpe veio quando o Exército passou a ser o vigilante e cumpridor da nova ordem para os imigrantes e seus descendentes. Naquele momento, “foi proibido o uso de línguas estrangeiras em público, inclusive nas atividades religiosas”. (SEYFERTH, 1997, p. 97)

Nesse panorama, Seyferth relaciona os abusos cometidos em nome da imposição das regras de nacionalização:

Prisões arbitrárias, policiamento ostensivo, humilhações públicas como castigo pelo uso de línguas estrangeiras, cerceamento de atividades produtivas, associações esportivas requisitadas para uso militar, etc, marcaram o cotidiano tenso de algumas regiões onde a maioria da população se enquadrava na categoria dos alienígenas. (SEYFERTH, 1997, p. 97)

A exemplo de Seyfferth (1997), esta pesquisa também trouxe à tona os acontecimentos locais à época da campanha de nacionalização. Cito alguns dos inúmeros casos relatados durante minhas visitas à cidade.

- i. Em entrevista numa propriedade rural de um bairro alemão, converso com um senhor de uns 85 anos, descendente de alemães. Meu objetivo era conhecer as características da vida naquele bairro e um pouco da história local. Não consigo recuperar exatamente o encadeamento da conversa, mas o assunto, logo no início, dirigiu-se sobre a Guerra e a proibição do uso da língua. Com uma dose de emoção, aquele senhor me disse que “não podia dizer nada em alemão porque a professora colocava de castigo”. O que me chamou a atenção foi a forma vívida da narrativa desse acontecimento, uma vez que já se passaram mais de cinquenta anos.

- ii. Uma informante concedeu uma entrevista para um jornal local em que comenta também sobre a campanha de nacionalização. Transcrevo algumas linhas da entrevista à imprensa: “Naquela época, F____ (avô da informante) realizou um vasto estudo da flora e fauna local, cujos apontamentos infelizmente foram destruídos em 1942, devido à proibição terminante da língua alemã. Assim, todo e qualquer documento encontrado em língua alemã era destruído. Para tentar salvar alguns desses documentos, F____ escondeu algumas caixas numa antiga gruta indígena. Em 1945, porém, uma tempestade abalou o terreno do local, sobretudo o que fora salvo dessa história”. E, nas palavras da informante: “Hoje tudo se perdeu”. A entrevista “ressalta a hostilidade das autoridades brasileiras com os descendentes de alemães na região no primeiro meado de década de 1940”. Diz ela: ‘Eles sofriam duras penas e castigos. Quando era criança, lembro de um senhor que teve os dentes quebrados com o cano de uma espingarda e que ainda o fizeram beber óleo queimado’, recorda em lamentos”.⁷¹
- iii. Uma outra matéria do *Médio Vale em Cadernos* traz a seguinte informação, similar ao parágrafo anterior: “Posteriormente, os descendentes de alemães e italianos foram reprimidos e proibidos de falar a língua de seus ancestrais. Tal fato causou enorme prejuízo às culturas alemã e italiana, principalmente após a Guerra. Há relatos de pessoas que foram forçadas a tomar óleo queimado como forma de punição por falar alemão ou italiano”.⁷²
- iv. Um informante, funcionário público, guarda entre seus pertences, herdados dos avós alemães, um rádio antigo cuja parte da frente outrora possuía um vidro. A história desse rádio é a seguinte: O Rádio foi comprado em 1938/1939 por um morador local. Com o início da guerra, pelo fato de o proprietário ser alemão, o rádio foi recolhido e levado para a prefeitura dentro de uma caixa. Antes de ser levado, o proprietário tirou as válvulas impedindo que outra pessoa pudesse utilizá-lo. Antes do término da guerra, ele foi devolvido ao proprietário, porém, com o vidro quebrado. Mesmo em posse do rádio, era proibido seu uso. Para ouvi-lo, eram fechadas as janelas e portas da sala, inclusive com pedaços de papelão. Assim, as notícias poderiam ser

⁷¹ *Médio Vale em Cadernos*. Ano I nº 4. p. 58.

⁷² *Ibid.* Ano I nº 2. p. 17.

ouvidas sem que ninguém de fora pudesse ver ou ouvir, já que era proibido. Após o término da guerra, com muita insistência, fazendo pedidos através de cartas para o fabricante ele conseguiu um novo vidro para o rádio; porém, nunca chegou a substituí-lo.

- v. Um artigo veiculado no *site* do jornal estadual *A Notícia* traz a seguinte manchete: Campanha de Nacionalização. Lá se pode ler as seguintes frases: “Cidadãos inocentes foram detidos em asilos, foram considerados portadores de doenças mentais e permaneceram meses sem qualquer tipo de julgamento ou mesmo de condenação formal por eventuais atividades ilegais, como quintas-colunas a serviço do nazismo e da Alemanha ou do fascismo italiano de Benito Mussolini”.⁷³

Em todo o Brasil, a Campanha perseguiu os imigrantes e descendentes, principalmente de alemães, italianos e japoneses. Mas foi no Médio Vale do Itajaí/SC onde se concentraram as mais intensas ações por ser essa uma região considerada “paradigmática da influência estrangeira no país”. (SEYFERTH, 1997, p. 98) Três nomes aqui precisam ser mencionados: Hugo Bethlen, Rui Alencar Nogueira e Theobaldo Costa Jamundá. São eles três oficiais do exército brasileiro, que seguiram o seguinte ideário, nas palavras de Seyferth:

representam bem o nacionalismo dos militares responsáveis pela execução de nacionalização no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Nogueira e Bethlen falam dos imperativos do abasileiramento e expõem seu estranhamento diante de uma realidade diversa do Brasil tradicional, numa condenação radical ao que consideram ser um comportamento antipatriótico, sobretudo por parte dos brasileiros de origem alemã. (SEYFERTH, 1997, p. 98)

Já na década de 1930 o Vale do Itajaí aparece como um lugar de costumes estranhos, cheio de brasileiros desnacionalizados, contaminados por ideais de nação que solapavam a brasilidade, um lugar de desagregação do espírito nacional”. (SEYFERTH, 1997, p. 99)

Aquela era uma época de fortalecimento político do Exército brasileiro e a campanha de nacionalização foi assumida nos moldes de uma guerra em que os inimigos eram os assim chamados ‘alienígenas’, os alemães principalmente. A ação

⁷³ Fonte: Jornal A Notícia. 24/02/2003.

repressora era apenas parte desse processo, a outra parte seria a educação moral e cívica para os alienígenas.

Esse processo educativo, contudo, não foi pensado apenas para enquadrar os alienígenas ao postulado de uma nação pensada como totalidade; também o trabalhador brasileiro devia passar por um processo educacional de inclusão de valores patrióticos. (SEYFERTH, 1997, p. 100)

O espírito da época pensava a unidade nacional a partir dos pressupostos da raça e o nordeste brasileiro seria o modelo dessa brasilidade pretendida por abarcar a miscigenação (caldeamento) do negro, do branco e do indígena.

Assim, o contingente do Exército que vem ocupar a região do Vale do Itajaí à época era composto de nordestinos, numa clara intenção de assimilar a região pela prática da miscigenação programada. Getúlio Vargas diz, à época: “Um país não é um aglomerado de indivíduos dentro de um trecho de território, mas, principalmente, a unidade de raça, a unidade de língua, a unidade do pensamento nacional”. (SEYFERTH, 1997 [apud BETHLEN, 1939, p.160-161], p. 101)

É nesse sentido que os brasileiros das colônias não eram brasileiros. Para os desnacionalizados, o caldeamento. A forma de ataque atinge os centros nervosos de qualquer cultura: a escola, o lar e a igreja, além dos clubes de recreação. São esses os lugares basilares de manutenção de uma identidade étnica, logo, são esses os locais mais atacados. E assim foi feito e a nova ordem se instaurou com a

obrigatoriedade do ensino em português; fechamento das associações, escolas e jornais; introdução do escotismo para impor o civismo e chegar, através dos jovens, até o lar; imposição a padres, pastores e fiéis do uso da língua portuguesa nos serviços religiosos; recrutamento para serviço militar longe das colônias; organização de festas cívicas com participação obrigatória. (SEYFERTH, 1997, p. 104)

O discurso da campanha, principalmente do oficial Bethlen, culpabilizava as mães como suporte da transmissão cultural e da língua materna que formaria os filhos exóticos à brasilidade. É contra elas também (e talvez principalmente) que a campanha travou a verdadeira guerra.

Ao vestir seus filhos com o verde e amarelo do escotismo é a elas que se quer atingir. Seyferth (1997) diz que a compreensão da etnicidade passa pelo entendimento do componente afetivo da identidade étnica – símbolos e valores

transmitidos nos círculos mais íntimos de convivência: o lar, as relações de parentesco e a amizade.

Outra ameaça representada pela germanidade no sul do Brasil era a secessão, a separação e independência dos estados do sul do resto do país. Essa era outra justificativa para a ação das forças armadas na região. Tratou-se de travar uma guerra genética, em que o caldeamento (miscigenação) era a mais forte intenção. As citações a seguir mostram bem isso. São palavras escritas por Bethlen para quem o 32.º Batalhão de Caçadores que se deslocou para Blumenau deveria obedecer aos seguintes pressupostos, reproduzidos abaixo conforme consta do texto de Seyferth na Revista Mana:

"[...] mandar, como preconizam alguns, contingentes de tropas do norte, legítimos indígenas, para as unidades daquela região, a fim de se proceder o caldeamento, é pior ainda. A separação se faria incontinente, separação odiosa, motivada por absoluta diferença de hábitos, costumes e mentalidades e em que os elementos nortistas não ficariam em maioria, e humilhados ou fortes, dariam expansão por causas diversas, a violências e dissensões [...]. É indispensável que [...] venham contingentes de outros recantos, de preferência e até mesmo se possível, apenas constituídos inicialmente de homens brancos.

[...] É necessário que a escolha destes homens se faça de uma forma tal que não se estabeleça um contraste chocante com os originários da região, pela questão dos hábitos sociais, apresentação, capacidade intelectual etc. [...]. Não é com contingentes escolhidos à vontade só pelo fato de serem de outras regiões, que se resolverá o problema, mas principalmente com homens que no dizer preciso de Bilac, 'têm o hábito do pente, escova e sabão'" (Bethlem 1939:37-39).

Mas a questão central ainda era a uniformidade lingüística como formadora da unidade nacional. Os excessos e abusos de autoridade na repressão ao uso da língua alemã eram desculpabilizados pela justificativa da ameaça nazista.

Até aqui, foi exposto o grau de violência dirigido contra os alemães e foi destacado o elemento mais importante dessa cruzada: a proibição de falar a língua mãe. Quais são as conseqüências de uma ruptura dessa ordem?

Os imigrantes, por estarem longe de seu local de origem, têm na língua a sua pátria. A proibição, então, remonta uma primeira separação, uma primeira perda. O psicanalista francês Charles Melman, ao analisar as conseqüências da mudança e do processo de aprendizado de uma nova língua escreveu que ao sujeito

ocorre ser refratário à aprendizagem de uma língua estrangeira por causa da despersonalização que ela implica. Pode-se mesmo mudar de neurose passando de uma língua à outra. Por exemplo, de obsessivo em origem, tornar-se histérico com traços fóbicos. (MELMAN, 1992: 33)

A importância da citação acima é para ressaltar a gravidade da imposição feita aos alemães durante a campanha. Não é sem prejuízo social a proibição do uso da língua e a obrigatoriedade de que se fale uma outra língua. A resistência a falar outra língua é uma defesa contra o risco da despersonalização, quer no domínio individual quer no plano coletivo.

Assim foi que, impedidos de falar a língua-mãe e tendo a resistência de aprender e falar a língua imposta, muitos alemães e descendentes acabaram por simplesmente deixar de falar. A presença viva das histórias ocorridas durante a campanha mostra que os traumas originários daquela época vivem na memória dos que ainda estão vivos e também entre os seus descendentes. Vale lembrar que nas colônias mesmo os já nascidos em território brasileiro falavam o alemão somente porque era a língua dos seus pais e era também a língua do aprendizado escolar e dos ritos religiosos, situação ainda presente em algumas regiões.

Outra questão que surge aqui enquanto hipótese a ser mais exaustivamente investigada é saber se os traumas daquele tempo constituíram valores sociais e emocionais. A presença do suicídio nas comunidades de alemães em todo Brasil estaria associada aos processos pelos quais todas as colônias passaram; ou seja, proibições e imposições lingüísticas. Talvez isso possa explicar essa tendência presente nas narrativas de identificar o suicídio à germanidade como etnia. No caso da presente pesquisa, o suicídio também ocorre entre os italianos e também eles sofreram restrições quanto ao uso da língua.

A importância da língua é o que interessa destacar. Para reforçar esse contraste, uso as palavras de Manuela Carneiro da Cunha. (1978) Ela escreve que “a tradicionalidade de um grupo não se mede, com efeito, pela vigência de sua antiga indumentária, de suas técnicas agrícolas, de suas casas, mas sim no “uso” que ele faz de velhas categorias como princípio organizadores da realidade vivida, por inesperada que ela seja. Para tanto, a conservação da língua parece ser de suma importância, já que ela encerra e expressa o sistema simbólico. (CUNHA, 1978, p. 5).

9 ÚLTIMO ATO (?)

O que torna a vida insuportável? O suicídio como drama social expressa de modo performático e sensacionalista o enfrentamento, no plano das subjetividades, os conflitos com/ou entre princípios, regras e/ou valores, que organizam a vida social.

Os estudos de casos realizados concentraram-se na apreensão de como esse conflito é apreendido socialmente, privilegiando ver a forma pelas quais os suicidas são representados. Partindo da representação desse fenômeno como *habitus* de um segmento étnico-religioso (os alemães), esta pesquisa acabou por identificar outras representações concorrentes, que circulam no espaço público.

A busca do registro da ocorrência de suicídios por meio da imprensa conduziu à percepção de como o discurso médico patologizante e individualizante vem se construindo como interpretação alternativa, cuja hegemonia, em processo de construção, pode ser observada pela irradiação desse tipo de discurso em outro contexto pesquisado, os inquéritos policiais e os processos jurídicos dos casos de suicídio.

Como assinalado anteriormente, tal discurso tende a desconstruir por oposição à representação étnico-religiosa as relações da prática do suicídio com a dimensão coletiva. Trata-se de empreendimento que os processos jurídicos e inquéritos policiais constituem por meio da dissolução das singularidades da história de vida que desembocam na morte voluntária pela construção de um denominador comum entre elas: a depressão.

Transformada em categoria aglutinadora, seu uso como explicação para a prática do suicídio desloca o contexto e as condições de inserção social dos suicidas para o segundo plano.

As histórias de vida e a reinvenção biográfica dos suicidas, produzidas no âmbito das relações privadas, em contraposição, trazem à tona essas duas dimensões escamoteadas/ocultadas no plano da vida pública: do confronto das subjetividades com as regras – valores – e comportamentos socialmente aceitos. Esse confronto se expressa em relação a uma noção de ordem, assim como ao que foi identificado como “problemas” da sociedade.

A trajetória desta pesquisa permite perceber que o movimento contrário complementaria a percepção do fenômeno; ou seja, seria interessante investigar, num dado momento, como é reelaborada no plano das subjetividades essa ordem moral (conforme Durkheim) que suscita a opção pela morte suicida. Do que ela expressa, para o que ela significa, como reconstrução do social pode vir a ser um outro passo?

Nem todos os casos registrados em processos jurídicos guardam interpretações dos suicidas – como cartas, bilhetes, mensagens telefônicas. Lidar com a reconstrução do suicídio e da história de vida dos suicidas por meio do discurso de terceiros foi um desafio enfrentado por este autor, cujo trabalho merece ainda outros investimentos.

Nesses casos, como não se trata de artistas ou mesmo intelectuais não se tem a sua obra como meio para se contextualizar o suicídio como um ato que encerra uma vida, mas eterniza a crítica social.

Ao se dizer que não se tem uma obra, não queremos desprezar que suas construções biográficas possam ser tomadas como obras. No *Caso 2*, por exemplo, a palavra “obra” ganha um sentido literal, já que sua trajetória de vida foi apontada como se confundindo com a construção de uma casa, a qual representa em outro plano a construção de uma imagem de si para os outros (filhos, esposa, netos) que ele não logrou construir em vida.

Diferentemente disso é o caso do suicídio de Arguedas, conforme analisado por Selma Baptista (1997) no Capítulo 6.

Para os casos em questão, talvez a forma ‘tradicional’ de inserção em campo – convivência prolongada -, seja um caminho para se apreender a partir do suicídio do *ethos* desta cidade. Essa é uma perspectiva que a pesquisa realizada abre para a continuidade da investigação desse tema.

No município pesquisado, a maioria dos casos de suicídios acontece no espaço privado.⁷⁴ Entretanto, a etnografia e análise dos casos mostraram que os determinantes para o suicídio estão relacionados com a vida pública, com o modo de vida e com as instituições e valores sociais. O suicídio estabelece também um diálogo entre os valores privados e públicos.

⁷⁴ Exceção a isso são os casos dos recentes suicídios entre os jovens.

Analisados pela vertente social ou antropológica, o suicídio, como apresentado nesta dissertação, aparece como uma relação que posiciona, uma vez mais, no campo teórico, a relação indivíduo-sociedade.

Como tal, podemos concebê-lo feito um fenômeno que, em sua prática, relaciona todas as instituições sociais entre si e produz as mais variadas manifestações pessoais e coletivas no intuito de se explicar seus determinantes. Para além de sua significação nativa, contrapôs neste trabalho uma leitura que permite uma análise abrangente do fenômeno, dele fazendo parte outros fenômenos associados, como:

- a) a natureza da relação indivíduo-sociedade;
- b) a pregnância das explicações baseadas em noções generalizantes;
- c) a apropriação do discurso médico como explicação nativa para o suicídio;
- d) o mascaramento do fenômeno como forma de manutenção do status quo;
- e) as relações de poder quer no âmbito do plano religioso, quer no das relações de gênero.

Quanto a isso, Juan Lascano, no prólogo ao livro chamado *As cerimônias de autodestruição*, escreveu: “o suicídio se apresenta finalmente à nossa civilização, como projeto e como finalidade, como causa e como efeito, como projeção intercambiável da sociedade com o indivíduo, deste com a sociedade”. (KALINA & KOVADLOF, 1983, p. 16).

Aqui, o suicídio produz um estranho espelhamento, que mobiliza nas esferas das representações sociais, invisíveis aos atores, toda uma gama de idéias que precisam ser combatidas.

Os suicidas não podem ser mortos comuns. São mortos pensados. Pensa-se menos no seu corpo morto e nas causas materiais que o aniquilaram e mais na sua decisão. Não é a morte e seus mistérios que são invocados e, sim, a decisão que leva alguém a desistir da vida em favor da morte. No funeral o que mobiliza as pessoas é a motivação desse tipo de ato.

Dentre as representações identificadas, prevalecem explicações que apontam para uma causalidade pessoal, individual – doença, fraqueza, problema financeiro, perdas etc. É no indivíduo que se busca a causalidade do suicídio.

Com os resultados desta pesquisa, espera-se contribuir menos para explicar e mais para suscitar a continuidade dos estudos sobre o suicídio, quer por sua relevância teórica quer pelas possibilidades que se abrem a partir desse primeiro passo na investigação do tema.

Mas o que pôde revelar esta pesquisa sobre o suicídio como prática que convida a sociedade a pensar sobre si mesma?

Constatou-se que o suicídio convida a retirar as luzes do ator suicida chamando para o primeiro plano outras instituições e representações sociais.

Ao pensar o sentido e o sentimento de insuportabilidade local, o suicídio constituiria uma afirmação de um sentido, divergente, que rompe os limites do espaço privado, das relações sociais próximas e/ou domésticas, para ganhar eco no espaço público, a forma do drama em que ele se expressa.

A. Alvarez (1999) escreveu que “os processos que levam uma pessoa a pôr fim à própria vida são no mínimo tão complexos e difíceis quanto aqueles através dos quais ele continua a viver”.

O estudo sobre a morte por suicídio, enfim, revela o quanto se pode aprender sobre a vida.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, A. **O Deus Selvagem: um estudo do Suicídio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARIÉS, Philippe. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- BAPTISTA, Selma. **Peru - uma concepção trágica da cultura**. Tese Doutorado. Unicamp, 1997.
- BETHLEM, Hugo. **O Vale do Itajaí. Jornadas de civismo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biografia. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas. São Paulo: Papyrus Editora, 1996.
- CORRÊA, Mariza. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CUNHA, Manuela C. **Os mortos e os outros**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- DAL POZ, João. **Crônica de uma morte anunciada: do suicídio entre os Sorowaha**. In: Rev. Antropol., São Paulo, v. 43, n. 1, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 11 Feb 2005.
- DURKHEIM, Émile. **O suicídio - um estudo sociológico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- _____. **O suicídio - estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- ERTHAL, Regina Maria de Carvalho. **O suicídio Ticuna na região do Alto Solimões – AM**. (Doutorado) Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública, 1998.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- _____. A religião como sistema cultural. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- HECK, Maria Rita. **Contexto Sociocultural dos suicídios de colonos alemães: Um estudo interdisciplinar para a enfermagem**. Doutorado Enfermagem. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

KALINA, E. & KOVADLOFF, S. **As cerimônias da destruição**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

LACAN, Jacques. O Seminário. Livro 2: **O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

MARQUETTI, F. C. **O suicídio como espetáculo na metrópole de São Paulo: cenas, cenários e espectadores**. Mestrado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

MATTA, Roberto da. **A casa & a Rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MATTOS, André Borges. **(Re)pensando o uso da autobiografia como fonte para a pesquisa antropológica: uma análise das "Confissões" de Darcy Ribeiro**. Trabalho apresentado na 25.^a Reunião Brasileira de Antropologia, Goiânia, 2006.

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de "eu". In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.

_____. A expressão obrigatória de sentimentos. In Mauss: **Antropologia**. (org.) Roberto Cardoso de Oliveira. São Paulo: Ática, 1979.

MÉDIO VALE EM CADERNOS. Ano 1. n. 2, junho/julho 2005.

_____. Ano I n. 4 outubro/novembro/dezembro/2005

MELMAN, CHARLES. **Imigrantes: incidências subjetivas das mudanças de língua e país**. São Paulo: Escuta, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **A autoviolência, objeto da sociologia e problema de saúde pública: a sociological concern and a public health problem**. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 1998.

O'CARROLL, Patrick W. & POTTER, Lloyd B. **Suicídio por contágio e relatos de suicídio: recomendações do Seminário Nacional realizado em 22 de abril de 1994**. Fonte: <http://aepo-xdv-www.epo.cdc.gov/wonder/prevguid/m0031539/M0031539.asp>

ORDAZ, Olga & VALA Jorge. Objectivação e ancoragem das representações sociais do suicídio na imprensa escrita. In: **Revista análise Social**. v. XXXI. Lisboa, Portugal: 1977, 847-874.

Organização Mundial da Saúde (WHO). **Prevenir o Suicídio**. Um guia para os profissionais dos mídia. Geneve, 2000. disponível em <http://www.ronet.com.br/conhecer/imprensa.pdf>

SANTOS, Valéria Oliveira. **Mortes, trajetórias e reputações: um estudo antropológico das repercussões de um linchamento**. Dissertação mestrado. UFPR. 2004.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Matar e, depois, morrer.** Opin. Pública, out. 2002, v. 8, n. 2, p. 275-303.

SPERB, Izabel Worm. **Suicídio em população rural e urbana de pequeno porte.** <Mestrado> PUC-RS, 2003.

VELHO, Gilberto. O estudo do comportamento desviante: A contribuição da antropologia social. In: **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)